

Relatório do

3^o

FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

MUSEUS COMO AGENTES DE MUDANÇA
SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Florianópolis – 7 a 11 de julho de 2008



Relatório do

3^o

FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

MUSEUS COMO AGENTES DE MUDANÇA
SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Florianópolis – 7 a 11 de julho de 2008

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Ibram
José do Nascimento Junior

Diretor do Departamento de processos museais
Mário de Souza Chagas

Diretora do Departamento de difusão, fomento e economia de museus
Eneida Braga Rocha de Lemos

Diretora do Departamento de Planejamento e gestão interna
Jane Carla Lopes Mendonça

Coordenadora geral de sistemas de informação museal
Rose Moreira de Miranda

Procurador-chefe
Jamerson Vieira

Coordenador de Pesquisa e inovação museal
Álvaro Marins

Endereço
SBN, Quadra 02, Lote 8, 13º andar
Brasília/DF
CEP: 70040-904

Telefone
(55 61) 3414.6167

Página da Internet
www.museus.gov.br

F692 Fórum Nacional de Museus (2008: Florianópolis -SC)
Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento:
relatório. / Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. –
Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010.
200 p., il.
ISBN 978-85-63078-10-0

1. Museus. 2. Fórum (Debates). I. Política Nacional de Museus.
II. Memória e cidadania. III. Título.

CDD 069
CDU 069

Sumário

- 5 Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento (Apresentação)
- 9 Conferências:
 - I Conferência
 - Nouvelle Museologie, Territoires, Communautés intervention
 - II Conferência
 - Memória, Cultura e Sociedade
 - Memória, Cultura e Sociedade: Uma Atualização de Problemas
 - III Conferência
 - Museus e Cidades Educadoras
- 55 Programação
- 69 Grupos de Trabalho
 - Apresentação
 - Considerações iniciais
 - Objetivo dos Grupos de Trabalho
 - Produtos dos Grupos de Trabalho
 - Programação
 - Dinâmica dos Trabalhos
 - Resultados
 - Avanços da Política Nacional de Museus
 - Obstáculos e problemas para a implementação da Política Nacional de Museus
 - Ações para a implementação da Política Nacional de Museus
 - Recomendações para a consolidação da Política Nacional de Museus
 - Redes Temáticas entre os museus
 - Sistematização dos resultados

Considerações finais

Avaliação dos participantes

Considerações da equipe de moderadores

113 Ementas dos minicursos

119 Comunicações Coordenadas – Propostas aprovadas

1ª Sessão

2ª Sessão

3ª Sessão

165 2º Encontro Ibero-americano de Museus

175 Encontro Icom

179 III Encontro dos Professores Universitários do Campo da Museologia

183 III Encontro de Estudantes de Museologia – ENEMU

197 Balanço do 3º FNM 2008

Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento (Apresentação)

Com o tema Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento, o 3º Fórum Nacional de Museus aconteceu de 7 a 11 de julho, no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis/SC. O tema, de profundo impacto e importância para o campo museal na contemporaneidade, foi criado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) e adotado por todos os países da Ibero-América como lema orientador das comemorações em 2008 do Ano Ibero-americano de Museus e do dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus).

O 3º FNM foi um espaço de troca de experiências entre a comunidade museológica, sociedade civil, museus e órgãos de gestão museológica federais, estaduais e municipais. O evento permitiu delinear diretrizes não apenas para democratizar o acesso aos museus instituídos, mas também para democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia e ferramenta de trabalho adequada para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro.

Durante o Fórum foram oferecidos minicursos de capacitação em diversas áreas de atuação do campo museológico. Também foram reunidos grupos de trabalhos temáticos para discussão das diretrizes da Política Nacional de Museus (PNM).

Paralelamente à programação principal, foram realizados o 3º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (ENEMU); o 3º Encontro de Professores Universitários do Campo da Museologia; o 2º Encontro Ibero-Americano de Museus, que reuniu representantes da área museológica dos vinte países da Ibero-América; a reunião preparatória para o 1º Seminário sobre Museus-casas e Memoriais de Presidentes da República; e a Assembleia anual do Icom Brasil.

O Fórum Nacional de Museus é um evento bienal, de abrangência nacional, com o objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus e para o Sistema Brasileiro de Museus.

Resultados alcançados:

- Continuidade das ações da Política Nacional de Museus;
- Contribuição para o debate sobre o papel dos museus como agentes de mudança social e desenvolvimento, visando à consolidação do tema escolhido para celebrar o Ano Ibero-americano de Museus em 2008.
- Estímulo a criação de redes de informação formais (redes temáticas dos museus) ou informais, entre os museus brasileiros;
- Promoção do intercâmbio entre profissionais e estudantes de museologia;
- Contribuição para os trabalhos do Sistema Brasileiro de Museus.

AG3IBRAM



Museos como agentes de mudanza social y desarrollo (Presentación)

Con el tema Museos como agentes de mudanza social y desarrollo, el 3^{er} Foro Nacional de Museos se celebró entre el 7 y el 11 de julio, en el Campus de la Universidad Federal de Santa Catarina – UFSC, en Florianópolis/SC. El tema, de profundo impacto e importância para el campo museal en la contemporaneidad, fue creado por el Departamento de Museos y Centros Culturales (DEMU) y adoptado por todos los países de Iberoamérica como mote orientador de las celebraciones en 2008 del Año Iberoamericano de Museos y del día 18 de mayo (Día Internacional de los Museos).

El 3^{er} FNM fue un espacio de intercambio de experiencias entre la comunidad museológica, la sociedad civil, museos e instituciones de gestión museológica federales, estatales y municipales. El evento posibilitó trazar directrices no solamente para democratizar el acceso a los museos instituidos, sino también para democratizar el propio museo comprendido como tecnología y herramienta de trabajo adecuada para una relación nueva, creativa y participativa con el pasado, el presente y el futuro.

Durante el Foro se se ofrecieron cursillos de capacitación en diversas zonas de actuación del campo museológico. También se reunieron grupos de trabajo temáticos para discusión de las directrices de la Política Nacional de Museos – PNM.

Paralela a la programación principal, se realizarán el 3^{er} Encuentro Nacional de Estudiantes de Museología (ENEMU); el Encuentro Nacional de Profesores Universitarios de Museología; el 2^o Encuentro Iberoamericano de Museos, que reunió representantes del campo museológico de los 20 países de Iberoamérica; la reunión preparatoria para el 1er Seminario sobre Museos viviendas y Memoriales de Presidentes de la República; y la Asamblea anual del Icom Brasil.

El Foro Nacional de Museos es un evento que sucede de dos en dos años, de amplitud nacional, con el objetivo de reflexionar, evaluar y establecer directrices para la Política Nacional de Museos y para el Sistema Brasileño de Museos.

Resultados alcanzados:

– Continuidad de las acciones de la Política



- Nacional de Museos;
- Contribución al debate sobre el papel de los museos como agentes de mudanza social y desarrollo, con vistas a la consolidación del tema escogido para celebrar el Año Iberoamericano de Museos en 2008.
- Estímulo a la creación de redes de información, formal (redes temáticas de los museos) o informal, entre los museos brasileños;
- Promoción del intercambio entre profesionales y estudiantes de museología;
- Creación de un ambiente de reflexión de la Política Nacional de Museos, con el objetivo de consolidar sus acciones y directrices;
- Contribución a los trabajos del Sistema Brasileño de Museos.

Conferências



Conferência I – Nouvelle Museologie, Territoires, Communautés

intervention de Hugues de Varine au 3^{ème} Forum National des Musées, Florianópolis, 8 juillet 2008

Le texte qui suit reprend le plan et les grandes idées de la présentation visuelle utilisée lors de la conférence du 8 juillet, en les développant et en les complétant.

Je vais essayer, à partir de mon expérience du développement local des territoires et des communautés dans mon pays, la France, et dans d'autres pays et régions du monde, de témoigner de la place de la nouvelle muséologie comme facteur de maîtrise du changement dans les communautés et les territoires. Ne vous étonnez pas si je traite largement ce sujet de manière politique: nous vivons dans un monde politique et nos démarches professionnelles doivent prendre en compte cette dimension.

Changements, périls et défis

A côté de tous les progrès et de tous les avantages, surtout matériels, que nous a apportés ce que l'on appelle la globalisation ou la mondialisation, il est bien certain que des changements aussi rapides dans les modes de vie, dans les limites de l'espace qui nous entoure, dans les

moyens matériels auxquels nous avons accès, sont des sources d'aliénation et de dépendance. Les frontières s'ouvrent à des cultures essentiellement commerciales, en tout cas étrangères à nos valeurs et à nos pratiques traditionnelles. Les nationalismes, les régionalismes, les rivalités entre groupes concurrents, les monopoles sur des besoins devenus vitaux, les changements climatiques entraînent des déséquilibres que nous ne sommes pas capables d'apprécier, ou des équilibres qui ne nous sont pas encore familiers. La complexité et la technicité croissantes des moindres actes et problèmes de la vie quotidienne mettent en danger notre capacité d'adaptation, qui a besoin de temps. Enfin, même dans des systèmes qui se veulent réellement démocratiques, les citoyens sont de plus en plus éloignés des décisions réelles et de la prise de responsabilité collective, réduisant la démocratie à un exercice souvent formel. Nous devons bien reconnaître que, si nos sociétés semblent de

plus en plus oligarchiques, au profit d'une minorité du pouvoir, de l'avoir et du savoir, c'est la technocratie qui détient l'essentiel des mécanismes de l'exercice du pouvoir.

Tout cela, qu'il faut reconnaître mais ne pas diaboliser, car nous ne serions pas capables de revenir à un état antérieur dont nous avons oublié à quel point il était porteur d'autres vices et insuffisances, tout cela exige de notre part, et de chacun de nous à sa place dans la société, une réflexion et surtout une action, pour créer de nouveaux outils, ou pour adapter les anciens, en vue de nouveaux rôles, libérateurs et créatifs, qui nous apportent, au plan local, à une échelle que nous pouvons encore concevoir et contrôler, les moyens d'une maîtrise de notre présent, de notre avenir et de celui de nos descendants.

Déterminer des priorités

D'abord, je crois que nous devons savoir quelles sont les priorités que nous nous donnons. Dans la vieille Europe, aujourd'hui, trop souvent, la priorité est donnée au tourisme, sous le prétexte de développement économique. Il me semble qu'il ne peut y avoir que deux priorités complémentaires:

- Renforcer l'autonomie culturelle, sociale, économique de la communauté locale et de son territoire. Cela signifie valoriser sa

culture vivante, reconnaître son patrimoine comme un capital commun, rendre les citoyens désireux et capables d'agir comme des acteurs responsables. C'est ce que nous a transmis Paulo Freire

- Ouvrir des fenêtres et des perspectives sur le monde extérieur, du niveau régional au niveau



national et mondial, afin de ne pas enfermer le territoire dans une auto-contemplation stérile. Cela signifie connaître et respecter les cultures et les valeurs des autres, accueillir les visiteurs (y compris les touristes), échanger des activités et des produits avec l'extérieur, apprendre à comprendre les changements dans les techniques et à les utiliser

Ces priorités, il faut les afficher publiquement et les partager, c'est-à-dire amener progressivement les acteurs et partenaires du développement, et finalement tous les citoyens, à s'en faire les promoteurs en interne et vis-à-vis de l'extérieur.

Une intuition pour répondre à une nécessité

Toute cette problématique du changement et de la globalisation ne date pas d'hier. Ces questions ont été débattues à la Conférence Générale de l'Icom à Paris et Grenoble en 1971. Et l'intervention de Jorge Enrique Hardoy à la table-ronde de Santiago en 1972 a tellement impressionné les participants qu'ils ont adopté la célèbre Déclaration de Santiago. Ce sont aussi les changements sociaux nationaux et mondiaux qui nous ont obligé à inventer, au Creusot, à partir de 1972 également, des formes nouvelles d'utilisation du patrimoine à des fins de libération des capacités et de la créativité des

populations ouvrières de ce territoire confrontées à des transformations de leur relation au monde environnant. Paulo Freire, à la même époque, inspirait et présidait une ONG internationale de développement solidaire qui valorisait les communautés de base comme acteurs de leur propre avenir. Et naturellement, ici comme partout dans le monde, on a vu se développer des milliers d'initiatives locales qui, sans longs exposés théoriques ou philosophiques, ont donné la parole au dynamisme des communautés, pour les amener à devenir des acteurs conscients et responsables du changement.

Car c'est un mouvement de bas en haut, et non pas une volonté politique venue des sphères élevées du pouvoir ou de la technocratie, qui a compris qu'il fallait agir sans attendre, pour à la fois résister et participer, au niveau le plus fin des territoires de proximité, où existent des solidarités et des complémentarités, un capital social et un capital culturel immédiatement mobilisables.

Il en a résulté un retournement radical des perspectives et des objectifs, dans de nombreux territoires et chez de nombreux promoteurs du développement, sans que les pouvoirs d'en haut puissent les étouffer dans des règlements administratifs et des normes sociales. Là où nos musées parlaient de collection, et centraient leurs activités sur des

objets soigneusement acquis, conservés et mis en vitrine dans des architectures somptueuses, on a commencé à regarder la totalité du territoire comme étant le cadre naturel de toute action collective. Là où le patrimoine apparaissait comme une fin en soi suffisante et un aspect des politiques culturelles ou touristiques, la communauté est devenue le cœur de toute démarche, le patrimoine étant pris pour ce qu'il est, c'est-à-dire un matériau culturel à exploiter au profit de ses détenteurs, pris collectivement et solidairement. Enfin, on est passé de la notion vague d'action culturelle, orientée par les choix intellectuels et esthétiques d'une minorité d'esthètes, de savants et de technocrates, à une conception politique du développement, axée sur l'homme et la société, qui attribue à la culture vivante le caractère d'un mode normal d'expression, de création et de transmission.

D'un trésor intouchable à un capital culturel exploitable

Ces trésors que nous conservons précieusement, soit dans les musées, soit en tant que sites ou monuments historiques, archéologiques ou naturels, sont congelés, en théorie, pour l'éternité. Ils sont proposés à l'admiration et à l'éducation des foules et en particulier des enfants et des touristes, tandis que leur interprétation est laissée, prudemment, à des personnes compétentes ou à

des guides écrits ou multimédia. Ceci est nécessaire, car toute société, comme toute famille humaine, a besoin de se rassurer par la présence en son sein d'objets précieux qui sont une assurance pour les incertitudes de l'avenir.

Mais le développement est un processus dynamique, qui ne se satisfait pas de la seule contemplation: il investit à partir des capitaux disponibles en interne et de ceux qu'il peut mobiliser de l'extérieur. Le patrimoine, dans sa globalité, est une forme de capital que l'on trouve partout et qui est immédiatement utilisable. C'est une ressource multiple, à la fois collective et individuelle, qu'il convient de gérer, pour la rendre productive et l'accroître. C'est-à-dire par exemple que l'on s'appuiera sur cette ressource pour rendre visible l'identité de la communauté à ses propres membres et celle du territoire à ses visiteurs et à ses nouveaux habitants, pour approfondir les racines culturelles et les valeurs héritées du passé, pour créer de nouvelles formes d'expression et de vie adaptées au monde présent, en harmonie et en continuité avec la tradition. Cette gestion s'appliquera aussi bien au paysage qu'à l'environnement de la vie quotidienne, aux pratiques familiales qu'à la solidarité collective, aux objets usuels qu'aux édifices du culte, aux légendes qu'à la généalogie, aux savoirs fondamentaux transmis qu'aux compétences acquises.

Quant à la conservation de ce patrimoine, il ne suffit pas de dire qu'elle est justifiée par la beauté, ou par le caractère rare ou exceptionnel aux yeux des autres, mais bien par le fait que personne ne veut détruire ou seulement défigurer avec légèreté un bien personnel ou collectif dont on estime pouvoir avoir besoin un jour, pour soi ou pour ses descendants. Souvent les destructions aveugles d'un bâtiment, les changements irréfléchis dans un paysage ou la perte d'archives découlent du fait que ces biens ne sont pas reconnus comme faisant partie du patrimoine: une éducation patrimoniale populaire et globalisante est ici plus importante pour une prise de conscience collective que des inventaires scientifiques et sélectifs, comme on le verra plus loin.

En réalité, tout développement est construit sur une plateforme qui est le patrimoine. Cette plateforme doit donc être particulièrement cohérente, renforcée, élargie, pour assurer la solidité de ce que l'on construira dessus. C'est la clé du développement que l'on veut maintenant soutenable. Un tel patrimoine ne peut pas se réduire à quelques items soigneusement sélectionnés sur des critères qui sont totalement extérieurs au terrain, qui sont étrangers à l'avis de ceux qui en sont les légitimes propriétaires et détenteurs. Et le gérer, ce n'est pas seulement le protéger, le restaurer, l'embaumer comme les momies égyptiennes, c'est le faire vivre, prospérer, se transformer au rythme de la vie sociale. C'est aussi être conscient que tout ce que nous produisons et



que nous ne consommons pas immédiatement a vocation à se transformer en patrimoine, pour le meilleur ou pour le pire.

Définir les objectifs de toute utilisation du patrimoine

Comme on vient de le voir, je crois profondément que le patrimoine, en tant que sujet, ne justifie pas de figurer en objectif final d'une action, fut-elle culturelle. Par contre, en tant que ressource et capital d'une communauté, même nationale, le patrimoine, toujours dans son sens le plus global, doit être utilisé, ou exploité, en fonction d'objectifs précis en cohérence avec un plan partagé de développement culturel, social et économique dont les membres de la communauté sont, autant que possible, conscients d'être des acteurs positifs, qui s'engagent personnellement, comme ils engagent leur propre patrimoine.

Ces objectifs, comme pour le développement en général peuvent être au moins de trois ordres:

- politiques: pour révéler, renforcer, illustrer, créer éventuellement une image, une identité, ou encore pour susciter et démontrer la participation de tous, par leurs ressources patrimoniales personnelles, à l'effort de développement.
- stratégiques: pour nourrir des plans d'aménagement (paysage, urbanisme), ou d'équipement

(réutilisation d'édifices), ou de gestion de la ressource humaine (recueil des savoirs et des compétences), ou encore pour servir de base culturelle à des efforts de mobilisation, conscientisation, capacitation de la population.

- thématiques: pour remplir des fonctions nécessaires au développement, telles que la formation (des adultes, des femmes, des enfants), la transmission (de savoirs ou de valeurs), la conservation d'éléments structurants (appartenant au patrimoine et qui ne doivent pas disparaître), la production (remise en valeur et en viabilité économique de produits traditionnels, de ressources minières, ou encore produits touristiques appuyés sur le patrimoine), l'attractivité du territoire (pour des touristes et pour des investisseurs extérieurs, ou pour de la main d'œuvre qualifiée nécessaire aux entreprises locales).

Tout cela naturellement, il faut toujours le répéter, doit se faire dans le respect de la culture vivante du territoire, sans laquelle aucun développement ne peut être soutenable.

Faire un bilan patrimonial du territoire

Pour utiliser efficacement une ressource, il faut bien la connaître, ce qui suppose d'abord d'en faire L'INVENTAIRE. Rappelons d'abord que nous travaillons dans le cadre d'une

génération active au sein de la communauté, génération qui se trouve située entre des personnes âgées porteuses de mémoires mais sans responsabilité dans le développement, et des personnes jeunes ou très jeunes qui sont l'avenir de la communauté, mais n'ont pas non plus de responsabilité pour le présent. C'est donc cette grande génération que j'appellerai médiane, disons pour simplifier les 25-60 ans, qui doit être invitée à faire collectivement l'inventaire des patrimoines d'intérêt communautaire, que ceux-ci soient individuels ou non, en termes juridiques.

Il est évident que je ne parle pas ici des inventaires scientifiques et institutionnels systématiques, dont la France a donné l'exemple dès les années 1970 et qui nécessiteront plus de cent ans pour être terminés (mais qui seront alors périmés), et qui ne s'appliquent de toute manière qu'à des catégories de monuments ou d'objets qui sont considérés exceptionnels par les spécialistes. Je parle des inventaires participatifs, comme ceux dont des territoires brésiliens ont donné l'exemple et le modèle (je me souviens de Viamão, de la Quarta Colônia, ou de Santa Cruz) et qui commencent à se pratiquer en Europe: ce sont des démarches qui impliquent les citoyens eux-mêmes en tant que détenteurs du patrimoine et responsables, individuellement et collectivement de l'usage (*usus* et *abusus*...) de celui-ci.

Il permet en outre de déterminer et de montrer les différentes catégories de propriétaires responsables (les *shareholders* dans le langage économique, ceux qui possèdent une part du capital commun) et celles des parties prenantes, qui s'intéressent à l'utilisation qui est faite de ce capital pour une raison personnelle, professionnelle, politique, etc. (les *stakeholders*, en langage économique; ce sont par exemple les agriculteurs en matière de paysage). Cette distinction et cet inventaire secondaire de personnes physiques et morales seront très importants ensuite pour les stratégies et les programmes de développement, dont elles seront naturellement des acteurs.

A l'inventaire participatif (qui n'exclut nullement une démarche complémentaire, et nécessaire, de recherche scientifique approfondie), succède une phase d'ÉVALUATION critique et technique de chaque élément ou ensemble d'éléments repérés. Cette phase doit également être participative, car elle implique des connaissances sur le patrimoine qui appartiennent à ses détenteurs et à ses usagers habituels. Il s'agit d'analyser les significations, la valeur d'usage, affective, culturelle, communautaire, de chaque objet, édifice, site, élément immatériel, d'en apprécier le devenir, la capacité de transformation, les contraintes et les coûts de maintenance, de (re)mise en état, etc. Cela permet notamment

de déterminer par consensus l'importance relative du chaque élément patrimonial pour la communauté, à un moment donné.

Du point de vue de la méthode, l'évaluation ne peut être que contradictoire, entre des points de vue très différents: subjectifs naturellement, mais aussi techniques, historiques, financiers, portés par des acteurs locaux concernés et par des intervenants extérieurs qualifiés.

Enfin, vient le DIAGNOSTIC, porté en fonction des exigences du développement sur ses trois dimensions, culturelle et sociale d'abord, puis économique. En effet, l'intérêt, l'utilité, les usages possibles du patrimoine du territoire et de ses divers éléments, sont à examiner d'abord en ce qu'ils peuvent apporter à la vitalité culturelle, à la créativité de la communauté, à l'intégration des nouveaux arrivants, à son image pour les habitants et pour les visiteurs, etc. Puis, il faut se demander comment utiliser le patrimoine pour renforcer la cohésion sociale, la confiance en soi de chacun, le contenu de la formation des personnalités et les modalités de la transmission de génération à génération, l'absorption de nouvelles modes et de nouvelles normes sociales. Et ce n'est que lorsque ces étapes du diagnostic auront été atteintes, qu'il sera possible de se poser la question de l'utilisation du patrimoine ou de

certaines de ses éléments à des fins essentiellement économiques: transformer telle friche industrielle en logement, centre culturel ou pépinière d'entreprises, aménager le territoire en parc ou en zones d'excellence agricole, créer un centre d'interprétation à fins touristiques, relancer une production artisanale ou agricole plus ou moins disparue, etc.

Et toujours la participation est indispensable, car les membres de la communauté ont le droit de participer au diagnostic, de lui apporter leurs savoirs et leurs idées, ils en ont aussi le devoir, s'ils veulent pouvoir ensuite porter un jugement sur les décisions de développement (planification, aménagement, investissements) qui seront prises sur la base des informations ainsi constituées. S'ils n'exercent pas ce droit et ce devoir, ils ne pourront pas se plaindre ensuite de décisions prises sans ou contre eux.

L'ensemble de ces trois démarches successives, et même partiellement simultanées, constitue le bilan développemental du patrimoine de la communauté et de son territoire. Je souligne volontairement encore une fois que ce bilan a pour objet le patrimoine, mais pour objectif le développement. C'est à partir de lui que l'on pourra inventer, avec la communauté et en son nom, un musée comme instrument de gestion du capital patrimonial du territoire.

Personnellement je crois que le musée ainsi initié aura comme première fonction d'être une expression de la communauté, acteur volontaire et libéré de son développement.

Un musée pour renforcer le capital social de la communauté

Dans les observations que j'ai faites depuis plus de trente ans maintenant, je suis en effet frappé du fait que tous les musées, ceux du moins qui se préoccupent réellement de servir le développement comme outils de gestion patrimoniale, ont pour résultat de renforcer et de faire fonctionner ce que l'on appelle généralement le capital social de la communauté d'appartenance. Ce n'est évidemment pas dit comme cela dans les textes, mais on sent que toutes les composantes de la théorie du capital social sont présentes dans la pratique de ces musées. On constate en effet l'impact de l'action patrimoniale, médiatisée par le musée et ses différentes activités, sur:

- La conscientisation culturelle, sociale et politique de la population
- La confiance réciproque entre les citoyens, basée sur une conscience du patrimoine commun, en y comprenant la mémoire et les traditions partagées
- La participation aux activités et aux fonctions publiques

- L'exercice de l'observation critique, et constructive
- La mise en œuvre d'une dynamique d'empowerment, pour une participation réelle à la prise de décision et à la chose publique
- La capacité de résistance à des phénomènes exogènes de pression, d'invasion, de normalisation inacceptables, car non préparés et non partagés
- Inversement, la volonté d'accueil et d'hospitalité, d'ouverture sur des gens et des valeurs venus d'ailleurs
- La pratique de l'initiative économique, de la créativité, de l'investissement solidaire.

Je crois important de souligner ce qui précède, car le musée y trouve en quelque sorte une justification: il n'est plus un conservateur de choses belles ou rares, il est une structure vivante qui catalyse les atouts et les efforts de toute une population et de tout un territoire. Ce qui explique pourquoi il n'y a pas deux exemples semblables de tels musées, comme il n'y a pas deux communautés ou deux territoires semblables, et pas deux démarches de développement identiques.

Je saisis d'ailleurs cette occasion pour inviter nos collègues des musées et du développement à de pencher sur l'utilisation de ces musées comme facteurs et outils de la réalisation des agendas 21 locaux. Des recherches

sur ce thème, appuyées sur des exemples concrets et vécus, seraient utiles pour faire avancer cette procédure héritée du Sommier de la Terre de Rio 1992 mais qui peine à produire des fruits réellement significatifs.

Les nouvelles pratiques muséales

Il est évident que la nouvelle muséologie s'est en grande partie inscrite, parfois consciemment mais surtout inconsciemment, dans une préoccupation de développement soutenable et d'éducation patrimoniale, comme facteur de mise en œuvre du capital culturel, social et économique local. Je voudrais seulement citer quelques concepts constatés et mis en pratique ces vingt ou trente dernières années et qui me semblent caractériser des approches différentes, mais aboutissant au même résultat final.

- Le musée traditionnel, centré sur une collection, sans réel lien théorique avec son territoire, mais qui réussit volontairement à recréer une relation durable et continue avec ce territoire et sa population. C'est ce qui s'est passé et qui se développe à Lyon (Musée des Beaux-Arts) et à Petropolis (Museu Imperial)
- Le musée de territoire, issu d'une volonté non-communautaire, qui se donne comme mission de couvrir progressivement ce territoire, en pleine coopération avec sa communauté. Je citerai Seixal (Ecomuseu

Municipal) et Fresnes (Ecomusée du Val de Bièvre)

- Le musée-territoire, par lequel un nouveau territoire est construit, avec sa population, à partir d'une base patrimoniale et qui s'en sert pour initier un développement à long terme. Je citerai le Maestrazgo (Aragon) et la Quarta Colônia (RS): dans ces cas, le terme musée n'est même pas employé pour nommer le territoire, même si des applications muséologiques et des moyens muséographiques font partie des outils du plan de développement
- Le musée communautaire, qui est une création et une expression autonomes de la communauté, reconnues plus ou moins nettement par les autorités publiques locales, mais mobilisant l'ensemble des forces culturelles, sociales, et même économiques du territoire. On peut donner comme exemples l'Ecomuseu de Santa Cruz (Rio), les Museos Comunitarios de Oaxaca (Mexico), Paysalp dans les Alpes françaises
- L'écomusée comme réseau d'acteurs et de partenaires, au service d'une dynamique de développement, comme ce que l'on a pu voir au Creusot (Ecomusée du Creusot-Montceau) et que l'on crée actuellement en Val Taleggio (Lombardie)

Il n'est pas question ici de systématiser ce modeste essai de classement, qui n'est d'ailleurs absolument pas exhaustif, et encore moins de

porter des jugements de qualité sur telle ou telle méthode ou approche. On pourrait certainement trouver d'autres cas, d'autres formules, plus ou moins efficaces. L'étude reste à faire, toujours sur point de vue de la performance pour le développement et pour une utilisation optimale du patrimoine. Je voulais seulement illustrer le fait qu'il existe actuellement dans le monde une extraordinaire créativité en termes de ce que j'appellerai, de façon un peu provocante, une "capitalisation patrimoniale" au service de l'homme et de la société.

Les écomusées, qu'en penser?

Il m'est difficile de poursuivre cet exposé sans parler du mot écomusée, dont j'ai été l'inventeur involontaire et qui a connu, depuis 1971, une incroyable descendance. Je n'en dirai que deux choses qui me paraissent en cohérence avec le thème de cette intervention.

DES USAGES ET DES DÉFINITIONS VARIÉS

Le mot a été employé à tort et à travers, dans de nombreux pays. A côté de ceux qui le concevaient strictement comme un musée de l'environnement (son sens originel), il y avait ceux qui croyaient pouvoir copier le modèle de l'écomusée du Creusot-Montceau. Il y a aussi, et c'est le cas le plus fréquent, des petits musées locaux de traditions populaires qui trouvent que cela fait plus "moderne" de s'appeler écomusée.

Je prendrai seulement trois cas qui me semblent révélateurs:

- en France, l'intervention de l'administration centrale des musées a cherché à "noyer" les écomusées dans la masse des musées de société (archéologie, histoire, ethnologie, industrie...) pour mieux les réduire à un format classique de musée-collection, selon les normes strictes de la loi nationale.
- en Italie, l'écomusée est actuellement reconnu comme la formule idéale pour des musées de territoires dans un cadre de politiques régionales du patrimoine et de promotion touristique, laissant à l'Etat central le "grand" patrimoine.
- en Chine, l'Etat cherche à résoudre par la multiplication des écomusées inspirés d'un modèle norvégien trois problèmes très différents, voire contradictoires: le soutien à l'originalité culturelle des minorités ethniques, leur ouverture (acculturation) au monde moderne et l'accueil à des masses de touristes chinois à la recherche d'exotisme à l'intérieur même de leur pays.

On pourrait multiplier les analyses, à partir d'autres pays, mais ces trois exemples montrent bien qu'il n'est pas possible de donner à l'écomusée un statut unique, reconnu sur le plan international. C'est seulement une des formes de la nouvelle muséologie et il vaut mieux regarder ce qui est fait sur le terrain,

que la théorie qui se cache derrière un nom devenu banal et incontrôlable.

LA QUESTION DE L'INITIATIVE

Il me paraît plus utile de se poser la question de qui prend l'initiative du lancement de ces projets que l'on appelle écomusées. Je constate que la plupart de ceux que je connais (à l'exclusion de la Chine) entrent dans l'une des quatre catégories suivantes:

- une initiative individuelle (ou d'un petit groupe), qui se fait souvent sans rapports avec l'autorité locale, ou contre elle, au moins au début;
- une initiative populaire, peut-être portée par un groupe, mais représentative d'un mouvement de caractère communautaire;
- une décision ou une commande venant de l'autorité politique du territoire;
- une démarche mixte, où l'initiative d'un groupe a dès le début le soutien de l'autorité politique locale.

En tout cas, l'écomusée n'est pas le fruit d'une idéologie, Il est le résultat plutôt d'une mode.

Une ardente obligation: la qualification

Les "nouveaux musées", c'est-à-dire les manifestations diverses de ce que l'on appelle la Nouvelle Muséologie, qu'ils portent

effectivement le nom de musée ou tout autre nom, ont besoin de nouveaux professionnels, porteurs de nouveaux métiers, qui ne sont pas ou pas assez enseignés dans les formations classiques, universitaires ou autres.

La MUSÉOLOGIE, qu'elle soit populaire, communautaire, territoriale, comprend des notions totalement ignorées des cursus habituels: sociologie, géographie, éducation, écologie naturelle et humaine, développement, plus une diversité de disciplines scientifiques qui doivent permettre de comprendre les différentes composantes du patrimoine.

La MUSÉOGRAPHIE ne se borne pas à l'acquisition, à la conservation, à l'exposition et au guidage; elle doit inclure l'aménagement du territoire, la création de sentiers, la signalisation extérieure, la médiation culturelle, la lecture de paysage, la conservation préventive par les particuliers, la création d'outils d'accompagnement du visiteur dans l'espace total du territoire, l'utilisation des compétences disponibles sur place, etc.

La GESTION du musée enfin comprend la constitution et l'utilisation des réseaux internes et externes, la coopération entre partenaires et acteurs, le droit et la pratique des organisations, les logiques institutionnelles et communautaires, la relation communauté/

autorité politique/administrations, les financements mixtes et multiples, publics et privés, l'administration des dons et des prêts, etc.

Tout cela suppose de nouvelles FORMATIONS, inspirées plutôt des méthodes de l'apprentissage, c'est-à-dire légères en théories, mais fortes en participations à des projets en cours, avec le tutorat et le coaching de professionnels expérimentés. Ces formations, qui ont tout avantage à être complétées par des cursus plus classiques en muséologie traditionnelle ou dans des disciplines scientifiques, doivent être appliquées et adaptées à des salariés ou à des volontaires, sans faire de distinction entre eux, sauf en matière de connaissances de base et de disponibilité, car dans beaucoup de cas ce sont les volontaires qui occupent les places de responsabilité qui sont habituellement celles des muséologues salariés dans les musées de collections.

Conclusion

Il y aurait encore beaucoup à dire sur ces sujets. Je terminerai seulement sur quelques idées qui découlent de ce qui précède :

- Avant de parler de musée, parlons du patrimoine au service duquel il se veut l'instrument privilégié de connaissance et de valorisation
- Considérons le patrimoine comme une ressource, à la fois non-renouvelable par le

caractère unique de ses éléments, et renouvelable par la capacité de nos sociétés de créer sans cesse du patrimoine nouveau

- Reconnaissons que le développement de nos territoires et la qualité de vie de nos communautés reposent en grande partie sur une gestion collective, avisée, prudente et prospective de notre patrimoine, qu'une démarche muséale peut faciliter
- Travaillons à faire reconnaître cette nouvelle approche du musée, de la muséologie et de la muséographie, dans des applications territoriales et communautaires, parce que nos initiatives patrimoniales et nos projets de nouveaux musées sont fragiles et pauvres, constituons des réseaux solidaires de défense et d'échanges, et faisons en sorte que l'expérience de chacun serve à tous

Enfin, j'invite les spécialistes et les praticiens du développement local à se pencher de façon plus sérieuse et concrète sur les opportunités offertes par les musées pour les aider à mieux utiliser le capital patrimonial des territoires, et à mieux écouter les idées et les propositions des gens de musée.

Hugues de Varine

hdevarine@interactions-online.com

www.interactions-online.com

Conferência II – Memória, Cultura e Sociedade

Fernando Antonio Pinheiro Filho

Departamento de Sociologia – Universidade de São Paulo

Vou começar propondo uma reflexão sobre os termos propostos como tema – memória, cultura e sociedade – ou melhor, sobre o modo como o uso que fazemos da linguagem nos induz a pensar sobre eles. É comum formarmos sentenças que separam memória e sociedade, cultura e sociedade, ou mesmo arte e sociedade, como quando se fala de uma sociedade sem memória, da cultura na sociedade moderna ou da influência da sociedade na obra de um pintor.

Sem que se perceba, nesses exemplos somos levados a postular de antemão uma relação de exterioridade entre aquilo que essas palavras designam, graças ao que o filósofo Ludwig Wittgenstein denominou de “preconceito substancialista” da linguagem ordinária, algo como a busca automática de uma substância que corresponda a cada substantivo, como se cada palavra se referisse a uma realidade própria, homogênea, bem delimitada e plenamente separada das outras, como é o caso quando dizemos “mesa” e “cadeira”. Aliás, é assim que funciona no uso cotidiano da

linguagem, e nesse plano esse não é um problema que mereça maiores considerações.

Mas também a ciência, quando tenta desvelar a lógica de funcionamento do mundo para além do que está imediatamente dado, segue com frequência esse princípio e aí o uso irrefletido da linguagem pode levar a imprecisões e mesmo ao engano. É o que detectou pela primeira vez no caso da sociologia o sociólogo alemão Norbert Elias ao pensar a relação entre indivíduo e sociedade, relação cujo manejo diz respeito à definição do próprio objeto da disciplina. Via de regra, o sociólogo tende a pensar “indivíduo” e “sociedade” na lógica da fala ordinária e do preconceito substancialista que a comanda: como realidades em oposição, portanto como duas coisas distintas.

Ora, Elias não desconhece que no mundo contemporâneo tendemos à representação de um “eu” como unidade separada, exterior à sociedade concebida como seu meio, e assim unificada no pensamento como outra coisa ou substância. Mas, em sua análise, o surgimento

dessa possibilidade de representação é produto de um longo desenvolvimento histórico que levou à experiência da identidade como diferença; isto é, concebemos nossa identidade a partir do que nos singulariza em relação aos outros, o que nos torna diferentes, únicos. Numa palavra, o que faz de cada um um indivíduo. Isso equivale a admitir que toda identidade é construída a partir de uma localização num contínuo entre o “eu” e o “nós” que é próprio de cada época e lugar. E, se somos a "Sociedade dos indivíduos" – expressão que dá título a um de seus livros – é porque, por razões que não vou desenvolver aqui, acentuamos a parte do “eu” e da individuação nessa relação (diferentemente das sociedades tradicionais em que se dá o contrário: a identificação primeira é com aquilo que cada um tem em comum com o grupo e, nesse sentido, a porção individual não é a base da existência pessoal). De todo modo, o que se quer provar é que a estrutura da personalidade num de seus aspectos fundamentais é instituída a partir da remissão ao coletivo, com base no tipo de relação entre os homens.

Assim, o indivíduo não é uma entidade exterior à sociedade e vice-versa e portanto a sociedade não é uma simples agregação de unidades individuais nem um conjunto independente das ações que têm sede no indivíduo. Mas então, o que é a sociedade? Como

definir o objeto da sociologia escapando do preconceito substancialista? Para contornar esse problema é necessário encontrar uma forma linguística que possa dizer ao mesmo tempo “indivíduo na sociedade” e “sociedade no indivíduo”. E aqui a solução encontrada por Elias é simples: ele propõe que o objeto da sociologia são os homens interdependentes. É a interdependência o fenômeno social por excelência, o vínculo entre homens que os liga em algum tipo de associação e sem o qual sua realidade individual é apenas uma abstração.

Essa noção repõe o sentido sociológico das palavras “indivíduo” e “sociedade”; o conceito de indivíduo se refere a homens interdependentes no singular e o de sociedade a homens interdependentes no plural. E tem também a vantagem de trazer o fenômeno do poder à imanência das relações interpessoais, já que a dependência recíproca não implica em relações igualitárias ou equilibradas, mas marcadas pela desigualdade, pela dominação. O poder não é uma substância possuída por alguém mas uma característica das relações de interdependência: como diz Elias, “na medida que dependo mais do outro do que ele de mim, ele tem poder sobre mim”. Isso vale tanto para o poder político propriamente dito – um governante tem poder sobre nós porque as decisões que toma afetam nossas vidas em nível muito maior do que as decisões que tomamos possamos



AG3 / LIBRAM

afetá-lo – como para as relações amorosas, que são um jogo cruzado de interdependências econômicas, psíquicas e afetivas em que cada um é dominante ou dominado conforme dependa mais ou menos do outro.

De todo modo, podemos agora dizer que a sociedade é um tecido móvel de múltiplas dependências recíprocas que ligam os indivíduos em diferentes tipos de interação. Elias chama de configuração cada uma dessas redes específicas de interdependência, que têm espectro variado no que diz respeito à sua duração e à complexidade dos elos que produz. Cada um de nós participa de muitas configurações, da partida de cartas ao mercado globalizado, sem que tenhamos consciência de todas.

E mais: é a inserção do indivíduo numa rede de relações que tem uma estrutura pré-existente que modela sua forma de sensibilidade e pensamento. Aqui entramos no domínio da cultura, que vou explorar apresentando a análise que Elias faz de Mozart, tentando evidenciar uma nova homogeneidade entre dois aspectos de uma mesma realidade designados por termos distintos: sociedade e cultura.

Trata-se do livro *Mozart, sociologia de um gênio*, publicado em 1991, cujo argumento não visa explicar o gênio de Mozart por razões sociais, mas explicitar os antecedentes, as condições

e os efeitos de seu talento, sendo o primeiro desses efeitos o que ele chama de “angústia do gênio”: Mozart morre aos 37 anos de idade em solidão e desespero. Para entender como isso se dá, é necessário antes de tudo levar em conta o lugar ocupado pelo indivíduo que será objeto da análise na rede de interdependência em que existiu, a sociedade de corte.

Nesse mundo centrado na etiqueta, cujo domínio fixa posições hierárquicas e faz a mediação das tensões entre as frações da nobreza e da burguesia que cercam o rei, permitindo sua sustentação, o músico é um funcionário submetido ao príncipe que o emprega, como qualquer outro. Mas o mandatário também depende dele porque ter a música mais refinada animando seus salões é um importante trunfo na competição simbólica entre as cortes europeias. Assim, os grandes talentos são empregados bem pagos, como sabia o pai de Mozart, que era músico da corte em Salzburgo e reconhece imediatamente a força e a precocidade do talento do filho. Isso torna a criança Mozart objeto do narcisismo do pai, que projeta nele seus desejos de realização e ascensão social, de modo que a necessidade de amor será plenamente suprida conforme sua capacidade de corresponder às expectativas abusivas do pai, que nesse ponto ama não o ser real, mas o veículo de projeção da família detentora do maior talento musical de toda a Áustria.

É com base nessa relação que Mozart consolida seu talento, mas se torna também consciente de sua excepcionalidade. No entanto, como músico burguês na sociedade de corte, a definição da excelência de sua produção não cabe a ele, mas a seus superiores, autores das encomendas – ou seja, só é possível viver como músico e obter reconhecimento obedecendo à lógica social inscrita na demanda, qual seja, o padrão de gosto da aristocracia que se impõe às fantasias do criador. Não é possível ser artista autônomo, produzir para um público em geral que reconheça na invenção com a linguagem e no veio autoral a marca do gênio, simplesmente porque esse público de consumidores de música está em vias de formação, mas não existe ainda. O paradoxo vivido por Mozart é o de ser um gênio pouco antes da época dos gênios. Ele não pode impor inovações ou romper normas porque o universo em que vive não integrou ainda o modelo do artista original e mestre da definição de sua própria excelência, embora a pujança de seu impulso criador exigisse justamente isso. E ele nunca deixou de tentá-lo, para desgosto de seus senhores, que viam a audiência mais e mais desgostosa com peças que tinham notas demais ou óperas em que a instrumentação dialogava com a voz.

Seu destino será, então, marcado pela tentativa de equilibrar dois princípios de tensão

simétricos: o primeiro, entre a grandeza interna do artista superiormente dotado contra a pequenez de um meio que não reconhece a autonomia dos valores artísticos nem a necessidade de independência material e estética dos criadores, e o segundo, entre o sentimento de pequenez interna pela frustração sistemática de sua liberdade contra a grandeza externa desmerecida porque dependente de submissão. Nesse circuito, é inevitável o dilaceramento interno entre pequenez e grandeza, amor e ódio de si mesmo, obscuridade do sofrimento secreto e glória inútil – que culminarão em depressão e renúncia à vida.

Quis trabalhar um pouco da sociologia da cultura de Elias e de um exemplo de seu estilo de análise porque concordo com aquilo que ela propõe – a unidade de análise não está nem apenas na estrutura nem apenas nas ações, mas nas relações; ou nem na dimensão objetiva nem na dimensão subjetiva da vida social, mas no fluxo contínuo entre elas – e acho que ele de fato realiza seu projeto. Basta lembrar que é no estudo de caso de um indivíduo histórico que ele mostra que o conflito psíquico é também conflito social internalizado, e que cultura é algo que se produz em sociedade, sob certas condições de possibilidade. Mais ainda: que o jogo de distinção social se dá pela apropriação de certos marcadores simbólicos no domínio da cultura. Para finalizar

minha fala, vou tratar dessa última questão com o auxílio de outro sociólogo, o francês Pierre Bourdieu, que, embora muito diferente de Elias em vários aspectos, comunga desses princípios mais gerais que vimos em ação.

Na pesquisa que realizou com frequentadores de museus na Europa, publicada em 1966, com o título *O amor da arte*, Bourdieu constata que não existe um público em geral, mas públicos socialmente diferenciados, estratificados a partir dos recursos de que dispõem, o que revela desigualdade social no acesso à cultura dos museus. Essa desigualdade é explicada pelo recurso ao pertencimento social, não pelas disposições pessoais de amor à arte (que é sua denegação). Assim, o inatismo da disposição cultivada é apenas uma crença naturalizada pela força da inculcação familiar e escolar. Ou seja, a ilusão do gosto puro e desinteressado que só depende da subjetividade e tem por fim último o deleite da fruição da forma é desvelada pela correlação das práticas estéticas com a localização social e com os usos do gosto como mecanismo de distinção graças à posse de bens simbólicos como educação, competência linguística ou estética e outros, que Bourdieu chama de capital cultural.

O acesso aos bens simbólicos não é função apenas de condições materiais, mas também de disposições incorporadas inconscientemente. E o

amor pela arte é típico das frações dominadas da classe dominante, expressão que designa o conjunto dos que dispõem de mais capital cultural que econômico e aprendem a lidar com a arte de modo legítimo, no plano da forma e não da função, o que é típico das camadas populares em que a arte serve para algo, seja como decoração seja como divertimento. Aliás, a oposição forma/função dá inteligibilidade às escolhas culturais também no esporte (o boxe, esporte popular por excelência, exige um máximo de esforço e um mínimo de estrutura; seu simétrico é o golfe, que exige esforço mínimo e enorme estrutura) e na alimentação (de um lado, o refinamento estético da “nouvelle cuisine”, de outro o consumo calórico do “preto de pedreiro”).

Voltando ao ponto, Bourdieu desmistifica a ilusão de transparência dos valores artísticos e da faculdade suposta de ser sensível à arte como uma graça mostrando que esse dom é apreendido, incorporado como um conjunto coerente de capacidades, hábitos e posturas corporais que permite ao agente julgar a qualidade de uma obra ou mesmo orientar-se num museu. Sem a posse desses meios, não é possível ultrapassar a barreira de entrada dos lugares da alta cultura, que não se edifica pela falta de dinheiro ou mesmo conhecimento, mas pela ausência de familiaridade que leva à consciência difusa de não estar no seu lugar, desconforto que se expressa na postura, na roupa, no modo de falar ou andar.

O que Bourdieu mostrou, e creio que se tornou uma lição bem conhecida hoje, é que, se os museus se pretendem instrumentos de democratização da cultura, devem antes atentar para os obstáculos invisíveis e os marcadores simbólicos de separação entre iniciados e profanos. Ou, em seus próprios termos, cuidar da universalização do acesso ao universal.

Bourdieu avança a hipótese de que essas práticas, assim como a instituição escolar, cumprem uma função de atribuição estatutária; isto é, têm o poder de classificar os agentes no espaço social, criando grupos que se reconhecem a partir do controle de certos marcadores simbólicos. A herança familiar e escolar são condições objetivas que dão forma a certas disposições internas que operam como princípios das escolhas que distinguem os indivíduos. O estilo de vida e o gosto opõem elites e camadas populares numa escala que vai do gosto legítimo representado pela apreciação das obras de arte “puras” ao apreço pelas obras desvalorizadas por sua divulgação em escala industrial, passando pelo gosto médio que se atém às obras maiores das artes menores ou às obras menores das artes maiores. A nobreza cultural do gosto cultivado equivale à busca desinteressada e livre de conhecimentos, *disposição inculcada pela escola, e manifesta-se como gosto puro.*



Conferência II – Memória, Cultura e Sociedade:

Uma Atualização de Problemas

Ulpiano T. Bezerra de Meneses (Professor Emérito da FFLCH/USP –
Membro do Conselho Consultivo do Iphan)

É de bom tom começar uma palestra agradecendo o convite – e eu não escapei da etiqueta, mas o faço com sinceridade e muita alegria. E, mais ainda, com emoção, pela inesperada homenagem que acabo de receber do DEMU/Iphan, pelas mãos de seu Diretor, José do Nascimento Júnior. Agradeço, ainda, a cordialidade da apresentação de outro amigo, Mário Chagas. Finalmente, devo acrescentar que também estou feliz por conhecer pessoalmente meu colega de mesa, Fernando Antônio Pinheiro Filho: somos da mesma faculdade, na USP, mas de departamentos diferentes, prédios diferentes e cerca de cem metros nos separam... Mas, como se vê, os museus têm a força de unir as pessoas.

O tema desta sessão é bastante amplo e nada simples. Escolhi falar não tanto da memória como fenômeno social, mas, de preferência, de alguns aspectos da investigação recente que esse fenômeno vem suscitando. Trata-se de uma seleção nada sistemática, mas preferi ressaltar

apenas três problemas um pouco diversos em relação ao tratamento rotineiro dado ao tema e que, direta ou indiretamente, têm a ver com o mundo dos museus: a voga da memória cultural e a terceirização da memória, a democratização/privatização da memória e o dilema entre o dever de lembrar e o direito de esquecer. Terminarei com rápidas considerações sobre a relação da História com a memória.

Gostaria de explicitar que meu objetivo não é fornecer um quadro articulado de problemas, mas estimular, com aqueles selecionados, o prosseguimento posterior desta reflexão.

Ontem, na sua exposição, Mário Moutinho demonstrou que não basta utilizar palavras-chave como palavras de ordem (ele tratou de serviço e prestação de serviços). É imperioso conhecer as implicações e responder a elas. Hoje de manhã, Myrian Sepúlveda dos Santos também alertou contra a não problematização de outros conceitos nucleares para as

atividades do museu, como “o outro”, alteridade, identidade, universalidade, ou contra o desconhecimento de que o mundo está repleto de linguagens diferenciadas – e isso traz consequências. É nessa mesma linha, embora mais modestamente, que pretendo falar de memória – palavra desgastada pelo uso muitas vezes superficial que dela se faz, outras vezes álibi de legitimizações ou acomodação.

Não falarei do museu como agente de mudança social e desenvolvimento. Fico numa precondição: é preciso conhecer a realidade social para a ação social. Mas, alto lá: não sou ingênuo a ponto de imaginar que o conhecimento, por si só, conduza ao paraíso. De Sócrates, na Grécia do séc.V a.C., fazendo coincidir a verdade com o bem, à ideologia do progresso da virada do séc. XIX, quando a ciência e a tecnologia pareciam ser as forças que produziriam em escala a felicidade dos povos, passando pelo Iluminismo do séc. XVIII (aliás, na raiz do surgimento dos museus), quando se apostava que as luzes tinham força suficiente e autônoma para mudar o mundo, estas ilusões todas foram desmentidas pela lógica dos interesses dos homens. A ignorância não é raiz obrigatória da barbárie. Fica patente, pois, o limite dessa capacidade autônoma da razão, sem comprometimento ético e político. Mas igualmente claro fica que o comprometimento político e ético sem competência pode resvalar para a

doutrinação e o autoritarismo. É óbvio, além disso, que falar de pré-condição não é requerer um tempo de passividade distinto da ação, pois esta própria é um caminho de conhecimento; o que não se pode é dispensar ou marginalizar o conhecimento em todo o seu rigor.

Assim, aqui, penso que minha obrigação é fazer o que é o primeiro e indispensável compromisso social do museu: contribuir para a formação do espírito crítico, para o domínio e aprofundamento dos critérios das pessoas nas suas próprias e livres escolhas.

Memória cultural: a terceirização da memória.

Se quisermos avaliar o alcance das relações entre memória e cultura, é oportuno lembrar rapidamente o processo de hominização. Naquele ponto de inflexão que ocorre com a postura ereta, o aumento da capacidade craniana e o desenvolvimento das capacidades de abstração (possibilitando a passagem do sensível para o inteligível) e de articulação (relação de causa e efeito, antecipação, projeto), ainda falta alguma coisa para caracterizar o *Homo sapiens sapiens*. Uma delas é precisamente a memória, que dispensa a repetição das experiências na resposta a impulsos externos, a cada nova ocorrência. A memória vai permitir a acumulação e a qualificação de informação e experiência.



Não é tudo, porém: é preciso acrescentar a linguagem, que tornará possível a socialização da informação e da experiência retidas pela memória, que serão ampliadas no espaço e no tempo; além disso, a linguagem criará e alocará atributos, sentidos, valores, classificações.

André Leroi-Gourhan, grande filósofo e pré-historiador do século passado, apontou como, no comportamento hereditário dos primatas superiores, predomina uma memória de construção individual, ao passo que, no caso humano, temos um indivíduo zoológico criador de memória social. É claro que a linguagem não é a única matriz e vetor de memória, e a predominância, nos estudos, do chamado modelo de “memória textual” muitas vezes tem-se demonstrado pernicioso pela exclusão do universo sensorial – mas esse não é meu tema, agora. Gostaria apenas de realçar que, com a memória, a linguagem e o artefato (condensação mais corrente desse universo sensorial), já temos o tripé seminal que institui e, por sua vez, é instituído pela cultura.

Mas, como anunciado, é de vertentes das pesquisas em curso que devo falar. Escolhi, para ilustrar a problemática da memória e cultura, um campo de investigação em franca expansão e, mesmo, tornando-se moda: a chamada “memória cultural”. Por certo, é um campo ainda confuso, difuso e ambivalente, muito diversificado, mas já dispondo de um acervo crescente de publicações, instituições especializadas, cursos de pós-graduação e outras evidências de sedimentação.

Convém considerá-lo com cautela, porém não é possível ignorá-lo.

Um dos teorizadores da memória cultural é o egiptólogo alemão Jan Assmann, que publicou vários trabalhos a respeito na década de 1980, alguns deles em companhia de sua mulher, Aleida Assmann. Ele pretende que o ideário da modernidade desenvolveu-se a partir do séc. XVIII em torno do conceito de humanidades, cujo foco era o espírito, o homem, a História, a arte. As novas disciplinas cristalizadas no séc. XIX têm aí sua referência: a História, a História da Literatura, a Estética, a Antropologia, a Sociologia. No entanto, diz ele, na pós-modernidade as humanidades cedem espaço para a comunicação, os sistemas de registro, a mídia.

Tal interesse depositado na definição das culturas pela capacidade de seus vetores de comunicação tem raízes nas décadas de 1920/1930, recrudescendo em 1950/1960, com a chamada Escola de Toronto. Havelock, por exemplo, estudará a revolução cultural do alfabeto; Marshall MacLuhan não esquecerá a publicidade, em que ele via o meio como a mensagem. Cultura, assim, teria tudo a ver com transmissão de padrões (de comportamentos, coisas, significados), como postulou Jahoda. E a memória deveria ser entendida, no sentido técnico, como componente básico de uma rede de recursos de manutenção e propagação de

um padrão geral: textos, filmes, publicidade, TV, objetos e monumentos, religião, culinária, comemorações etc. etc. etc. Pierre Nora forneceu lenha para esta fogueira ao acentuar a dimensão externalizada da memória: segundo ele, quando a memória deixa de ser experiência e desaparecem os ambientes de memória, ela passa a se refugiar nos “lugares de memória”.

Fala-se de uma “cultura da memória”: o modo como uma sociedade assegura continuidade cultural, ao preservar, com o auxílio de uma “mnemônica cultural”, seu conhecimento coletivo, de uma geração à seguinte, tornando possível que gerações vindouras possam reconstruir sua identidade cultural (Cornelius Holtorf). Não se trata de buscar testemunhos do passado, nem mesmo de continuidade cultural, mas de procurar afirmações capazes de assegurar a inteligibilidade do passado, num determinado contexto cultural do presente. O passado, portanto, é ativamente construído. O alvo não é um passado “correto”, mas sim um passado conveniente. Basta ter significado para os grupos aos quais se dirige, produzindo ou reforçando o consenso.

Pode-se dizer que, nos estudos da memória, tem-se, sucessivamente (mas com superposições, sem linearidade cronológica), uma valorização da ontologia, depois, da semiótica e, agora, de uma pragmática. Em outras

palavras, primeiro vieram os estudos voltados para a natureza do fenômeno como faculdade humana (Psicologia, Filosofia); mais tarde, passaram a interessar os conteúdos, que a Antropologia explorou; hoje, mais atenção

despertam as operações, o funcionamento da memória no interior das sociedades, aumentando a viabilidade dos estudos de História e, sobretudo, de Sociologia.



Há, nesta linha, excelentes trabalhos. Mais uma vez, é preciso mencionar Assmann, que, aliás, como especialista em outras eras, propõe que a História desenvolva o que ele denomina *mnemo-história*: o estudo do passado-como-é-lembrado, conhecimento do trabalho da memória cultural, uma espécie de economia política da memória. Contudo, há muitos trabalhos de viés reducionista, semelhantemente ao que ocorre no campo paralelo dos “estudos culturais”.

O principal reducionismo está na configuração da memória quase que tão somente um componente dos recursos de manutenção e propagação de um padrão cultural geral. Acompanha-se um hiperdimensionamento da tecnologia (basicamente de comunicação). Não há interação, negociação, apropriação. Marginaliza-se a produção de sentido, o papel das práticas sociais (cujo horizonte é muitíssimo mais amplo que a comunicação – salvo na teoria específica da ação comunicativa). Marginalizam-se, ainda, a dimensão cognitiva da memória e as memórias não midiáticas – que, no entanto, contam na reprodução social. Também se tem uma preocupação excessiva com o passado, que obscurece aquela relação que, segundo propõe François Hartog ao tratar dos regimes de historicidade, deveria estabelecer-se, de preferência, com o tempo e a temporalidade.

Apesar disso, é inegável a presença de aspectos positivos. Tem sido salutar a abertura de horizontes e o surgimento de novos focos, ao se trazer luz sobre a operação dos vetores de memória (indispensáveis para se conhecer sua socialização, suas marcas específicas e seus efeitos). Também se realçou o papel crucial da cultura material no funcionamento da memória, assim como do corpo e da corporalidade. A gestualidade, por exemplo, como bem testemunham as culturas africanas, é um dos vetores dessa memória cultural corporificada – *embodied memory*, no dizer de Paul Connerton, conceito que se poderia quase colocar (sensorializado) ao lado do *habitus* de Pierre Bourdieu.

Democratização e privatização da memória

Esta importância concedida à pragmática da memória também apontou um acesso popular ampliado aos suportes de transmissão da memória, que a Internet potencia. Seria sintoma de democratização da memória? O acesso tem-se alargado, sim, mas essa memória protética (como a denominam certos especialistas), terceirizada, industrializada não só mantém como agrava as assimetrias e formas de dominação.

Mas aqui gostaria de chamar atenção para outras formas contemporâneas de privatização

da memória, que começam a ser estudadas. Antes, porém, vale lembrar que conceitos como o de memória coletiva (a citação obrigatória é o nome de Maurice Halbwachs) foram formulados na virada do séc. XIX/XX, num contexto de sedimentação da Sociologia e da Antropologia, quando a preocupação fundamental era a da integração social, dos liames de coesão e solidariedade. Em correlação, a História dominante era ainda a História política, a história do estado-nação. De lá para cá, não só mudou a sociedade, mas também sua percepção como um todo fragmentado e heterogêneo, em que a harmonia ocorre mais como recurso ideológico. Por sua vez, a História política cedeu o passo à História social (as estruturas e forças atuantes), à etnográfica (os modos de vida), à cultural (os significados, valores, identidades), estilhaçando-se em migalhas, como observou François Dosse: História vista de baixo, micro-história, de mulheres, negros, excluídos, minorias. O relativismo ampliou sua influência. Kenneth Gergen, por exemplo, caracterizou um “eu saturado” na base das crises de identidade pós-modernas, manifestando-se na “multiphrenia” (muitas mentes, em grego), isto é, a multiplicação descontrolada dos vínculos de indivíduos com lugares, residências, famílias, pessoas, comunidades, empregos, instituições, religiões, culturas, sistemas de informação etc., quase sempre em competição. Eric Hobsbawm aponta que o historiador hoje – com a

entrada na sombra das grandes teorias explicativas, como o marxismo e o estruturalismo – está mobilizado dramaticamente entre a demanda de universalidade e a busca de identidades particulares. O mesmo vem ocorrendo no campo da memória, e mais ainda, pois a memória costuma ser altamente localizada, enraizada.

Para ilustrar esse aspecto, escolhi falar do monumento. O monumento, por excelência, exige convergência coletiva e boa dose de consenso social. O século XIX foi o período de maior prestígio do monumento, exposto à celebração e à edificação cívica. Na França, chegou-se a falar numa verdadeira *estatuomania* (Maurice Agulhon). A multiplicação de monumentos, dizem críticos como Andreas Huyssen, passou a produzir invisibilidade e não presença do passado. Todavia, hoje, o papel dos monumentos públicos é, em quase toda parte, muito restrito. Primeiro porque os lugares públicos tiveram drasticamente reduzido seu peso nas funções do espaço urbano. Depois, pelas marcas negativas que associavam monumentos e nacionalismo totalitarismo. E, sobretudo, porque a fragmentação do corpo social fez desaparecer as narrativas que davam voz aos monumentos – já que eles não têm sentidos imanentes e, portanto, jamais falam por si. Em São Paulo, corre a história de um militar reformado e patriota que levava, todos os fins de semana, seu filho de seis ou sete anos para venerar a estátua equestre do Duque

de Caxias, obra de Brecheret que se levanta, enorme, na Praça Princesa Isabel, no bairro da Luz. O menino se mantinha sempre silencioso, até que um dia resolveu perguntar ao pai: –“Legal essa estátua, pai, mas quem é que está cavalgando o duque?”. Verdadeira, ou não, a história deixa claro que, sem a convergência da narrativa, o sentido proposto se desfaz.

Mas os monumentos ainda subsistem e se erigem novos. Nestes, muitas vezes, as narrativas não apenas se enfraquecem mas podem se manter explícitas, embora em conflito aberto, favorecendo uma privatização dos significados. Um bom exemplo é o ocorrido com o *Vietnam Veterans Memorial*, em Washington, de 1983. O projeto original do governo americano era legitimar a aventura militar e fechar as feridas de uma guerra inócua e sangrenta, fazendo instalar uma complexa imagem escultórica com a tradicional linguagem heróica. Outros agentes, porém, intervêm: as famílias, que pretendiam compensar as perdas afetivas, e os próprios veteranos, em busca de um sentido para seus sofrimentos. A polêmica arrastou-se por longo tempo e terminou com um monumento que, longe de homologar a interpretação oficial, dispensou qualquer figuração e consistiu num paredão de mármore negro, inscrito com o nome de cada soldado morto na superfície espelhada, capaz de refletir a imagem de cada observador – que passa a integrar o conjunto.

(O conflito não acabou aí, pois esse monumento conta com alguns “anexos”.)

Um passo adiante é o do antimonumento, que é o próprio monumento que se contradiz. Talvez a melhor ilustração seja a obra de Jochen Gerz, de 1986, em Harburg (distrito de Hamburgo), destinada a purgar as culpas do nazismo. Trata-se de uma coluna de chumbo de 12 metros de altura, numa praça em que, ao centro, um orifício serve de bainha para o obelisco, em cuja superfície os habitantes deixam gravados seus nomes ou mensagens pessoais. Ocorre, porém, que, à medida que esta superfície era grafitada, enterrava-se o obelisco na bainha, até que ele desapareceu completamente. Na aparência, o monumento, situado num espaço público, desempenhava seu papel tradicional; contudo, sua verdadeira função era subjetivar os sentimentos que ele pudesse provocar, sem lhes dar qualquer publicidade.

Os casos do *Vietnam Veterans Memorial* e do anti-monumento de Harburg não são únicos, mas se têm multiplicado. Instaura-se, assim, flagrante ambiguidade: ao mesmo tempo que essa participação dos sujeitos é um fator de democratização, expõe as fraturas da sociedade e introduz, sem dúvida, o risco do individualismo.

Memória e esquecimento: entre o dever de lembrar e o direito de esquecer

É ponto pacífico que a memória não constitui simples almoxarifado de experiências e informação, mas, sim, poderoso recurso de seleção e descarte – a ponto de poder ser tomada como um mecanismo de esquecimento programado. Lembra-se sempre a personagem de Jorge Luis Borges, Funes, o memorioso, cuja memória inesgotável colocava em risco sua própria humanidade. Lembra-se também, às vezes, de que o mesmo Borges dissera que o pensamento só se produz com o esquecimento – uma das matrizes da abstração. Também se cita Michel de Montaigne, que já no séc. XVI, dizia serem as bibliotecas casas do esquecimento e não da memória (o que me parece plenamente aplicável aos museus). No entanto, os estudos de amnésia social são ainda incipientes. Não é o caso. No entanto, começa a surgir interesse pelo tema e já há estudos muito importantes, como o de Harald Weinrich que procura refletir sobre os meandros do esquecimento ao longo dos séculos, desde os gregos. Seu ponto de partida: numa sociedade de informação, como a nossa, na qual a memória eletrônica ao mesmo tempo sustenta e ameaça a memória humana, na qual o sonho de um saber universal está prestes a se transformar em pesadelo, acaso a sabedoria não consistiria precisamente em saber

abandonar o supérfluo; em suma, na arte do esquecimento? Num rumo semelhante, em setembro próximo deve realizar-se um congresso em Cantuária, na Inglaterra, subordinado ao tema “Esquecer para lembrar”. A proposta de debate é em torno de questões como “as sociedades se desenvolvem não tanto por meio da rememoração do passado, quanto de seu esquecimento” ou, então, “poderia ser que, mais que viver para se lembrar, como as culturas do museu costumam assumir, vivamos a fim de esquecer?” e outras na mesma linha.

Mas aqui desejaria tratar de um aspecto específico do esquecimento, que está no centro de um debate acirrado: a memória trauma, a memória insuportável da ferida que não se cicatriza e seus dilemas entre continuar a sangrar ou dar a volta por cima. A questão apresenta dois desdobramentos: a memória como projeção para o futuro e a passagem das questões cognitivas para as éticas, em nosso tema.

O primeiro desdobramento contesta a vinculação obsessiva entre memória e passado. Memória é, antes, coisa do presente, produzida no presente, com referências disponíveis apenas no presente, em função do presente. Mas é também coisa do futuro. Duas epígrafes ajudarão a melhor situar estas questões. Uma é de *Alice no país das maravilhas* (essa obra extraordinária de Lewis Carroll, em que o *nonsense* é

o caminho para se chegar ao sentido profundo das coisas). Quando Alice afirma que não consegue lembrar-se das coisas antes que elas aconteçam, a Rainha (do jogo de baralho, com quem ela interage) replica: “Mas que pobreza de memória é essa que só funciona para trás!”. Com efeito, a memória é *também* um espaço de construção do futuro, no presente. A outra epígrafe é tirada de Amos Oz, o escritor israelense (citado por Jan Assmann): “Se eu tivesse qualquer possibilidade de intervenção nas negociações de paz [entre israelenses e palestinos], fossem em Wye, Oslo ou qualquer outro lugar, eu recomendaria ao técnico de som que desligasse os microfones tão logo qualquer das partes negociadoras começasse a falar do passado. Porque eles estão sendo pagos para encontrar soluções para o presente e o futuro”.

O segundo desdobramento da memória trauma é que merecerá, aqui, maior atenção: a passagem das questões cognitivas para as éticas, cujo ponto crítico é o embate entre o dever de memória e o direito ao esquecimento.

Um ponto nevrálgico é a *memorabilidade* do passado. Todas as sociedades desenvolvem mecanismos de regulação e normatização do que pode ser lembrado, do que é conveniente, inconveniente ou impróprio lembrar. Aliás, o mesmo ocorre em outros domínios, como a

dicibilidade (o que se pode ou não dizer) ou a visibilidade (o que se deve ver ou o que precisa permanecer invisível).

Muitos estudos têm-se fundamentado em filósofos e teóricos que tomaram o esquecimento como prerequisite de estabilidade da vida social e política: Hobbes (esquecer é a base do Estado justo; a amnésia é a pedra angular do contrato social), Renan (ao definir nação, aponta o perigo da História para a nacionalidade, cuja origem se encontra sempre na violência) ou Nietzsche (para quem felizes eram os desmemoriados, pois esquecer é fundamental para qualquer ação). Os juristas, por sua vez, não escondem que o direito aceita o esquecimento para a sociedade aceitar a transformação e seguir adiante apesar dos erros cometidos – daí as instituições da prescrição do crime ou da pena, do indulto, da anistia (*ammistia* e *amnésia* têm a mesma raiz).

Tais referências, certamente, não bastam para se propor o esquecimento de crimes e atrocidades como justificável por razões pragmáticas. Esquecê-los, diz Jürgen Habermas, não só trai as vítimas da injustiça como ameaça o futuro.

Entretanto, os dilemas suscitados pelo embate entre as exigências do conhecimento e da moral alargaram consideravelmente o campo de estudo da memória, introduzindo temática

nova: a noção de justo. Doravante, no nosso horizonte, memória, identidade e justiça são inseparáveis. O que se chama justiça transgeracional, justiça restitutiva, não constitui forma de vingança, ajuste de contas ou ressentimento, mas se fundaria na esperança de ação reparadora capaz de regenerar não apenas o passado, mas o espaço entre o passado e o presente.

Não há como, aqui, dar conta do debate. Julgo necessário, porém, mencionar a obra de Paul Ricoeur, que orienta seu pensamento na justificativa do perdão – não efusão sentimental, mas ato político e ético. Nossas obrigações em relação ao passado, justifica ele, não são todas de memória. O olvido é legítimo quando ajuda a sobreviver à falta cometida. Não constitui acomodação concedida ao desgaste do tempo, nem a facilidade confortável da anistia, mas requer coragem daquele que oferece (é o que quer dizer *per-dono* em latim) o perdão. Freud demonstrou a importância do trabalho do luto, necessário para enfrentar a perda, a fim de superá-la, ao invés de reprimi-la, provocando o ressentimento e a melancolia (os efeitos da perda continuamente revisitada). Impõe-se, pois, um “trabalho da memória”, destinado menos a instituir um tribunal do que a providenciar um espaço confessional em que, como ocorreu nas comissões “Truth and reconciliation” da África do Sul após o *apartheid* ou em países sul-americanos, algozes e vítimas

recontam seus papéis. Para tanto, como creem autores como Bleiker & Houang, a prioridade é criar espaços para uma ética dialógica, a ética da diferença, capaz de promover uma consciência histórica tolerante, viável quando se aceita, sem resvalar no vale-tudo do relativismo, a possibilidade de múltiplos presentes, passados e futuros.

Dispensável acentuar que se trata de um caminho extraordinariamente delicado, e, num país como o nosso, agravado por obstáculos específicos, pois somos herdeiros de um passado colonial e escravocrata que ainda não foi zerado, com uma sociedade politicamente tão frágil diante de um estado patrimonialista, contaminados, uma e outro, por uma tradição perversa de clientelismo e, mais ainda, pela competência nas conciliações por cima das elites, conduzidas por esse “homem cordial” de que fala Sérgio Buarque de Holanda – aquele que recusa a impessoalidade das normas e da justiça, manipulador das relações pessoais, individualista e, em suma, avesso a compromissos republicanos. Uma conclusão parece impor-se: é preciso politizar a sociedade. Não, em absoluto, com alvos partidários ou de grupos de poder, mas tomando a *pólis* como a referência dominante: *pólis* quer dizer o conjunto de cidadãos que assumem os direitos e as obrigações de gerir a coisa pública no interesse público. É preciso, em consequência, politizar a memória.

Conclusão

Concluindo, não falarei de qualquer outra vertente dos estudos sobre a memória. Prefiro, ao invés, sumarissimamente propor três reflexões sobre as relações entre memória e história, para que se possa ver um pouco mais claro num terreno muito embaçado.

i. Memória e História não se equivalem. Nem se hierarquizam. A memória é um processo ideológico de produção de autoimagem e inteligibilidade, capaz de localizar nosso lugar na História, no acontecido, no tempo. Já a História é um procedimento cognitivo. Não é subjetivo, mas intersubjetivo: suas proposições exigem a apresentação dos critérios aplicados na sua produção (fontes, historiografia, premissas, métodos etc.) para avaliação de alcance e validade.

ii. A memória, assim como a identidade (de que ela é suporte), são processos indispensáveis à vida biológica, psíquica e social. Por certo, não devem ser consideradas imunes ao crivo ético e político – e à análise histórica: a memória social deve ser um dos objetos de investigação da História, inclusive como fonte, mas não sua matriz.

iii. A História é um instrumento indispensável à formação crítica capaz de contribuir na produção da consciência histórica.

Consciência histórica não é consciência do passado em si, mas consciência da dinâmica, percepção das forças que formam e podem transformar a sociedade, e do papel da ação humana perante outras forças. (O conhecimento do passado, contudo, é a plataforma indispensável para a consciência histórica). Sem consciência histórica, a cidadania nunca será plena.

iv. Como se vê (e já aponte desde o início), estas questões todas, ainda que incompletas, desamarradas e superficialmente tratadas, ao menos podem fazer ver que a aparente simplicidade e transparência de um fenômeno como a memória encobre muita resistência, opacidade e muitos desdobramentos – que estão a exigir conhecimento, reflexão, pensamento.

Por outro lado, a partir desta amostragem de tendências nos estudos, eu deveria falar de como eles interferem nos museus e seu papel social. Mas isso fica para o capítulo 2, na sequência. Também como se vê, com a sutileza que me caracteriza, já estou procurando garantir um convite para o IV Fórum Nacional de Museus.

Muito obrigado pela atenção.

Algumas referências de leitura

- Assman, Jan, *Religion and cultural memory: ten studies*. Stanford, Stanford University Press, 2005.
- Connerton, Paul, *Como as sociedades recordam*. Lisboa, Celta, 1999.
- Fentress, James & Whickham, Chris, *A memória social*. Lisboa, Teorema, 1997.
- Ferenczi, Thomas, dir., *Devoir de mémoire, droit à l'oubli?* Bruxelles, Complexe, 2002.
- Huysen, Andreas, *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano / Universidade Cândido Mendes / MAM-RJ, 2a.ed., 2000.
- Landsberg, Alison, *Prosthetic memory*. The transformation of American remembrance in the age of mass culture. New York, Columbia University Press, 2004.
- Meneses, Ulpiano T. Bezerra de, *A crise da memória, História e documento: reflexões para um tempo de transformação*. In: Silva, Zélia Lopes da, org., *Arquivos, patrimônio, memória*. São Paulo, Editora da UNESP, 1999: p. 11-30.
- Ricoeur, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2008.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos, *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo, Anna-Blume, 2003.
- Weinrich, Harald, *Lethé. Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- Winter, Jay & Sivan, Emmanuel, eds., *War and remembrance in the twentieth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

Conferência III : Museus e Cidades Educadoras

Florianópolis: sexta-feira, 10/07/2008 – 18h30

Bárbara Freitag

I
Em 1998, organizei um ciclo de palestras na Universidade Livre de Berlim, que resultou na coletânea de textos *Cidade e literatura*.¹ O ciclo focalizava as megalópoles. A maioria dos palestrantes falou sobre o romance urbano contemporâneo.

Coube a mim discutir *O mito da megalópole na literatura brasileira no século vinte*. Para tal escolhi três romances: *A hora da estrela* (1977), de Clarice Lispector; *Não verás país nenhum* (1981), de Ignácio Loyola Brandão; e *Samba-enredo* (1994), de João Almino de Souza, todos publicados na segunda metade do século XX. Quem estiver familiarizado com os títulos, verificará que nos três romances as cidades que constituem o pano de fundo da trama são o Rio (Lispector)², São Paulo (Brandão) e Brasília (João Almino). Mas o

que é mais importante para o nosso tema é que em cada um deles, a personagem central MORRE, engolida pela sua cidade.

É o caso de Macabéa, que vem do Nordeste, fica perdida no Rio e acaba sendo atropelada por uma Mercedes, cujo motorista foge e a deixa estirada na calçada. É o caso do professor de História paulista, Souza, que morre na periferia de São Paulo, vítima da catástrofe ecológica. E é o caso do primeiro presidente negro eleito em Brasília, Paulo Antônio, que é sequestrado e assassinado no Cerrado (não por razões políticas, mas econômicas). Percebi, ao aprofundar-me no tema, que no romance urbano contemporâneo e não somente no brasileiro, predomina essa visão negativa da cidade como entidade (personagem) agressiva, devoradora dos indivíduos que nela se aventuram

Essa versão negativa da cidade também transparece no romance de Alfred Döblin, *Berlin Alexanderplatz*, sobre o qual Fassbinder fez um belo filme, em que Franz Bieberkopf passa

1 Entre os palestrantes (e autores) figuram Volker Lühr, Niklas Sombart, Ellen Spielmann, Berthold Zilly, Willi, Bolle, Ronald Daus, Dietrich Briesemeister, Dietmar Kamper e eu mesma. Publicado na Revista Tempo Brasileiro, (Rio: 1998).

2 Na versão cinematográfica de Susana Amaral, a trama se desenvolve na cidade de São Paulo.

anos na prisão de Tegel e, mais tarde, em um manicômio, onde é massacrado. Döblin escreveu dois finais para o seu romance. Na primeira versão, o personagem morre em consequência do “tratamento” recebido no manicômio; na segunda, mais atenuada, Döblin deixa Franz Bieberkopf sobreviver: ele é solto e volta a ser o camelô miserável da Alexanderplatz que era antes de sua internação.

Outro exemplo, passado em Paris, é o romance de Balzac, *Père Goriot*, em que o autor conta a triste história de um pai, que sacrifica seu tempo e seus bens para garantir a ascensão social das filhas. Quando o velho morre, nenhuma delas aparece para o enterro. Um jovem arrivista, Rastignac, que conhecia Goriot por morar na mesma pensão, vai revoltado, ao cemitério Père Lachaise. E de lá, do alto, olha Paris e exclama: “À nous deux maintenant!” (A nós dois agora!), responsabilizando a grande cidade pela desumanização de seus moradores. Na literatura, esses exemplos se multiplicam.

II

À visão negativa da cidade contemporânea, que esmaga e devora seus moradores, em especial os recém-chegados – os estrangeiros – contrapõe-se a visão positiva da cidade. Trata-se da visão da cidade como instância civilizadora, formadora do cidadão. Nas palavras de

Max Weber e Georg Simmel, dois dos maiores teóricos da cidade, “os ares da cidade libertam!” Talvez essa seja uma visão utópica, mas bastante difundida no mundo inteiro. Quando a vida do campo se torna insuportável, os moradores das áreas rurais se dirigem aos centros urbanos para lá buscarem uma nova vida, uma vida melhor.

Os egípcios antigos tinham um mesmo hieróglifo para caracterizar o útero materno e a cidade, o que significa que, para eles, a cidade tinha a conotação de lugar de origem, de abrigo e proteção. Estar intra-muros poderia significar estar protegido como no útero materno. Essa visão foi partilhada pelo americano Lewis Mumford, o historiador da cultura urbana, *Cities in History*, destacando que as mulheres procuravam evitar o nomadismo e fixar-se em lugares para parir, cuidar de seus filhos pequenos, dos doentes e dos velhos, e enterrar seus mortos. As necrópoles seriam, assim, as primeiras formas de vida urbana.³ Em sua origem estão as mulheres.

O filósofo tcheco, Vilém Flusser,⁴ que viveu e trabalhou por 35 anos no Brasil, admitiu existirem em nosso imaginário “proto-cidades”,

3 Barbara Freitag. *Teorias da Cidade*, Campinas: Papirus, 2006, 2007

4 Vilém Flusser: *Das bürgerliche Prag vor dem zweiten Weltkrieg*, em: Bodenlos. Flusser Schriften. Vol.2. Mannheim: Bollmann-Verlag, 1992 pp.13-22

modelos básicos de como deveriam ser as cidades contemporâneas. Segundo ele, essas “proto-cidades” se comporiam por pelo menos três espaços: o econômico (mercado), o político (a polis) e o espaço cultural. Aquelas cidades que não atendessem a esses critérios básicos, não teriam o direito de chamar-se “cidades”. Para Flusser, as cidades gregas de Atenas e Tebas ou a sua Praga natal teriam as características de “proto-cidades”. Com essa leitura, Flusser acata a ideia do antropólogo francês Levi-Strauss,⁵ segundo a qual trazemos dentro de nós uma lógica espacial que se manifesta no coletivo, de forma inconsciente, na ocupação do espaço. Para o antropólogo, os bororós e nhambiquaras brasileiros construía suas aldeias “representando” nesse espaço as regras sociais de relacionamentos lícitos e não lícitos, as hierarquias do poder e os tabus envolvendo as regras de parentesco (e casamento).

Mas onde ficaria, em todas essas versões e visões, a “cidade educadora”?

No repertório das teorias da cidade do qual tomei conhecimento e nas tipologias desenvolvidas por arquitetos, urbanistas, historiadores, antropólogos e sociólogos que estudei⁶

5 Claude Lévi-Strauss: *Les organisations dualistes: existent-elles?* em: *Antropologie Structurale* (vol.1), Paris : Plon, 1958 pp. 147-180

6 Cf. pelo menos três dos meus livros: *Teorias da Cidade*; Campinas: Papirus, 2007; *Cidade dos Homens*, Rio: Tempo Brasileiro, 2002 e *Itinerâncias Urbanas*, Brasília Casa das Musas, 2008 (2ª.ed. ampliada)

não consta a existência da “cidade educadora”. Nem mesmo no belo livro de Ítalo Calvino sobre as *Cidades Invisíveis!* Seria ela uma ficção, uma utopia, uma impossibilidade? Uma criação imaginária?

E em nossa vivência pessoal, será que já nos deparamos uma vez com uma “cidade educadora”?

Lúcia Leitão, arquiteta e urbanista da Universidade Federal de Pernambuco, criou o conceito de “cidades essenciais” ou “estruturantes” em seu interessante livro *Os movimentos desejantes da cidade. Uma investigação sobre os processos inconscientes na arquitetura da Cidade*.⁷

Baseada na psicanálise de Freud, a autora realizou uma pesquisa em Recife, na qual procurou detectar os processos inconscientes dos moradores daquela capital, mostrando como sua cidade natal exercia um papel fundamental na formação da consciência dos recifenses. Mesmo morando na periferia, moradores entrevistados se referiam ao Centro Histórico como uma memória constitutiva de sua personalidade, sem conhecê-lo bem. A pesquisadora cunhou, à luz disso o conceito de “cidades essenciais”. Tratam-se de cidades que estruturam nossa consciência e que funcionam como pontos de

7 Recife: Prefeitura da Cidade de Recife – Fundação da Cultura, 1998

referência para conhecer outras cidades pelas quais nos movimentamos. A “cidade essencial” tem, pois, *uma dimensão pessoal, subjetiva*. Deste modo, ela diverge para cada um de nós, de acordo com as vivências particulares que tivemos e, via de regra, se confunde com a cidade em que nascemos e fomos criados. A “cidade essencial” diverge também da “proto-cidade”, da qual nos fala Flusser. Esta tem mais a ver com uma utopia, um modelo, uma matriz, uma estrutura fundamental que pressupõe a *dimensão objetiva* de espaços sempre presentes que ocupam funções necessárias e indispensáveis, como o espaço cultural, político e econômico.

III

Influenciada pela ideia de “cidade essencial”, decidi trazer para este Fórum Nacional a minha vivência e experiência de três cidades estruturantes, no sentido que Lúcia Leitão deu ao conceito, já que em minha opinião esse termo chega mais próximo daquilo que os organizadores do Fórum chamaram de “cidade educacional”. Talvez seja possível, à luz dessa experiência pessoal e subjetiva nas três cidades, deduzir alguns traços em comum, portanto objetivos, e, com isso, talvez chegar a um modelo de cidade próximo da “cidade educadora”.

No meu caso considero Berlim, Paris e Rio de Janeiro “cidades essenciais” em minha vida.

Sem ter vivido nelas, eu seria outra pessoa, com outra cabeça, outros sentimentos e outra *Bildung* (cultura).

Berlim

Berlim não é minha cidade natal por um mero acaso, pela conjuntura histórica. Estando a Alemanha em guerra com quase todo o mundo, nasci numa cidadezinha na Baviera, Oberzell, com menos de 3 mil habitantes, durante os bombardeios da capital da Alemanha nazista. Meus pais é que eram de Berlim: eles lá se conheceram, lá se casaram e lá moraram até a morte de meu pai, em 1943. De lá tivemos de fugir quando o Exército Vermelho vitorioso tomou a cidade. Passamos a morar em uma aldeia perto de Gotha, no que veio a ser a Zona de Ocupação Soviética (futura DDR). Tudo que soube de Berlim depois, devo aos relatos de minha mãe: a morte de meu pai na Charité, maior hospital no centro de Berlim; a cidade bombardeada; a coragem da população civil que, mesmo sob bombas, costumava ir ao teatro, à ópera e à rua para cooperar na extinção do fogo; a derrota do exército nazista (“Zusammenbruch”, ou seja, o desmoronamento desse regime odiável). Mas minha mãe também se lembrava da Berlim dos anos 20, centro da cultura europeia em ebulição, onde ela, adolescente, visitava o Volkstheater de Piskator e Brecht, as galerias de

arte de Kokoschka, do Blauer Reiter, de Edwar Munch e Emil Nolde, onde ela dançava no grupo de Mary Wigmann, lembrando uma Berlim culturalmente efervescente. No filme “Cabaret”, com Liza Minelli, o cineasta capta a passagem dessa fascinante cidade para a Berlim sinistra e cinzenta, que será destruída pelo nazismo e pelas bombas dos aliados.

Em 1963, a convite de minha vó materna, fui estudar na Universidade Livre de Berlim com sede em Berlin-Dahlem, o lado Ocidental da antiga capital, já dividida em duas e reparada pelo Muro (construído em 1962). Permaneci 10 anos em Berlim Ocidental, enclausurada por este Muro que dividia a cidade e a Alemanha em duas. Aqui fiz minha graduação em Sociologia, defendi minha tese de mestrado (Diplom), bem como o doutorado. Assim, as universidades berlinenses, as bibliotecas, os museus, os teatros, a história e a política dessa cidade moldaram a minha personalidade e traçaram meu percurso profissional.

Recentemente, dei um depoimento sobre os anos 60 (67/68) em Berlim, na PUC do Rio. Essa vivência foi bem diferente da vivência dos “soissante-huitards” de Paris, onde se encontrava meu irmão caçula, estudando na École des Hautes Études. Enquanto eu falava de Rudi Dutschke, meu irmão mencionava Cohn Bendit; enquanto os estudantes parisienses

gritavam “a imaginação ao poder!”, o grupo Baader-Meinhoff de Berlim preparava-se para jogar bombas nos shoppings e nos quartéis das forças aliadas em protesto contra a ocupação e a Guerra do Vietnã. Depois de terminar o doutorado na TUB, decidi voltar para o Brasil, onde se encontrava minha família e onde FF conseguiu um emprego para mim na UnB, na nova capital brasileira, Brasília.

Deixei Berlim ainda com o Muro (em 1972) e trouxe importantes memórias na minha bagagem para Brasília: as duas universidades em que estudei (a FUB e a TUB)⁸; a Staatsbibliothek e a LA-Bibliothek; a Staats-Oper; o Schiller-Theater; o Berliner Ensemble (fundado por Brecht & Helene Weigel); e o Pergamon-Museum, com um dos acervos mais ricos da cultura greco-romana, como o famoso altar que deu o nome ao museu (que ficava em Berlim Oriental e que os moradores de Berlim Ocidental somente podiam visitar aos domingos), o Palácio dos Leões de Nabucodonossor (Mesopotâmia) e o tesouro de Micenas e de Troia (encontrado e perdido por Schliemann), entre tantas outras maravilhas da produção cultural do mundo. Também passaram a fazer-me

8 FUB = Freie Universität Berlin; TUB = Technische Universität Berlin, ambas situadas na parte ocidental de Berlim, ocupada pelos Aliados americanos, ingleses e franceses que junto com os soviéticos (Berlim Oriental) Ocuparam Berlim em 1945, derrotando Hitler e seu regime. Numa referência malévola de Carlos Lacerda, chamou-me de “dama de Berlim”, insinuando que eu teria vindo como agente soviética do lado oriental, ignorando a minha procedência do lado “livre” (ocidental) de Berlim.

falta, mas permaneciam na memória, a Filarmonia de Berlim, onde regeram Karajan e Cláudio Abado; o Festival de Cinema de Berlim, onde conheci Glauber Rocha e a distribuição do Urso de Ouro (para o “Tropa de choque” nesse ano); o Theater des Westens; o Grips-Theater (experimental) e várias outras pequenas salas de teatro; e museus como o de Berlin-Dahlem e o Museu Egípcio, com a Nefertite, na entrada do Charlottenburger Schloss.

Foi ao pé do Muro e à luz das ruínas do castelo dos Hohenzollern ou da Kaiser-Gedächtnis-Kirche, que soube de Auschwitz, Treblinka e Buchenwald, os campos de concentração e de extermínio. Foi em Berlim, em suma, que adquiri consciência histórica e política do mundo em que nasci. Aqui aprendi a assumir responsabilidade e cidadania no aprendizado dos direitos humanos.

Até hoje, entoo a canção cantada por Marlene Dietrich, nascida em Berlim e enterrada no cemitério de Dahlem (Berlim-Ocidental): “Ich hab’noch einen Koffer in Berlin/ der bleibt auch dort, und das hat seinen Sinn...” que continua muito significativa para mim. Olhando dessa perspectiva, posso afirmar, com plena consciência, que Berlim foi para mim *uma*, senão a “cidade essencial”, “estruturante” e “educadora”!

Quis o acaso (ou o destino) que, depois de deixar Berlim, findos os meus estudos (1972), que meu marido diplomata, Sergio Paulo Rouanet, fosse para lá transferido como cônsul geral do Brasil, transformando a mim, uma quase-berlinense, em uma representante dos interesses brasileiros na nova Berlim, dessa vez já unida e novamente capital da Alemanha (Republik Deutschland) desde 1995, finalmente reunificada depois de 50 anos partida e dividida.

Paris

O primeiro a chamar minha atenção sobre Paris foi, como já mencionei acima, Miguel, meu irmão caçula, nascido brasileiro, que depois de concluir seu colegial em Porto Alegre veio para Paris. Foi com Miguel que fiz minhas primeiras *flâneries* por ruas, parques e *boulevards* de Paris, bem antes de conhecer a importante obra de Walter Benjamin, que culminaria com *As passagens de Paris*. Antes de conhecer o conceito, cunhado por Baudelaire e reforçado por Benjamin, pratiquei a arte de flunar por Paris, i.e, perambular sem destino, vagabundear pela cidade sem rumo e finalidade, sem correr atrás de mercadorias, sem procurar pessoas, sem uma agenda ou imposição de tempo.

Se Berlim foi a minha experiência urbana mais marcante enquanto estudante, ensinando-me *den Ernst des Lebens* (Goethe), a seriedade

da vida, Paris foi a cidade do lazer, da *joie de vivre*, da minha vida adulta.

Em verdade, Paris representou um contra-ponto à Berlim em que vivi e me formei como pessoa e profissional. Berlim estava mais perto da “proto-cidade” da qual nos fala Flusser, ou seja, daquela estrutura básica de cidade que conhecemos bem e que procuramos reencontrar em todas as outras versões de cidade que passamos a conhecer depois. Se Berlim ficou associada a uma visão sinistra de cidade, Paris ensinou-me a reconhecer que nem todas as cidades são como Berlim, apesar das muitas semelhanças geográficas e climáticas entre ambas.

A Paris que conheci no final da década de sessenta não levava como Berlim as marcas da guerra, os tiros na parede dos prédios que não tinham ruído com as bombas. Inexistia o Muro que envolvia Berlim Ocidental como a casca espinhenta de uma fruta, cercada por toda parte pelos arames farpados, pelos postos de observação dos VOPOS⁹, pelas câmeras do inimigo da época. Berlim Ocidental, na qual vivi como estudante e profissional, parecia mais uma prisão coletiva, apesar de pertencer, no jargão de então, ao “mundo livre” (capitalista) como a Freie Universität Berlin.

9 Volkspolizei (a “polícia do povo” da Alemanha Oriental)

Na comparação com Paris, contudo, esta sim era uma cidade LIVRE, plana, em que o Sena corria em direção ao Atlântico sem ter de se esconder como “die Spree” que atravessa Berlim e em certos pontos da cidade desaparecia do olhar, sob os arames farpados e os muros armados pelo regime soviético.

E, além do mais, Paris tinha uma história bem diversa da de Berlim, uma história que se confundia com a história mundial. Tudo remete à capital da *grande Nation* que era a França do Rei Sol e de seus planetas. A começar por Versalhes, a 50 Km de Paris, continuando pelo Louvre, antiga morada dos reis da França, hoje um dos maiores e mais belos museus do mundo! Estão ali os Invalides, que guardam, além do túmulo do herói nacional, Napoleão, a memória das grandes guerras e lutas napoleônicas que sacudiram a Europa continental durante décadas. No Arco do Triunfo lêem-se os nomes de todas as batalhas ganhas e de todos os heróis caídos em nome da França capitaneada por Napoleão. As artimanhas do combativo corso até mesmo tiveram implicações profundas para o Brasil, segundo a “fuga” ou, como a maioria hoje quer, a “chegada” do Príncipe Regente de Portugal ao Brasil.

Paris tem a mais bela catedral gótica do mundo, Notre Dame, eternizada no



AG3 / IFRAM

imaginário do mundo inteiro graças ao romance de Victor Hugo, *O Corcunda de Notre Dame*, e em várias versões de filmes do mesmo nome, em que o Corcunda (representado por Charles Laughton) salva, para o interior da catedral, Esmeralda (Maureen O'Hara), a jovem cigana que encantou o Cardeal do Santo Ofício e que, por isso mesmo é, destinada por ele a morrer.

Em cada rua, em cada esquina, em cada praça, em cada prédio, mesmo dos mais humildes aos palácios mais opulentos, encontramos a marca do tempo, da História, de seus grandes personagens, escritores, homens célebres, franceses ou estrangeiros, eternizados para sempre em estátuas, placas, parques e museus (cf. A casa Victor Hugo na Place des Vosges; na Praça Sartre e Simone de Bouvoir, na altura do Café Flore, esquina do Boulevard Saint-Germain; na casa de Balzac, em Passy, nas proximidades do Trocadéro); em teatros e óperas.

Quem for visitar as Tulherias, reencontrará Proust e o seu tempo perdido com a pequena Gilberte que o narrador amava; quem for visitar os esgotos da cidade, relembra da cena em *Os Miseráveis* de Victor Hugo, em que Marius é carregado por Jean Valjean, seu futuro sogro, e salvo do policial implacável, Javert. E quem for às Galleries Lafayette, mesmo querendo comprar algo, não deixará de encontrar no teto de

uma das primeiras e mais belas galerias (hoje diríamos “shoppings”) lembranças do magistral romance *Le Bonheur des Dames*, em que Émile Zola relata a destruição do pequeno comércio pelos grandes palácios do consumo, as galerias, posteriormente tematizadas por Benjamin em suas *Passagens de Paris*.

Paris sempre ficará associada à festa, à diversão, à música de Chopin ou Liza. Muitos se lembrarão ao sair da estação de Lyon da opereta “Vie parisienne”, de Offenbach, em que até mesmo aparece um brasileiro fanfarrão e gastador, ou a boate Maxim's em que “A Viúva Alegre” de Franz Lehár, dança sua bela valsa com o conde Danilo. E mesmo quando a cidade é retratada em períodos de guerra, como em “Ninotchka”, com Greta Garbo, ou como no filme *cult*, “Casablanca”, com Ingrid Bergman em fuga para países longínquos em paz, ela mostra seu lado amoroso, lúdico, cosmopolita e livre. “We will always have Paris”, diz Humphrey Bogart à chorosa Ingrid, representando a mulher de Lázlo, um herói de guerra e da Resistência contra o nazismo que obriga o casal a renunciar ao desejado *happy end*.

Mas será que existe uma cidade-síntese que reúna a seriedade representada por Berlim e a dimensão lúdica incorporada em Paris?

Rio de Janeiro

Na minha vida pessoal, tudo indica que encontrei, no Rio de Janeiro uma cidade capaz de reunir essas duas faces de Janus, essas duas caras, para falar como a novela da Globo: a dimensão do trabalho e da responsabilidade versus a dimensão da curtição e do lazer; ou, recorrendo a uma terminologia de Freud, ao princípio da realidade e ao princípio do prazer. Morei e trabalhei em outras cidades, como Frankfurt, Brasília, Zurique, Copenhague. Mas cada uma delas pendeu mais para um ou outro lado da polarização que se configurou na oposição entre Berlim e Paris.

Ainda é cedo para dizer que o Rio de Janeiro reúne as qualidades, a beleza e a história que caracterizam as minhas cidades essenciais: Berlim e Paris. Mas agora que vivo nessa cidade há mais de cinco anos, estudando-a e usufruindo suas instituições culturais, sua história e cultura, vislumbro a possibilidade de nela ver uma cidade-síntese, que, sem ser essencial no sentido de estruturação de minha personalidade e de minha experiência de vida, mais se aproxima do que talvez os organizadores desse fórum buscavam: uma *cidade educação*. O Rio pode ser uma simbiose da cidade essencial e estruturante com a cidade do lazer e da alegria. Uma síntese da cidade vivida de cada dia, subjetivamente, com a proto-cidade, de funcionalidades

objetivas, cujo plano cada um de nós carrega em seu inconsciente.

O Rio é, especialmente do ponto de vista de uma socióloga, uma cidade partida, cindida em duas, como a foi Berlim durante os 50 anos de 1945 a 1995. Portanto, uma cidade dual, aparentemente sem conciliação como nos fazem crer Zuenir Ventura ou os autores de *Elite da Tropa* (Luiz Eduardo Soares, André Batista e Rodrigo Pimentel), e de *Falcão: meninos do Tráfico* (MV Bill e Celso Athayde)¹⁰, mostrando a violência, a anomia, a miséria de boa parte da população que habita os espaços informais e ilegais (favelas) em contraposição à riqueza, o luxo, a fartura cultural e alimentar da população que habita as áreas da orla marítima, as várzeas, a barra.

Mas o Rio também é a cidade em que se pode fazer tudo que dá prazer: ler, escrever, visitar museus, ouvir concertos, visitar teatros e cinemas em grande variedade, durante todas as horas do dia. Além do mais, tem as mais belas praias do mundo. Aqui também se pode flunar, no sentido de Baudelaire e de João do Rio, perambulando sem objetivos, sem horários, sem obrigações, sem limites. Aqui pode-se aprender a reencontrar, no dia a dia, os traços de um passado violento

¹⁰Que deram interessantes filmes (como o premiado "Tropa de choque", que em Berlim (!) recebeu o urso de ouro) e documentários ou séries.

de guerras, marcado pelo medo, pela fome, como foi a minha experiência infantil de Berlim. Mas também se encontram nesta cidade universidades, bibliotecas, museus e salas de concertos, que encontrei como estudante em Berlim e como visitante em Paris. A capital tropical do Império e da República, guarda os traços das influências europeias, portuguesas, inglesas e francesas, sofridas e vividas durante os últimos três séculos. Seguir esses traços, Spuren (pegadas), tornou-se a grande vivência lúdica e a experiência profissional desses últimos cinco anos, em que a cidade me acolheu como forasteira, estrangeira, “não carioca”. Aqui não me sinto Macabéa nem Souza, e espero escapar ao fim trágico do personagem do romance candango de João Almino, Paulo Antônio.

Especialmente nesse ano de 2008, os moradores do Rio puderam beneficiar-se de todos os eventos culturais, musicais, históricos e festivos que recordam os 200 anos da chegada de Dom João VI e sua Corte ao Rio. Nesses termos, o Rio de Janeiro pode ser visto como uma *cidade educadora* por excelência, na qual os moradores podem conciliar a “cidade essencial”, subjetiva, vivida a cada dia, com a “protocidade”, com seu mercado, sua política e sua rica cultura guardada em museus, bibliotecas e prédios históricos. Se essa cidade não é encontrada por todos no espaço material objetivo, ela

pode ser encontrada no espaço imaterial, na memória e na consciência de cada um de nós.

Retomando o fio da meada do início das minhas reflexões, gostaria de deixar registrada *em lugar de uma conclusão*, para os que talvez leiam essas linhas, uma *recomendação*: *mais que a cidade material de pedra e cal, a leitura da cidade* através da literatura, dos jornais e revistas, pelo cinema e pela fotografia antiga e contemporânea, pela visita a exposições temáticas e artísticas parece-me ser a verdadeira *via real para o conhecimento de nossas cidades*.

Barbara Freitag
(Florianópolis: 10/07/02)

AG3/IBRAM



Programação do 3º Fórum Nacional de Museus



3º Fórum Nacional de Museus

“Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”

Florianópolis – 7 a 11 de julho de 2008

PROGRAMAÇÃO

07/07 – segunda-feira

Manhã

9h às 17h – Credenciamento e novas inscrições

Tarde

14h às 17h – Reunião dos Grupos de Trabalho

17h – Abertura oficial

08/07 – quarta-feira

Manhã

9h às 12h – Comunicações Coordenadas

10h às 12h – Painéis

Painel 1: Museus e o diálogo intercultural

Regina Vasconcellos (Museu do Homem do Norte – Manaus - AM), Ana Maria da Costa Leitão Vieira (Memorial do Imigrante de São Paulo), Washington dos Anjos (Museu Capixaba do Negro – MUCANE – Vitória/ES), Ilka Boaventura Leite (Universidade Federal de Santa Catarina)

Painel 2: Museus como espaços de construção da cidadania

Maria Lúcia Meireles Reis (Centro de Voluntariado de São Paulo), Nórís Leal (Museu Militar do Comando Militar do Sul), Joana D’Arc Fernandes Ferraz (Grupo Tortura Nunca Mais), Marlúcia Santos de Souza (Faculdade de Educação Duque de Caxias)

Tarde

14h às 17h – Minicursos

14h às 17h – Reunião dos Grupos de Trabalho

17h30min – Conferência: **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**

Mario Chagas (DEMU/Iphan), Mário Moutinho (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal) e Hugues de Varine-Boham (consultor em desenvolvimento local e comunitário e ex-presidente do Icom no período de 1965 a 1974)

09/07/2008 – quarta-feira

Manhã

9h às 12h – Comunicações Coordenadas

10h às 12h – Painéis

Painel 3: O lugar dos museus no Plano Nacional de Cultura

José do Nascimento Júnior (DEMU/Iphan), Antônio Carlos Pinto Vieira (Associação Brasileira de Museologia), Letícia Julião (SUM/MG), Daniel Hora (Secretaria de Políticas Culturais/MinC), Myrian Sepúlveda (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

Painel 4: Museus: entre o sagrado e o profano

Manoel Papai (Associação de Amigos do Museu da Abolição), Tânia Neumann Kaufman (Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco), Silmara Carvalho (Museu Nacional do Espiritismo), Mari Marino (Museu de Arte Sacra de São Paulo)

Tarde

14h às 17h – Minicursos

14h às 17h – Reunião dos Grupos de Trabalho

17h30min – Conferência: Memória, Cultura e Sociedade

Ulpiano Bezerra de Menezes (Universidade de São Paulo) e Fernando Pinheiro (Universidade de São Paulo)

10/07/2008 – quinta-feira

Manhã

9h às 13h – Comunicações Coordenadas

9h às 11h – Painéis

Painel 5: O trabalhador do museu como agente de mudança social e desenvolvimento

Maria Letícia Mazzuchi Ferreira (Universidade Federal de Pelotas), Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Ângela Paiva (UNIBAVE), Carlos Roberto Brandão (Icom Brasil)

Painel 6: Diversidade Museal Ibero-americana

Alan Trampe (Subdirector de Museos de la DIBAM / Chile), Ana María Cortés Solano (Coordenadora do Programa Rede Nacional de Museus do Museu Nacional da Colômbia), Ana Azor Lacasta (Espanha), Brenda Porras (Subdirectora de Museos y Centros Culturales - Guatemala), Luisa De Pena Díaz (Directora General de Museos / Red Nacional de Museos - República Dominicana)

11h às 13h – Painéis

Painel 7: Economia dos Museus

Eneida Braga Rocha (DEMU/Iphan), Eduardo Saron (Instituto Itaú Cultural), Ana Carla Fonseca Reis (Cultura e Mercado), Frederico Barbosa (IPEA)

Painel 8: A arte e os museus como fator de mudança social e desenvolvimento

Martha Niklaus (Galeria do Lago/Museu da República/Iphan), Cláudia Márcia Ferreira (Centro Nacional de Cultura Popular/Iphan), Márcio Caires (Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô), Gabriela Aidar (Pinacoteca do Estado - SP)

Tarde

15h às 18h – Minicursos

15h às 18h – Reunião dos Grupos de Trabalho

18h30min – Conferência: Museus e Cidades Educadoras

Bárbara Freitag (Universidade de Brasília) e Jaqueline Moll (Ministério da Educação e Cultura)

11/07/2008 – sexta-feira**Manhã**

Plenária Final – **apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho**

Tarde

Visitas a Museus

Noite

Festa de encerramento por adesão

PROGRAMAÇÃO PARALELA

2º Encontro Ibero-Americano de Museus – 8 a 10/07

3º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia III ENEMU 7 a 9/07

Encontro dos Professores Universitários do Campo da Museologia – 7 e 8/07

Reunião de parlamentares ibero-americanos vinculados ao tema da cultura – 07 e 08/07

Assembleia anual do Icom Brasil – 08/07 – 10h

Reunião Preparatória para o 1º Seminário sobre museus-casas e memoriais de Presidentes da República – 09/07 – 10h

EXPOSIÇÕES

Pôsteres – Área da tenda

Impressões Visuais – 50 anos da Comissão Fullbright no Brasil – Hall de Entrada da Reitoria

Museu da Maré – Hall de Entrada do Centro de Convenções

UNE – 70 Anos de História e Memória – Área da tenda

MST – 25 anos: Direito à Memória e Direito à Terra – Praça

EXPOSIÇÃO DE PÔSTER

Nos dias 10 e 11 de junho p.p., a comissão de avaliação se reuniu para selecionar as propostas de pôsteres enviadas até 4 de junho.

Sobre os critérios de seleção, as propostas foram pontuadas – máximo 15 pontos – de acordo com os seguintes critérios:

1. Clareza do texto e da proposta;
2. Pertinência da proposta;
3. Alinhamento com o tema central do 3º FNM
4. Descentralização dos grandes campos da museologia
5. Uma proposta para cada objeto de análise.

GRUPOS DE TRABALHO

I – Museus de arte

Luiz Guilherme Vergara (Museu de Arte Contemporânea de Niterói - RJ)

II – Museus de história

Magaly Cabral (Museu da República/Iphan)

III – Museus de culturas militares

Almirante Armando de Senna Bittencourt (Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha)

IV – Museus de ciência e tecnologia

Marcus Granato (Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST)

V – Museus etnográficos e arqueológicos

Carlos Caroso (Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA) e Regina Abreu (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UniRio)

VI – Museus comunitários e ecomuseus

Antônio Carlos Pinto Vieira (Museu da Maré)

VII – Museus da imagem e do som e de novas tecnologias

Rosa Maria Araújo (Museu da Imagem e do Som/RJ) e Rafael Maldonado (Museu da Imagem e do Som - MS)

MINICURSOS**I – Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus**

Marcio Rangel (DEMU/Iphan) e Rose Miranda (DEMU/Iphan)

II – Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica

Vinícius Barcelos (DEMU/Iphan) e Átila Tolentino (DEMU/Iphan)

III – Segurança em Museus

Ronaldo Braga de Oliveira (RBO Consult/Arquivo Nacional)

IV – Estudos de Público

Adriana Mortara Almeida (Icom Brasil) e Luciana Sepúlveda (Fiocruz/Observatório de Museus)

V – Ação Educativa em Museus

Aparecida Rangel (Fundação Casa de Rui Barbosa)

VI – Conservação de Acervos

Luiz A. C. Souza (CECOR/EBA/UFMG) e Alessandra Rosado (CECOR/EBA/UFMG)

VII – Museus e Turismo

Telma Lasmar (UFF/Unipli) e Tânia Omena (UniRio/Unisuam/ABBTUR-RJ)

VIII – Redes e Sistemas de Museus

Joana Sousa Monteiro (Rede Portuguesa de Museus) e Simone Flores (Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul)

IX – Gestão e Documentação de Acervos

Rosana Andrade Dias do Nascimento (UFBA)

X – Planejamento e Gestão de Exposições

Maria Ignez Mantovani Franco (Expomus e Icom Brasil)

XI – Novas tecnologias para museus

Adolfo Samyn (Museu de Abolição/Iphan) e Célia Corsino (Museu de Artes e Ofícios e AT&AAT Museum)

XII – Programa de Voluntariado em Museus

Roberta Altino Machado (Centro de Voluntariado de São Paulo) e Sílvia Maria Louzã Naccache (Centro de Voluntariado de São Paulo)

XIII – Sociomuseologia

Judite Santos Primo (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal) e Paula Assunção dos Santos (Reinwardt Academy/Holanda)

INFORMAÇÕES GERAIS**3º Fórum Nacional de Museus**

Data: 7 a 11 de julho de 2008

Local: Campus da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC– Bairro Trindade, Florianópolis – Santa Catarina

Objetivo: Refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus

Público alvo: Profissionais de museus, museólogos, historiadores, antropólogos, arqueólogos, artistas, sociólogos, educadores, professores, secretários estaduais e municipais de cultura, agentes de cultura, estudantes e interessados no tema.

Realização: Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/Iphan) e Associação Brasileira de Museologia (ABM).

Apoio: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – (Icom-Br); Universidade Federal de Santa Catarina; Fundação Catarinense de Cultura; SANTUR; FUNTURISMO; Secretaria de Estado do Turismo, Cultura, e Esporte; Governo do Estado de Santa Catarina; Museu Universitário de Santa Catarina; NEMU – Núcleo de Estudos Museológicos – UFSC; Prefeitura Municipal de Florianópolis; Fundação Franklin Cascaes.

Patrocínio: Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

PROGRAMACIÓN

07/07/2008 - lunes

Mañana

9h a las 17h – Acreditación y nuevas inscripciones

Tarde

14h a las 17h – Reunión de los Grupos de Trabajo

18h – Apertura oficial

08/07/2008 – martes

Mañana

9h a las 12h – Comunicaciones Coordinadas

10h a las 12h – Paneles

Panel 1: Museos y el diálogo intercultural

Regina Vasconcellos (Museo del Hombre del Norte – Manaus - AM), Ana Maria da Costa Leitão Vieira (Memorial del Inmigrante de São Paulo), Washington dos Anjos (Museo Capixaba del Negro – Mucane – Vitória - ES), Ilka Boaventura Leite (Universidad Federal de Santa Catarina)

Panel 2: Museos como espacios de construcción de la ciudadanía

Maria Lúcia Meireles Reis (Centro de Voluntariado de São Paulo), Nóri Leal (Museo Militar del Comando Militar del Sur), Joana D'Arc Fernandes Ferraz (Grupo Tortura Nunca Mais), Marlúcia Santos de Souza (Facultad de Educación Duque de Caxias)

Tarde

14h a 17h – Cursos

14h a 17h – Reunión de los Grupos de Trabajo

17h30min – Conferencia: Museos como agentes de mudanza social y desarrollo

Mario Chagas (DEMU/Iphan), Mário Moutinho (Universidad Lusófona de Humanidades y Tecnologías/Portugal) y

Hugues de Varine-Bohan (consultor en desarrollo local y comunitario y ex-Presidente del Icom en el periodo entre 1965 y 1974)

09/07/2008 – miércoles**Mañana**

9h a las 12h – Comunicaciones Coordinadas

10h a las 12h – Paneles

Panel 3: El lugar de los Museos en el Plan Nacional de Cultura

José do Nascimento Júnior (DEMU/Iphan), Antônio Carlos Pinto Vieira (Asociación Brasileña de Museología), Letícia Julião (SUM - MG), Daniel Hora (Secretaría de Políticas Culturales/MinC), Myrian Sepúlveda (Universidad del Estado de Rio de Janeiro - UERJ)

Panel 4: Museos: entre lo sagrado y lo profano

Manoel Papai (Asociación de Amigos del Museo de la Abolición), Tânia Neumann Kaufman (Archivo Histórico Judaico de Pernambuco), Silmara Carvalho (Museo Espiritualista de Paraná / Sociedad Brasileña de Estudios Espiritualistas)

Tarde

14h a las 17h – Cursos

14h a las 17h – Reunión de los Grupos de Trabajo

17h30min – Conferencia: Memoria, Cultura y Sociedad

Ulpiano Bezerra de Menezes (Universidad de São Paulo) y Fernando Pinheiro (Universidad de São Paulo)

10/07/2008 – jueves**Mañana**

9h a las 13h – Comunicaciones Coordinadas

9h a las 11h – Paneles

Panel 5: El trabajador del museo como agente de mudanza social y desarrollo

Maria Letícia Mazzuchi Ferreira (Universidad Federal de Pelotas), Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira (Universidad Federal del Recôncavo Baiano), Ângela Paiva (UNIBAVE), Carlos Roberto Brandão (Icom Brasil)

Panel 6: Diversidad de Museos en Iberoamérica

Alan Trampe (Subdirector de Museos de la DIBAM / Chile), Ana María Cortés Solano (Coordinadora del Programa Red Nacional de Museos del Museo Nacional de Colombia), Ana Azor Lacasta (España), Brenda Porras (Subdirectora de Museos y Centros Culturales - Guatemala), Luisa De Pena Díaz (Directora General de Museos / Red Nacional de Museos / República Dominicana)

11h a las 13h – Paineles

Panel 7: Economía de los Museos

Eneida Braga Rocha (DEMU/Iphan), Eduardo Saron (Instituto Itaú Cultural), Ana Carla Reis da Fonseca (Cultura y Mercado), Frederico Barbosa (IPEA)

Panel 8: El arte y los museos como factor de mudanza social y desarrollo

Martha Niklaus (Galeria do Lago/Museu da República/Iphan), Tadeu Chiarelli (ECA/USP), Cláudia Márcia Ferreira (Centro Nacional de Cultura Popular/Iphan), Márcio Caires (Punto de Cultura Grãos de Luz y Griô)

Tarde

15h a las 18h – Cursos

15h a las 18h – Reunión de los Grupos de Trabajo

18h30min – Conferencia – Museos y Ciudades Educadoras

Bárbara Freitag (Universidad de Brasilia) y Jaqueline Moll (Ministerio de la Educación y Cultura)

11/07/2008 – viernes

Mañana

Asamblea Final: presentación de los resultados de los Grupos de Trabajo

Tarde

Visitas a Museos

Noche

Fiesta de clausura por adhesión

INFORMACIONES GENERALES

3º Foro Nacional de Museos

Fecha: 7 a 11 de julio de 2008

Sitio: Campus de la Universidad Federal de Santa Catarina – UFSC – Bairro Trindade, Florianópolis (SC).

Objetivo: Reflexionar, evaluar y establecer directrices para la Política Nacional de Museos y el Sistema Brasileño de Museos

Público objetivo: Profesionales de museos, museólogos, historiadores, antropólogos, arqueólogos, artistas, sociólogos, educadores, profesores, secretarios estaduais y municipales de cultura, agentes de cultura, estudiantes e interesados en el tema.

Realización: Departamento de Museos y Centros Culturales del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (DEMU/Iphan) y Asociación Brasileña de Museología (ABM).

Apoyo: Comité Brasileño del Consejo Internacional de Museos – (Icom-Br); Universidad Federal de Santa Catarina; Fundación Catarinense de Cultura; SANTUR; FUNTURISMO; Secretaría de Estado del Turismo, Cultura y Deporte; Gobierno del Estado de Santa Catarina; Museo Universitario de Santa Catarina; NEMU - Núcleo de Estudios Museológicos – UFSC; Alcaldía Municipal de Florianópolis; Fundación Franklin Cascaes.

Patrocinio: Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES).

GRUPOS DE TRABAJO

I – Museos de arte

Luiz Guilherme Vergara (Museo de Arte Contemporánea de Niterói - RJ)

II – Museos de historia

Magaly Cabral (Museo de la República/Iphan)

III – Museos de culturas militares

Almirante Armando de Senna Bittencourt (Directoría del Patrimonio Histórico y Cultural de la Armada)

IV - Museos de ciencia y tecnología

Marcus Granato (Museo de Astronomía y Ciencias Correlacionadas - MAST)

V – Museos etnográficos y arqueológicos

Carlos Caroso (Museo de Arqueología y Etnología/UFBA) e Regina Abreu (Universidad Federal de Rio de Janeiro - UniRio)

VI – Museos comunitarios y ecomuseos

Antônio Carlos Pinto Vieira (Museo de la Maré)

VII – Museos de la imagen y del sonido y de nuevas tecnologías

Rosa Maria Araújo (Museo de la Imagen y del Sonido/RJ) y Rafael Maldonado (Museo de la Imagen y del Sonido - MS)

MINICURSOS

I - Plan Museológico: Implantación, Gestión y Organización de Museos

Marcio Rangel (DEMU/Iphan) y Rose Miranda (DEMU/Iphan)

II - Elaboración de Proyectos y Fomento para el Área Museológica

Vinícius Barcelos (DEMU/Iphan) y Átila Tolentino (DEMU/Iphan)

III - Seguridad en Museos

Ronaldo Braga de Oliveira (RBO Consult/Archivo Nacional)

IV - Estudios de Público

Adriana Mortara Almeida (Icom Brasil) y Luciana Sepúlveda (Fiocruz)

V - Acción Educativa en Museos

Aparecida Rangel (Fundación Casa de Rui Barbosa)

VI - Conservación de Acervos

Luiz A. C. Souza (CECOR/EBA/UFMG) y Wivian Diniz (CECOR/EBA/UFMG)

VII - Museos y Turismo

Telma Lasmar (UFF/UNIPLI) y Tânia Omena (UniRio/UNISUAM/ABBTUR-RJ)

VIII - Redes y Sistemas de Museos

Joana Sousa Monteiro (Rede Portuguesa de Museos) y Simone Flores (Sistema Estadual de Museos de Rio Grande do Sul)

IX - Gestión y Documentación de Acervos

Rosana Andrade Dias do Nascimento (UFBA)

X – Planificación y gestión de exposiciones

Maria Ignez Mantovani Franco (Expomus)

XI - Nuevas tecnologías para museos

Adolfo Samyn (Museo de Abolición/Iphan) y Célia Corsino (Museo de Artes y Oficios y AT&AAT Museum)

XII – Programa de Voluntariado en Museos

Roberta Altino Machado (Centro de Voluntariado de São Paulo) y Silvia Maria Louzã Naccache (Centro de Voluntariado de São Paulo)



XIII - Sociomuseología

Judite Santos Primo (Universidad Lusófona de Humanidades y Tecnologías/Portugal) y Paula Assunção dos Santos (Reinwardt Academy/Holanda)

PROGRAMACIÓN PARALELA

2º Encuentro Iberoamericano de Museos – 8 a 10/07

3º Encuentro Nacional de Estudiantes de Museología III ENEMU 7 a 9/07

Encuentro de los Profesores Universitarios del Campo de la Museología – 7 y 8/07

Reunión de parlamentares iberoamericanos vinculados al tema de la cultura – 07 y 08/07

Asamblea anual del Icom Brasil – 08/07 – 10h

Reunión Preparatoria para el 1º Seminario sobre museos casas y memoriales de Presidentes de la República – 09/07 – 10h

EXPOSICIONES

Banners – Área de la tienda

Impresiones Visuales – 50 años de la Comisión Fullbright en Brasil – Recibidor de la Rectoría

Museo de la Maré – Recibidor del Centro de Convenciones

UNE – 70 Años de Historia y Memoria – Área de la tienda

MST – 25 años: Derecho a la Memoria y Derecho a la Tierra – Plaza

2º Encuentro Iberoamericano de Museos

PROGRAMACIÓN

Día 08/07/2008

14h – Apertura

14h15 – Mesa: El papel de la Cooperación Iberoamericana – Fernando Vicário (OEI) y Ramiro Osório (SEGIB)

15h – Debate y encaminamientos sobre:

Año Iberoamericano de Museos – Consolidación del Programa Ibermuseos

17h – Clausura

Día 09/07/2008

14h – Debate y encaminamientos sobre:

– Red Iberoamericana de Museos y sus funciones

– Conferencia Iberoamericana de Museos 2009

17h – Término

Día 10/07/2008

15h – Debate y encaminamientos sobre:

– La inserción de los Museos en la Cooperación Iberoamericana

– Año Iberoamericano de la Juventud

– Visibilidad de la cooperación iberoamericana

18h – Clausura

VER TAMBIÉN

3^{er} ENEMU

Encontro dos Professores Universitários do Campo da Museologia

Asamblea anual del Icom Brasil

Reunião Preparatória para o 1º Seminário sobre museus-casas e memoriais de Presidentes da República

Grupos de Trabalho



Apresentação

 3ª Fórum Nacional de Museus ocorreu entre os dias 7 e 11 de julho de 2008 na cidade de Florianópolis (SC). O evento foi promovido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/Iphan) e reuniu profissionais de museus, museólogos, historiadores, antropólogos, arqueólogos, artistas, sociólogos, educadores, professores, secretários estaduais e municipais de Cultura, agentes de cultura, estudantes e interessados no tema.

O trabalho em grupos realizado no Fórum teve como objetivo geral analisar e propor ações para a Política Nacional de Museus. De forma mais específica, as discussões foram orientadas pelos seguintes pontos:

- Análise dos avanços e obstáculos da Política Nacional de Museus nos últimos 5 anos
- Proposição de ações para a implementação da Política Nacional de Museus
- Proposição de recomendações para consolidação da Política Nacional de Museus
- Articulação de redes entre os museus

Para se alcançar estes objetivos, foram organizados sete grupos temáticos de trabalho, a saber:

- I Museus de Arte
- II Museus de História
- III Museus Culturais Militares

- IV Museus de Ciência e Tecnologia
- V Museus Etnográficos e Arqueológicos
- VI Museus Comunitários e Ecomuseus
- VII Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

Este relatório apresenta os resultados dos grupos e discorre sobre o desenvolvimento dos trabalhos. Vale destacar que os elementos e ideias expressos neste texto refletem interesses, inquietudes e necessidades dos participantes, considerados fundamentais para orientar um trabalho mais aprofundado sobre os temas.

Considerações iniciais

As dinâmicas e técnicas de condução dos grupos de trabalho foram baseadas em metodologias de discussões participativas, visando tirar o máximo proveito do tempo e do esforço investidos por cada participante. Os princípios básicos do trabalho realizado são o respeito às pessoas, a soberania do grupo, a busca de participação e igualdade e a transparência do processo.

OBJETIVO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus.

PRODUTOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Os resultados alcançados ao final do evento foram:

- Avaliação dos 5 anos da Política Nacional de Museus
- Proposição de ações para os próximos 2 anos
- Articulação de redes temáticas entre os museus

PROGRAMAÇÃO

Segunda-feira (das 14h às 17h)

- Organização
 - Plenária para orientações gerais.
 - Organização dos trabalhos nos grupos.

Terça-feira (das 14h às 17h)

- Avaliação da política
 - Avanços
 - Dificuldades e obstáculos.

Quarta-feira (das 14h às 17h)

- Perspectivas
 - Ações para os próximos 2 anos.
 - Recomendações

Quinta-feira (das 15h às 18h)

- Redes
 - Reflexão / constituição das redes.

Sexta-feira (das 9h30 às 12h)

- Plenária final
 - Apresentação dos resultados dos GTs pelos coordenadores.

DINÂMICA DOS TRABALHOS

Cada grupo de trabalho foi organizado e conduzido por um coordenador e um moderador com funções específicas. O primeiro teve o papel de oferecer apoio técnico e de conteúdo às discussões e representar o GT na plenária final (apresentação dos resultados do trabalho). Os coordenadores foram escolhidos pelo Departamento de Museus. Os moderadores tiveram a atribuição de conduzir e facilitar as discussões dos participantes do GT, além de oferecer técnicas apropriadas para o desenvolvimento dos trabalhos. A experiência de atuação complementar com coordenadores e moderadores mostrou-se bastante positiva, favorecendo o bom andamento dos trabalhos e o alcance dos resultados propostos. Os coordenadores e moderadores dos GT constam abaixo:

I – Museus de Arte

COORDENADOR: Luiz Guilherme Vergara – Museu de Arte Contemporânea de Niterói (RJ)

MODERADOR: Eduardo Rombauer

II – Museus de História

COORDENADOR: Magaly Cabral – Museu da República/Iphan

MODERADOR: Rosana Carneiro

III – Museus Culturais Militares

COORDENADOR: Almirante Armando Senna Bittencourt – Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha

MODERADOR: Fabio Zimmermann

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

COORDENADOR: Marcus Granato – Museu de Astronomia e Ciências Afins (RJ)

MODERADOR: Veruska Olivieri

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

COORDENADOR: Carlos Caroso – Museu de Arqueologia e Etnologia (UFBA)

MODERADOR: Elise Dalmaso

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

COORDENADOR: Antônio Carlos Pinto Vieira – Museu da Maré (RJ)

MODERADOR: Neusa Zimmermann

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

COORDENADOR: Rosa Maria Araújo – Museu da Imagem e do Som (RJ) e Rafael Maldonado – Museu da Imagem e do Som (MS)

MODERADOR: Tatiana Espíndola

As atividades dos grupos de trabalhos tiveram as seguintes dinâmicas, apresentadas na sequência:

07/07/08 – SEGUNDA-FEIRA (14H – 17H)

1. Abertura dos trabalhos

Os participantes se reuniram em uma sala, onde foi feita uma explanação sobre os objetivos dos GTs e orientações gerais. Em seguida, moderadores, coordenadores e participantes se dirigiram para as salas dos grupos.

2. Organização do GT

Este momento foi dedicado à apresentação dos resultados a serem alcançados pelo GT, do programa proposto, da técnica de visualização por tarjetas e à apresentação breve dos participantes.

08/07/08 – TERÇA-FEIRA (14H – 17H)

3. Avaliação da Política Nacional de Museus (PNM)

Os produtos alcançados nesta etapa foram: os principais avanços da Política Nacional de Museus identificados e as dificuldades e obstáculos para a implementação da PNM.

A primeira etapa do trabalho foi a realização de uma chuva de ideias, a fim de identificar os avanços da PNM nos últimos 5 anos. Para isso, os participantes responderam à pergunta orientadora e registraram suas ideias em tarjetas.

Pergunta orientadora:

Quais foram os principais avanços promovidos pela Política Nacional de Museus nos últimos 5 anos?

A segunda etapa deste dia foi a reflexão sobre as principais dificuldades e os obstáculos para a implementação da PNM. Os participantes responderam à seguinte pergunta orientadora:

Quais são os principais problemas e obstáculos para a implementação da Política Nacional de Museus?

09/07/08 – QUARTA-FEIRA (14H – 17H)

4. Perspectivas para a Política Nacional de Museus

Nesta etapa, os participantes foram convidados a discutirem iniciativas que contribuíssem para a consolidação da Política Nacional de Museus. Essas iniciativas foram divididas em dois grupos:

- Ações: correspondem às iniciativas no âmbito dos participantes dos grupos de trabalho e do DEMU para os próximos dois anos.
- Recomendações: são sugestões dos grupos que transcendem sua governança, mas que contribuem fortemente para a consolidação da Política Nacional de Museus.

10/07/08 – QUINTA-FEIRA (15H – 18H)

5. Reflexão / constituição das redes

O objetivo desta tarde foi refletir sobre a formação de redes entre os museus para o acompanhamento da implementação da PNM, a troca de informações e outros interesses que surgissem na discussão. O foco dos participantes esteve em estabelecer

- A denominação da rede
- A motivação da rede
- Os participantes da rede
- As ações necessárias para a criação ou o aperfeiçoamento da rede.

11/07/08 – SEXTA-FEIRA (09H30 – 12H00)

6. Plenária final

A plenária final foi conduzida pelo DEMU e teve como propósito a troca de informações sobre os trabalhos produzidos pelas equipes.

AG3 / IBRAM



Resultados

Os resultados serão apresentados por etapa de trabalho e pelos produtos das discussões de cada GT, a fim de tornar conhecidas as ideias dos participantes, tais como foram

concebidas. Também será apresentada a sistematização que a equipe de moderação fez da avaliação da Política Nacional de Museus e as ações priorizadas pelos participantes dos GTs para apresentação em plenária.

AVANÇOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Ideias e propostas de cada Grupo de Trabalho.

I – Museus de Arte

- Fortalecimento institucional dos museus
- Editais como novas alternativas para o financiamento de projetos institucionais
- Aumento de produção de conhecimento e circulação de informações
- Aumento da articulação com o MEC, incentivando a criação de novos cursos de Museologia
- Aprimoramento da capacitação dos profissionais dos museus
- Presença na PNM de conceitos da Museologia contemporânea e de novas abordagens de cultura e patrimônio atualizando as práticas museológicas
- Implementação do Observatório de Museus, abrindo perspectivas de conhecimento dos públicos dos museus e, conseqüentemente, apontando novos indicadores para uma avaliação qualitativa dos processos museológicos

II – Museus de História

Capacitação e qualificação

- Capacitação abrangendo as várias regiões do país
- Políticas de qualificação de impacto e agressivas
- Ampliação dos cursos de graduação (Museologia)

Articulação

- A Política Nacional dos Museus propriamente dita
- Propiciamento de articulação entre as áreas nacional e internacional
- Implementação de políticas de gestão
- Fórum Nacional dos Museus (2)
- Disseminação de parcerias com instituições públicas e privadas
- Criação de uma política de Estado
- Ampliação da Rede de Museus Étnico-comunitários
- Criação do DEMU
- Criação do Observatório dos Museus

Comunicação e programação

- Aumento da visibilidade
- Criação de comunicações eletrônicas (Boletim)
- Ampliação do número de publicações
- Primavera dos Museus
- Criação da Semana Nacional dos Museus
- Criação de programação conjunta (Semana Nacional de Museus)

Cadastro Nacional de Museus

- Cadastro nacional
- Criação do Cadastro Nacional dos Museus

SBM

- Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)

Fomento

- Criação da política de editais de museus
- Os editais
- Descentralização do acesso a financiamentos e fomento
- Fomento de projetos e prêmios direcionados para a área de museus
- Continuidade do fomento aos museus

III – Museus Culturais Militares**Democratização do acesso aos bens culturais**

- Maior conhecimento sobre o público visitante de museus, possibilitando ações específicas de atração
- Valorização dos museus como excelente instrumento de educação e, conseqüentemente, de valorização social das pessoas. Exemplo: município de Santa Rosa/RS tem aumentado sua programação cultural
- Fortalecimento do discurso museológico para a sociedade brasileira
- Maior interação entre os museus como consequência de simpósios, fóruns, intercâmbios e outras reuniões, bem como publicações advindas desta interação
- Maior ação dos órgãos especializados atuando para o crescimento e a valorização dos museus
- O crescente número de museus e espaços culturais que surgiram com características diferenciadas
- Mudança no comportamento das entidades museológicas no cumprimento do seu papel educativo

Comunicação e eventos

- Maior participação de profissionais/museus através de eventos (Semana Nacional e outros)
- Maior visibilidade dos museus, fruto da exaltação e/ou comemoração de grandes eventos históricos. Exemplo: 1) 200 anos da chegada da Corte Portuguesa, 2) 200 anos Tamandaré e Osório
- Democratização do conhecimento/ informação por meio de publicações de qualidade

Financiamento e fomento

- Possibilidade de ampliar recursos através de instrumentos de fomento e financiamento
- Transparência nos editais com grande divulgação e melhor distribuição dos recursos em termos regionais (sair do eixo Rio de Janeiro/São Paulo)
- Incremento no volume de investimentos e apoio institucional do Ministério da Cultura (DEMU) às iniciativas dos museus
- Presença marcante do DEMU, atuando diretamente com a ponta da linha

Qualificação profissional

- Valorização dos profissionais que trabalham em museus (museólogos, pedagogos, administradores e outros) através de cursos, simpósios e trocas de ideias
- Criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia

Cadastro Nacional de Museus

- Cadastramento nacional de entidades museológicas de cultura militar

Legislação

- Através de uma proposta de legislação estão sendo normatizados os quesitos necessários para definição do que é museu (sem consenso)
- Regulamentação da atividade museológica

Sistema Brasileiro de Museus

- Integração dos museus militares no contexto museológico brasileiro

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

Gestão e configuração do campo museológico

- Avanço da gestão e configuração do campo museológico – CNM, SBM e legislação
- Criação do Cadastro Nacional de Museus, produção de conhecimentos sobre a realidade museológica do país
- Ampliação da definição dos espaços museais
- Concurso público para a área de museus no MinC
- Criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus
- Apoio às comunidades marginalizadas para a valorização e o gerenciamento de seus patrimônios culturais

Democratização e acesso aos bens culturais

- Ampliação do apoio à publicação da produção intelectual e editorial específica dos museus e da Museologia
- Apoio às ações para a democratização do acesso aos museus
- Apoio à realização de eventos na área de museus
- Apoio à criação de redes entre os museus brasileiros
- Maior divulgação dos museus através do guia da Semana de Museus

Formação e capacitação de recursos humanos

- Ampliação de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de museologia e afins
- Apoio à realização de encontros, seminários, congressos e fóruns de discussão

Modernização de infraestruturas museológicas

- Abertura de editais diversos para apoio à infraestrutura de museus

Financiamento e fomento para museus

- Apoio de outras instituições para abertura de editais dedicados a museus (CEF, BNDES, etc.)
- Ampliação dos orçamentos dos museus ligados ao MinC

Aquisição e gerenciamento de acervos culturais

- Existência de editais para aquisição de acervos
- Boa interlocução entre o DEMU, a Interpol e a Polícia Federal visando à proteção dos bens culturais
- Apoio às ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção legal dos bens culturais

Geral

- Ações do DEMU para a ampliação de participantes na Semana Nacional de Museus
- Criação de GTs dos museus de ciência no Fórum Nacional de Museus

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos**Gestão e configuração**

- Aumento do estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologia de gestão participativa nos museus
- Editais para a segurança de museus

Democratização e acesso

- Maior visibilidade dos museus
- Aumento significativo do diálogo e da formação de redes entre os museus
- Democratização das discussões acerca dos museus brasileiros
- Valorização da Semana de Museus

Formação e capacitação de rh

- Criação de novos cursos de graduação voltados para as necessidades dos museus e a proteção do patrimônio cultural
- Realização de oficinas de formação em diversos locais do país

Informatização de museus

- Não são percebidos avanços

Modernização de infraestrutura

- Editais de modernização dos museus
- Melhor distribuição dos recursos para a modernização da infraestrutura museológica entre museus de diferentes regiões

Financiamento e fomento

- Publicações e premiações como incentivo à produção e a difusão do conhecimento sobre museus/patrimônio

Aquisição e gerenciamento de acervos

- Editais de aquisição de acervos

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

Gestão de museus

- Existência de um cadastro nacional
- Existência de um Ato Normativo que discipline a necessidade do Plano Museológico

Democratização

- Reconhecimento da multiplicidade de patrimônios existentes nas diferentes comunidades
- Política de estímulo para melhoria da interação museu/comunidade
- Apropriação dos museus pelas comunidades como ferramenta de desenvolvimento
- A PNM reconhece os museus comunitários como forma de preservação da memória
- Maior abertura dos museus para as comunidades nas quais estão inseridos
- Elaboração de publicações e boletins do DEMU

Formação e capacitação de rh

- Parcerias para a realização de oficinas de capacitação museológica
- Criação de novos cursos em Museologia
- Realização de cursos para capacitação profissional

Modernização e informatização

- Implantação do Sistema Brasileiro de Museus
- Criação de editais de modernização de museus e fomento (BNDS e Caixa Econômica Federal)

Financiamento e fomento

- Verificação de aumento no investimento orçamentário na área de museus
- Estabelecimento de parcerias para valorização e sustentação de museus

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

Sistema Brasileiro de Museus

- Democratização do acesso à informação específica na área técnica museológica
- SBM como ponto de partida fundamental na Política Nacional de Museus
- Interligação inicial entre os museus
- SBM proporcionou o conhecimento da realidade museológica brasileira
- Inclusão de museus pequenos, novos, periféricos e específicos

Democratização de acesso aos bens culturais

- Aumento das pesquisas e publicações na área de museológica

- Ampliação da circulação de informação pela internet
- Divulgação do patrimônio cultural brasileiro
- Difusão de programas culturais nos museus (Semana dos Museus, Primavera dos Museus, Ano Ibero-americano de Museus)
- Criação de temas alusivos as semanas nacionais de museus
- Revitalização dos sistemas estaduais de museus

Modernização de infraestrutura museológica

- Estímulo à modernização dos museus
- Melhoria da infraestrutura dos MIS
- Aquisição de equipamentos de informática, climatização e mobiliário (SC/GO/MS)

Financiamento e fomento

- Legitimação na criação de fundos de apoio para museus
- Existência de linhas de crédito: MinC (editais), Caixa Econômica, PETROBRÁS, BNDES, Lei Estadual de Incentivo a Cultura (SC) etc
- Criação dos editais de Modernização e Mais Museus

Aquisição e gerenciamento de acervos culturais

- Política de permuta de acervo com a Rádio Nacional (RJ)

Informatização de museus

- Aquisição de novos equipamentos em alguns museus (SC/GO) por meio de fundamentação que cita a PNM
- Início da discussão do sistema de informatização (RJ)

Formação e capacitação de rh

- Criação e realização de oficinas com alto nível técnico
- Formação e criação de cursos de graduação e pós-graduação em museologia em vários estados
- Apoio e realização de encontros regionais

Legislação

- Publicação de leis específicas para os museus
- Avanço na legislação

OBSTÁCULOS E PROBLEMAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Os obstáculos serão apresentados focalizando os trabalhos produzidos nos grupos de trabalho.

I – Museus de Arte

- Dificuldade das instituições museológicas de arte de se organizarem politicamente
- Descompasso entre os objetivos abrangentes da PNM (voltados à diversidade, etc.) e as exigências restritivas adotadas na sua implementação, que não coincidem com a precariedade dos quadros funcionais das instituições museológicas de arte
- Editais não garantem a sustentabilidade das ações a médio e longo prazo

- Cursos e programas de incentivo à capacitação profissional da PNM não contemplam as especificidades de uma formação transdisciplinar necessária para as instituições museológicas de arte na contemporaneidade
- Reconhecimento da necessidade de articulação institucional (MEC e agências de fomento) existe, porém as estruturas são frágeis para sua implementação
- Os valores de contratação dos profissionais de museus estabelecidos nos editais baseados na PNM não são compatíveis com os valores de mercado
- Não há o reconhecimento das instituições museológicas de arte como lugares de produção artística e como estratégia de formação de acervos
- As alterações da Lei Rouanet não atenderam à democratização e à distribuição mais harmoniosa de recursos conforme previsto nas metas da PNM

II – Museus de História

Capacitação e qualificação

- Necessidade de profissionais nos museus
- Estrutura técnica e administrativa deficiente nas instituições de pequeno porte
- Museus em diferentes estágios de sua cadeia operatória
- Necessidade de concursos públicos
- Disparidades regionais

Articulação

- Deficiência de intercâmbio entre as instituições das instâncias pública e privada
- Descontinuidade da gestão dos museus
- Ingerências políticas e outras que provocam descontinuidade no processo
- Inexistência de uma instituição autônoma que promova a implementação da PNM

III – Museus Culturais Militares

Integração institucional

- Falta de apoio dos governos estaduais e municipais para a concretização das ações da PNM
- Dificuldade para o intercâmbio de peças dos acervos

Aspectos culturais/sociedade

- Grande parcela da sociedade brasileira ainda não percebe a importância dos museus como ferramenta de ensino e complementação à educação formal
- O aprimoramento cultural ainda não é priorizado pela sociedade
- Dissociação entre educação e cultura no país

Gestão

- Os museus regionais não têm conseguido acompanhar as muitas ações realizadas pela implementação da PNM

Recursos humanos

- Dificuldade de implementação dos objetivos por falta de mão-de-obra
- Escassez de profissionais de Museologia nas Forças

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

Gestão e configuração do campo museológico

- Pouca integração das instâncias governamentais (MinC, MCT e secretarias)
- A responsabilidade das instituições gestoras não está garantida pela legislação
- Concentração do conhecimento da área de museus em poucos polos de irradiação
- Nem todo museu cadastrado no CNM recebe os boletins do DEMU
- A PNM não resolve problemas de institucionalização de museus de C&T
- Inexistência de laboratório central de restauração/conservação
- Não foi implementado um plano de carreira adequado nos museus do MinC
- Pouca integração dos museus de C&T e os demais (e vice e versa)

Democratização e acesso aos bens culturais

- Pouca divulgação das publicações apoiadas pelo MINC entre os museus de C&T
- Não há divulgação das ações implementadas ou apoiadas pelo DEMU junto aos museus de C&T
- Inexistência de mecanismos de apoio à circulação de exposições itinerantes
- Número reduzido de programas para inserção do patrimônio cultural na sociedade (exposições, concursos etc.)
- Número reduzido de ações para democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público
- Falta de estímulo para a gestão participativa nos museus
- Não há apoio para a realização de exposições temporárias e itinerantes

Formação e capacitação de recursos humanos

- Ausência de cursos para técnicos em museus
- Desconhecimento das reais necessidades de formação para os profissionais dos museus de C&T
- Não há divulgação das oficinas do DEMU junto às instituições do CNM
- Inexistência de programas de estágios
- Currículos escolares de ensino fundamental e médio com pouco conteúdo relacionado à educação patrimonial e aos museus

Informatização de museus

- Poucas iniciativas para informatização dos museus brasileiros

Modernização de infraestruturas museológicas

- Falta de mecanismos que estimulem projetos de pesquisa e desenvolvimento em Museologia e áreas afins

Financiamento e fomento para museus

- Inadequação do formato de editais e formulários para fomento de museus de C&T
- Pouca abrangência nos editais de fomento
- Pouca participação da iniciativa privada nas ações museológicas
- Ausência de um fundo de amparo ao patrimônio cultural e desenvolvimento de museus

- Inexistência de apoio, por parte de CNPq, CAPES e Fundações de Amparo à Pesquisa, às áreas de museus e patrimônio
- Poucas iniciativas de fomento à pesquisa e difusão de produção intelectual e científica dos museus
- Legislação de renúncia fiscal a ser aperfeiçoada

Aquisição e gerenciamento de acervos culturais

- Ausência de políticas de aquisição de acervos claras e com base em reflexões sobre a parcela cultural representada
- Ausência de integração do patrimônio de C&T na área cultural, inclusive com apoio a iniciativas de proteção
- Não há política de preservação do patrimônio de C&T

Geral

- Há preconceito de ambas as partes ao se refletir sobre ciência e cultura
- Os pesquisadores, em geral, estão interessados em suas pesquisas e não na cultura
- A comunidade científica não se vê como parte da comunidade cultural
- Não há adequação das agendas dos grandes eventos entre as áreas cultural e de C&T

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

Gestão e configuração

- Inexistência de articulação entre DEMU e Depam na questão da guarda de materiais arqueológicos.
- Dificuldades específicas de integração dos museus universitários com os mecanismos de sustentabilidade em funcionamento nas universidades.
- Restrições da legislação com relação a remuneração de dirigentes de organizações sociais.

Democratização e acesso

- Faltam interlocuções entre museus para a montagem e circulação de exposições
- Concentração de participantes do Centro-Sul nas comissões de avaliação de editais

Formação e capacitação de RH

- Inadequação de pessoal nos museus
- Falta de articulação entre Museologia, Arqueologia e Antropologia

Informatização de museus

- Ausência de sistemas de registro e documentação que permitam a comunicação entre museus
- Falta de recursos para a informatização do registro dos acervos (documentação)

Modernização de infraestrutura

- Escassez de recursos para o atendimento aos pequenos e médios museus
- Falta de apoio específico aos museus universitários
- Insuficiência de recursos para a modernização de infraestruturas museológicas

Financiamento e fomento

- As agências de fomento não priorizam o financiamento para pesquisas na área de Museologia
- Não há financiamento específico para publicações técnicas na área de museus
- O apoio ao pesquisador (bolsas) é insuficiente
- Morosidade na análise e liberação dos recursos dos projetos no mecenato

- Dificuldades de interlocução entre os museus e os setores do MinC envolvidos com o Mecenato
- Restrição das leis de incentivo à cultura no sentido de viabilizar/financiar a manutenção/infraestrutura dos museus

Aquisição e gerenciamento de acervos

- Defasagem entre a legislação e as práticas de gerenciamento de acervos arqueológicos
- Incremento da demanda para programa de ações relativas a acervos das diversas etnias da sociedade brasileira
- Indiferenciação entre os acervos arqueológicos e etnológicos que são tratados da mesma forma
- Tráfico de peças constituindo ameaça ao patrimônio
- Pouca segurança nos museus

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

Gestão de museus

- Desconhecimento da PNM
- Os centros de memória e os culturais nem sempre são contemplados nas políticas do DEMU

Sistema Brasileiro de Museus

- Poucos avanços na criação de sistemas estaduais e municipais de museus
- Falta de uma assessoria específica em apoio à elaboração dos Planos Museológicos

Democratização e acesso aos bens culturais

- Falta estímulo para a efetivação de uma gestão participativa

Formação e capacitação de rh

- Editais não contemplam a contratação de recursos humanos
- Não realização de oficinas específicas para museus comunitários
- Pouca articulação entre as instâncias educacionais (municipais/estaduais/federais)

Modernização e informatização

- Restrição do acesso com base no contingente populacional limita a participação de museus nos editais

Financiamento e fomento

- Falta de um fundo de amparo para o patrimônio e museus
- Limitação para a inclusão dos museus não governamentais nas linhas de financiamento

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

Modernização de infraestrutura museológica

- Fragilidade na segurança nos museus
- Inexistência de políticas de segurança para os museus
- Dificuldade de acesso e aquisição de alta tecnologia para preservação, consulta e exibição do acervo
- Pouco resultado concreto na modernização dos MIS
- Espaço físico insuficiente para acomodação e ampliação do acervo

Financiamento e fomento

- Restrição de categorias na inscrição dos projetos encaminhados ao edital de modernização
- Lentidão no processo de desembolso em função do excesso de burocracia
- Linhas de crédito não atendem à demanda

Informatização de museus

- Inexistência de normas e padrões para informatização dos acervos dos MIS
- Inexistência de softwares específicos para informatização dos acervos dos MIS
- Carência de equipamentos de informática
- Formação e capacitação de RH
- Carência de quadros técnicos
- Baixo número de profissionais qualificados

Outros

- Distorção da função dos MIS em alguns estados

AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

As ações serão apresentadas focalizando os trabalhos produzidos nos grupos de trabalho

I – Museus de Arte

Financiamento e fomento

- Criar outros sistemas de fomento que atendam aos requisitos funcionais dos Museus de Arte
- Criar uma política de constituição de acervos, incluindo aquisições, transferências e reorganizações; definição de critérios para destinação de obras apreendidas pela Polícia Federal e previsão de aquisição de acervos nos editais e fundos de fomento com verbas adequadas à realidade do mercado de arte
- Apoiar e estimular a criação de centros de salvaguardas museológicas (reservas técnicas, laboratórios e oficinas de restauro) compartilhados entre diversas instituições, incluindo esferas públicas e privadas
- Constituir centros de conservação e restauro que atuem como referências nacionais. Ex.: Centro de Fotografia da Funarte
- Rever e sugerir estratégias de fomento da Lei Rouanet para atender às metas da PNM

Sistema Brasileiro de Museus / democratização do acesso / modernização e informatização de museus

- Incluir o incentivo à produção artística e circulação de acervos como elementos do processo de preservação
- Aprimorar a interlocução entre DEMU e Funarte
- Priorizar as ações voltadas para garantir a segurança dos museus de arte, articulando de modo sistêmico as esferas municipais, estaduais e nacionais
- Criar uma política editorial de catalogação e circulação de publicações para os museus
- Aplicar recursos orçamentários para viabilizar a expansão dos projetos do Observatório de Museus
- Estimular a circulação de exposições em escala estadual e nacional
- Promover investimentos para aperfeiçoar o Simba-Donato, de maneira que se torne padrão e acessível como sistema de informatização da catalogação de obras de artes visuais para as Instituições Museológicas brasileiras

Capacitação e qualificação profissional

- Incentivar a criação de cursos para atualização de profissionais para atuar em instituições museológicas de arte
- Apoiar a criação de um Grupo de Trabalho de instituições museológicas de arte e profissionais da área para contribuir na implementação da PNM e atender às especificidades destas instituições, como, por exemplo, estudos para convergência dos parâmetros conceituais da Nova Museologia e a expansão dos conceitos de Arte

II – Museus de História

- Estimular parcerias entre o DEMU e os estados para dar continuidade à política de capacitação de profissionais
- Dar continuidade aos editais de modernização
- Realizar gestões, políticas com a participação efetiva dos representantes da área, com vistas à aprovação do Estatuto dos Museus
- Implantar o Estatuto dos Museus
- Estimular a criação dos Sistemas Estaduais/Municipais de Museus e/ou núcleos de estudos museológicos
- Criar e disseminar indicadores de desempenho para museus, observando-se suas necessidades (*)
- Apoiar ações visando a criação do Ibram
- Disseminar a prática de elaboração de planos de gestão museológicos (*)
- Intensificar o intercâmbio entre os museus (*)
- Criar ouvidorias em cada museu para aperfeiçoar o atendimento ao público

(*) Ações a serem encampadas pela rede de Museus de História

III – Museus Culturais Militares

Recursos humanos

- Contratar estagiários para que haja uma maior aplicabilidade do conhecimento adquirido dentro do contexto de museus de cultura militar.
- Buscar parcerias em universidades que formam museólogos e historiadores para que se interessem por assuntos específicos dos museus de cultura militar.

Comunicação e eventos

- Valorizar, através de uma estratégia de marketing mais atraente, a visitação
- Aperfeiçoar os sites dos museus militares para torná-los cada vez mais atraentes
- Enviar a programação mensal integrada dos museus para as revistas especializadas em História
- Promover, no âmbito municipal, uma ampla divulgação do museu, colocando-o no roteiro turístico-cultural
- Dar continuidade a encontros, fóruns e seminários que discutam e promovam os museus de cultura militar
- Participar dos eventos técnicos (encontros, seminários, oficinas técnicas) promovidos pelas secretarias de cultura estadual e municipal, visando à inserção dos museus militares no conjunto dos museus nacionais

Acervo/pesquisa

- Aumentar a interação visitante-museu nas exposições
- Orientar e apoiar tecnicamente as unidades militares que pretendam criar/revitalizar seus museus criando uma pesquisa histórica sobre a unidade (origem, criação, participação em combates, realizações, uniformes, armamento) e buscando acervos que concretizem essa história

- Divulgar os arquivos históricos, estimulando a realização de pesquisas científicas sobre temas militares em universidades
- Criar prêmios que valorizem trabalhos acerca de personalidades e fatos importantes para a história militar brasileira
- Organizar um banco de dados na web sobre fontes de pesquisa histórico-militar
- Fazer campanha de coleta de acervos (fotos, documentos, revistas antigas, livros e objetos) entre os ex-integrantes para montar exposições

Acesso aos museus

- Viabilizar, por intermédio do fornecimento de transporte escolar, a visita de estudantes aos museus de cultura militar
- Assessorar as escolas para que programem visitas aos museus de cultura militar

Planejamento e gestão

- Acelerar a regulamentação das associações de amigos de museus.
- Aproveitar o planejamento estratégico das Forças Armadas para identificar ações que aprimorem e aumentem a visibilidade dos museus de cultura militar
- Motivar os integrantes da organização militar para doarem 6% do IR devido mediante convênio com bancos, para aplicação em projetos aprovados pela Lei Rouanet
- Intensificar o planejamento museológico
- Acompanhar os editais de patrocínio e capacitar pessoal para a elaboração de projetos
- Ampliar a quantidade de projetos incentivados pela Lei Rouanet para a área de museus militares

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

Gestão/Políticas

- *Integrar os museus de C&T nas ações definidas na Política Nacional de Museus
- Ampliar a articulação entre DEMU/MCT/MEC
- Promover uma grande discussão do plano nacional de cultura (2008 em todos os museus)
- Criar política para utilização de espaços ferroviários para fins culturais (museus e outros)
- *Realizar um Encontro Nacional de Museus de Ciência e Tecnologia em 2009

Democratização

- Criar um programa de visitação aos museus para comunidades carentes
- Integrar o sistema nacional de museus ao programa Mais Educação do MEC

Capacitação

- *Diagnosticar as necessidades de capacitação para os profissionais de museus
- Criar cursos técnicos para profissionais de museus
- Criar um programa nacional de estágios em museus
- Criar um programa de bolsas para profissionais de museus
- Criar cursos online na área de museus
- Criar um programa de atividades de compromisso social para estudantes de universidades públicas, inclusive com estagiários em museus

Informatização

- *Diagnosticar o nível de informatização dos museus
- Criar um programa de atualização da infraestrutura de informática

Financiamento

- Estabelecer linhas de fomento nas agências federais e estaduais para museus e patrimônio
- Rever a legislação de renúncia fiscal para cultura e C&T
- Criar editais para ações itinerantes
- Criar um fundo de amparo aos museus e ao patrimônio

Patrimônio

- Criar um laboratório de conservação central (pesquisa e desenvolvimento)
- Estimular os museus a elaborarem políticas de aquisição e descarte de acervos
- Criar uma política de preservação de acervos de C&T
- *Promover levantamentos periódicos de editais e programas internacionais de apoio a projetos de preservação do patrimônio cultural
- Elaborar material didático sobre preservação do patrimônio de nível fundamental e médio para distribuição aos professores

Divulgação

- Divulgar as oficinas do DEMU junto às instituições da ABCMC e do CNM.
- Enviar o boletim eletrônico do DEMU para todos os museus do CNM.
- O DEMU deve enviar à ABCMC o cadastro de todos os museus de C&T.
- Realizar o Fórum de Ciência e Cultura (outubro/2008).
- Adequar as agendas de grandes eventos do MinC e MCT
- Divulgar os principais eventos nos diversos canais do Governo, das associações e dos museus
- Criar um cadastro nacional de exposições itinerantes online

(*) Ações a serem encampadas pela Rede

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

- Definir prazos para publicação de resultados dos projetos aprovados
- Criar uma instância de acompanhamento dos projetos no MinC por parte do DEMU
- Implementar uma política específica para os museus universitários em relação ao MEC
- Criar uma grade de programação na TV para os museus
- Ter um programa semanal na TV pública específico para museus
- Criar uma linha de financiamento para publicações técnicas em museus
- Disponibilizar mais recursos para atender os editais
- Aumentar o número de veículos de comunicação (revistas, boletins, programas) para difusão do conhecimento produzido nos museus
- Criar um sistema único de comunicação entre museus
- Criar nos editais uma locação específica para museus de Arqueologia e Etnologia
- Inserir museus privados na Política Nacional dos Museus
- Criar setor responsável pelas articulações DEMU/Depam, DEMU/Pronac e DEMU/MEC

- Capacitar profissionais para atuar nos museus de Arqueologia e Etnologia
- Criar fundo de investimento para proteção do patrimônio cultural
- Criar um programa de apoio à qualidade dos museus
- Incluir educação patrimonial nos ensinos fundamental e médio
- Criar depósitos de pesquisa arqueológica adequados, geridos pelo Iphan, nas regiões/estados que não disponham de museus de Arqueologia

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

Gestão de museus

- Adequar o atual cadastro para atender as especificidades dos Museus Comunitários e Ecomuseus, abrindo oportunidade de inclusão dos Centros Culturais
- Incentivar processos de monitoramento e avaliação acoplados ao Observatório de Museus
- Formar conselhos consultivos envolvendo participantes comprometidos com os objetivos dos museus para definir políticas e ações

Sistema Brasileiro de Museus

- Fomentar a criação de sistemas estaduais e municipais de museus
- Criar uma instância de assessoria aos Museus Comunitários, Ecomuseus e museus de percurso

Democratização e acesso aos bens culturais

- Garantir o tombamento dos clubes sociais negros, visando à sua revitalização como museus comunitários
- Criar mecanismos para integrar a atuação de diferentes segmentos de museus favorecendo um maior diálogo e integração com a comunidade
- Incorporar nos acervos os fazeres e saberes das comunidades
- Estimular o intercâmbio dos museus com o Projeto Griô
- Incentivar os projetos a incorporar jovens como atores sociais. Ex.: Agentes de Memória

Formação e capacitação de RH

- Incentivar as prefeituras a disponibilizarem professores atuem como mediadores nos museus
- Incentivar a criação/valorização da disciplina Museologia Comunitária e a sua inclusão nas grades curriculares de formação, especialização e extensão em Museologia, em interface com os cursos de Turismo, Patrimônio, História e Educação
- Estabelecer mecanismo de cadastramento de cursos e alunos para o recebimento de publicações e boletins eletrônicos
- Incluir conteúdos de Educação Patrimonial nos currículos escolares (níveis fundamental e médio)
- Possibilitar a contratação de RH nos editais

Financiamento e fomento

- Qualificar os agentes de museus Comunitários para elaborar projetos de capacitação de recursos
- Elaborar editais de financiamento para os clubes sociais negros
- Distribuir recursos com base em orçamentos participativos
- Garantir a participação de representantes na área museológica nos CNIC
- Formar órgão no poder público capaz de mediar projetos e a iniciativa privada com bancos de dados
- Estimular, aperfeiçoar e divulgar possibilidades de contribuição de pessoas físicas a instituições museológicas devidamente cadastradas
- Incentivar os museus a desenvolverem atividades que gerem recursos financeiros

Modernização e informação

- Demandar a disponibilização de uma ferramenta digital (site, web) a ser alimentada pelos museus
- Assegurar aos museus o acesso a computador e internet
- Estabelecer parceria com o MCT para o desenvolvimento de softwares livres para a gestão de acervos e informatização de documentação
- Organizar um GT, incorporando o SNM, para criar um software livre que opere no âmbito da América Latina, a exemplo da experiência chilena
- Formular editais de financiamento considerando tipos e dimensões dos museus (considerar o IDH nas avaliações)
- Formar e disponibilizar cadastro livre informatizado de profissionais da área museológica

Legislação

- Fazer gestões para aperfeiçoar a legislação de incentivo fiscal através da distribuição dos recursos captados por meio de maior participação da população em conselhos/comissões julgadoras
- Fazer gestões para garantir que a renúncia fiscal possa ser proporcional aos benefícios e impactos sociais

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias**Sistema Brasileiro de Museus**

- Implantar sistemas estaduais de museus nos estados onde não existem
- Elaborar planos estratégicos para os sistemas estaduais já estabelecidos
- Realizar o Fórum Nacional dos MIS, visando à criação de uma rede*
- Promover o intercâmbio de experiências entre os MIS por meio de acordos de cooperação técnica, encontros, seminários etc.*

Financiamento e fomento

- Ampliar os recursos financeiros para os museus dando continuidade à democratização de acesso a esses recursos
- Criar editais visando a preservação e a difusão de acervos de imagem e som

Formação e capacitação de RH

- Promover oficinas de conservação em acervos de imagem e som com profissionais especializados*
- Promover acordos de cooperação internacional com instituições e profissionais especializados em alta tecnologia*
- Promover parcerias para utilizar mão-de-obra capacitada em técnica de áudio e vídeo*

Aquisição e gerenciamento de acervos culturais

- Ampliar e divulgar o acervo por meio de parcerias com empresas da área de comunicação

Informatização de museus

- Definir normas e padrões para informatização dos acervos*
- Desenvolver software adequado para informatização dos acervos*

Modernização de infraestrutura museológica

- Dotar os museus de sistemas eficazes de segurança
- Modernizar os espaços expositivos com equipamentos e programas de alta tecnologia

Democratização de acesso aos bens culturais

- Promover ações de visibilidade dos MIS para a sociedade civil*

(*) Ações a serem encampadas pela Rede

RECOMENDAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

As recomendações serão apresentadas focalizando os trabalhos produzidos nos grupos de trabalho

I – Museus de Arte

- Definir como será a interlocução entre as instituições museológicas de arte e o MinC (PNM, PNC), como forma de garantir que todas as propostas deste Fórum tenham encaminhamento
- Para tal propõe-se institucionalizar o Grupo de Trabalho como eixo de interlocução entre as instituições museológicas de arte e o MinC (PNM, PNC), de modo a se tornar uma organização permanente

II – Museus de História

- Que os museus deem publicidade ao seu público imediato dos planos de gestão
- Que nos próximos fóruns não haja coincidência de horários entre minicursos e GT

III – Museus Culturais Militares

Comunicação e eventos

- Difundir em âmbito nacional periódicos, artigos e manuais e facilitar sua distribuição

Integração institucional

- Incluir no Programa Nacional de Educação visitas a museus e sítios históricos para trabalhos interdisciplinares
- Incentivar, através de ações junto aos órgãos de turismo, a visitação aos museus
- Estimular a criação de polos gastronômico-culturais
- Integrar as política cultural e educacional
- Incentivar formandos e pós-graduados em Museologia a realizar teses, dissertações ou monografias sobre temas históricos na área militar
- Acelerar a criação do Ibram para ter uma melhor interação com outros ministérios
- Acelerar a aprovação e regulamentação do Estatuto dos Museus

Financiamento e fomento

- Criação de programa governamental específico, com distribuição de recursos financeiros, para formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico especializado em Museologia
- Ampliação das ações do Programa Brasil-Cultural que distribuem os recursos para a preservação do patrimônio a fim de atender a outras necessidades dos museus militares (divulgação, publicações, qualificação e contratação de pessoal)

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

- Incluir a ABCMC no comitê gestor do SBM
- Ampliar a participação dos museus de C&T no Fórum Nacional de Museus

- *Solicitar à ABCMC o cadastro de instituições pra divulgar as ações do DEMU
- Priorizar os Grupos de Trabalho nos próximos fóruns
- Abrir espaço para exposição coletiva no próximo Fórum Nacional de Museus
- O DEMU deve estimular os museus a utilizarem o Jornal da Ciência online como canal de divulgação
- A ABCMC deve estimular seus associados a utilizar o boletim do DEMU e as revistas eletrônicas de Museologia
- Instruir os profissionais de museus a incluírem seus currículos no sistema LATTES (CNPq)
- Enviar documento final do III Fórum Nacional de Museus para todos os ministérios ligados às ações
- Enviar documento final do III Fórum Nacional de Museus às secretarias dos ministérios ligados às ações
- Enviar documento final do III Fórum Nacional de Museus a FAPS, CONSED, CONSECTI, CNPC, CEC (Congresso Nacional) e associações da área
- Articular a implementação de novo plano de carreira para o MinC

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

- Fazer gestão junto ao MEC para uma política de apoio ao desenvolvimento dos museus universitários de Arqueologia e Etnologia
- Promover, através de programas inter-institucionais (MinC e MEC), a inserção de conteúdos referentes ao patrimônio cultural no ensino curricular
- Oficinas e cursos de capacitação devem ser pensadas de acordo com a especificidade dos museus
- Reconhecer as especificidades dos acervos arqueológicos e etnológicos
- Regionalizar a formação de pessoal nos museus arqueológicos e etnológicos universitários
- Criar e dinamizar uma rede de comunicação entre os profissionais dos museus de Arqueologia e Etnologia
- Traçar uma política de fortalecimento dos museus de arqueologia e etnologia públicos e/ou universitários para que assumam a guarda e gestão do patrimônio
- Estabelecer uma política de articulação entre DEPAN e DEMU no que concerne aos acervos arqueológicos

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

- Enfatizar na PNM a importância dos museus privados, principalmente daqueles surgidos por iniciativa da comunidade
- Considerar a necessidade de incorporação de um maior número de arqueólogos na equipe do Iphan
- Incentivar as entidades museológicas a pressionar as esferas federal, estadual e municipal de modo a haver maior discussão e transparência na distribuição de recursos
- Estimular os museus a criarem instâncias de participação mais ampla na definição de suas políticas e ações

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

- Desburocratizar os editais de financiamentos
- Simplificar a linguagem dos editais
- Estimular a realização de concursos públicos para os quadros técnicos dos MIS
- Dar continuidade às ações de formação e capacitação na área museológica
- Criar estratégias para que a PNM se mantenha com eficiência na pasta dos futuros governos

REDES TEMÁTICAS ENTRE OS MUSEUS

As redes temáticas serão apresentadas focalizando os trabalhos produzidos nos grupos de trabalho

I – Museus de Arte

Denominação da rede	R.I.M.A. (Rede de instituições museológicas de arte)
Ações para a criação ou aperfeiçoamento da rede	- Consideramos que o conjunto de ações e recomendação constituem os elementos para a atuação da R.I.M.A.

II – Museus de História

Denominação da rede	Rede Temática de Museus de História
Motivação da rede	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de Experiências - Comunicação - Disseminação de produções - Intercâmbio de exposições e acervos - Integração de pessoas e instituições - Possibilidade de acompanhamento da evolução do processo museológico em âmbito nacional e internacional
Participantes da rede	<p>Todos os Museus de História do país que queiram participar Consolidar o GT de Museus de História com o objetivo de criar a Rede de Museus de História, constituindo coordenações geral e regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Geral: Magaly Cabral (Museu da República/RJ) - Regionais: <ul style="list-style-type: none"> - Norte e Nordeste – Fernando Lôbo (Museu Palácio Floriano Peixoto/AL) - Centro-oeste e Sudeste – Márcia Silveira Bibiani (Superintendência de Museus/SEC/RJ) - Sul – Péricles Gonçalves (Núcleo de Memória da FURG/RS)
Ações para a criação ou aperfeiçoamento da rede	<ol style="list-style-type: none"> 1º Convidar os participantes dos 1º, 2º e 3º Fóruns a participar da Rede 2º Solicitar ao Cadastro Nacional de Museus a listagem de Museus de História e repassar aos coordenadores regionais 3º Convidar os Museus de História a participar da Rede 4º Realizar um encontro de Museus de História em novembro/2008 no Museu da República (RJ). No encontro, discussão da dinâmica da Rede

* Elaborar um questionário que permita traçar um perfil dos Museus de História, suas necessidades e prioridades

III – Museus Culturais Militares

Denominação da rede	Rede de Museus de Cultura Militar
Motivação da rede	- Integrar as ações, trocar informações técnicas e experiências, economizar esforços, ampliar e divulgar resultados
Participantes da rede	- Museus que têm coleções de armas, equipamentos e uniformes militares que expõem a História com ênfase em seu aspecto militar
Ações para a criação ou aperfeiçoamento da rede	<ul style="list-style-type: none"> - Prosseguir realizando os encontros entre os Museus de Cultura Militar a partir de 2009 (IV Encontro), em anos alternados ao Fórum Nacional de Museus - Participar ativamente do Congresso Internacional do Icomam (Comitê Internacional dos Museus e das Coleções de Armas e de História Militar – um dos comitês do Icom) que será realizado no Rio de Janeiro, de 25 a 29 de agosto de 2008 - Buscar a integração com a rede mundial de museus participantes do Icomam - Criar condições para a integração dos sistemas de cadastramento e controle do patrimônio cultural militar, já existente setorialmente - Prosseguir compartilhando os resultados da criação de um <i>Thesaurus Militar</i> - Participar das iniciativas para a criação da rede nacional dos museus integrantes do Sistema Nacional de Museus - Publicar a segunda edição do catálogo dos Museus de Cultura Militar - Colocar <i>links</i> nas páginas das instituições museológicas militares que remetam a páginas de instituições congêneres militares e civis cujos acervos e exposições sejam de interesse comum - Intensificar o intercâmbio de exposições temporárias que atinjam diferentes públicos, podendo chegar a cidades e regiões onde uma das Forças não tenha representação

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

Denominação da rede	Associação Brasileira de Centros e Museus De Ciência (www.abcmc.org.br)	
Motivação da rede	Apoiar e potencializar iniciativas que reforcem a atuação da área articulando, integrando, e estimulando profissionais e instituições para a divulgação da C&T e a preservação de seu patrimônio	
Participantes da rede	Instituições, grupos e profissionais atuantes na área de popularização da ciência e tecnologia	
Ações para a criação ou aperfeiçoamento da rede	PRAZO	Responsável
Enviar o cadastro de instituições da ABCMC para o DEMU	Agosto 2008	Fátima Brito
Realizar um encontro nacional de Museus de Ciência e Tecnologia em 2009	Dezembro 2009	Diretoria da Abcmc
Levar à próxima assembleia da ABCMC a discussão da preservação do patrimônio de C&T	Julho 2008	Marcus Granato e representante da Fundação Energia e Saneamento
Incluir no guia de centros e museus de ciência no Brasil as instituições cadastradas no CNM	Dezembro 2008	Fátima Brito

Levantar e diagnosticar o nível de informatização dos museus	Julho 2009	Diretoria da Abcmc
Promover o encontro entre a ABCMC e o DEMU	Dezembro 2008	Presidente Abcmc
Criar infraestrutura de gestão para ABCMC	Julho 2009	Diretoria da Abcmc
Levar o resultado do GT dos museus de C&T à assembleia da ABCMC	Julho 2008	Marcus Granato

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

Denominação da rede	Rede de museus e acervos de arqueologia e etnologia – remaae		
Motivação da rede	- Trocar informações e experiências na busca de soluções para problemas comuns		
Participantes da rede	<ul style="list-style-type: none"> - Parceiros de empresas privadas que apóiam os museus de Arqueologia e Etnologia - Colaboradores e parceiros eventuais dos museus de Arqueologia e Etnologia - Profissionais que atuam nos museus de Arqueologia e Etnologia, laboratórios e núcleos de pesquisas - Representantes de grupos étnicos - Representantes institucionais dos museus de Arqueologia e Etnologia - Representantes de empresas de consultoria, ONGs, OSCIP, OS e assemelhados na área de acervos etnológicos e arqueológicos 		
Coordenador	Fabiana Comerlato		
Funcionamento da Rede	- Ação	Responsável	Prazo
	- Divulgar a rede para interessados da região do representante	SP – Cristina Bruno RJ – Regina Abreu C.OESTE – Dirceu SUL – Beto Ceará – Manuelina M.Gerais - Lídia	30/08/2008
	- Realizar um encontro nacional da REMAAE na reunião da ABA-2010	Cardoso e Regina	30/07/2010
	- Realizar encontros regionais da REMAAE inclusive nas reuniões regionais de antropologia – RAM/REA	REA e RAM – Cardoso e Regina C.OESTE - Aivone	30/06/2009
	- Criar endereço na internet	Fabiana Comerlato	10/08/2008
	- Divulgar a rede nos sites dos museus de Arqueologia e Etnologia/Instituições e criar links	SP – Cristina Bruno RJ – Regina Abreu C.OESTE – Dirceu Sul – Beto Ceará – Manuelina M.Gerais – Lídia	30/08/2008
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar profissionais para atuar nos museus de Arqueologia e Etnologia - Criar um sistema único de comunicação entre museus - Criar um programa de apoio a qualidade dos museus 		

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

Denominação da Rede	Relamce – Rede Latino Americana de Museus Comunitários e Ecomuseus	
Motivação da Rede	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de experiências e informações - Divulgação de ações desenvolvidas - Articulação de ações conjuntas - Rompimento do isolamento - Estabelecimento de debate político - Elaboração de propostas de políticas públicas - Promoção de oficinas de capacitação para gestores - Impulso para a criação de novos museus 	
Participantes da Rede	<ul style="list-style-type: none"> - Museus Comunitários - Ecomuseus - Museus de Percurso - Museus de Território - Museus em Processos - Pontos de Cultura - Centros Culturais - Grupos Folclóricos - Organizações Religiosas - Projetos Griôs - Associações Comunitárias - Ongs - Artesãos - Artistas - Clubes de Terceira Idade 	
Ações de Implementação da Rede		
Ação	Responsável	Prazo
Criar um grupo de discussão na internet	Antonio Carlos Myriam Gilberto	Imediato
Enviar para os responsáveis da Rede informações, práticas e agendas das instituições integrantes	Todos os participantes da Rede	Ação contínua
Disponibilizar os arquivos com os trabalhos dos integrantes do GT	Todos os participantes do GT	Imediato
Contatar a ABREMC para articular a ampliação da Rede	Antonio Carlos	Ate final 07/2008
Solicitar o cadastro de museus comunitários e ecomuseus junto ao Sistema Brasileiro de Museus	Antonio Carlos	Até final 07/2008
Criar o site da RELAMCE tendo como provedor a ABM	Antonio Carlos Myriam Gilberto Luis	Até final 12/2008
Realizar um primeiro debate em rede sobre a tipologia do GT	Myriam	Início 08/2008
Realizar um encontro presencial da RELAMCE	Rosane Marlúcia	2009

AÇÕES PROPOSTAS À PNM
COM O APOIO DA REDE

Gestão de Museus

- Incentivar processos de monitoramento e avaliação acoplados ao Observatório de Museus
- Formar conselhos consultivos envolvendo participantes comprometidos com os objetivos dos museus para definir políticas e ações

Democratização e Acesso aos Bens Culturais

- Criar mecanismos para integrar a atuação de diferentes segmentos de museus favorecendo o diálogo e a integração com a comunidade
- Incorporar nos acervos os fazeres e saberes das comunidades
- Estimular o intercâmbio dos museus com o Projeto Griô
- Incentivar os projetos a incorporarem jovens como atores sociais. Ex: Agentes de Memória

Formação e Capacitação de RH

- Estabelecer mecanismo de cadastramento de cursos e alunos para o recebimento de publicações e boletins eletrônicos
- Incluir conteúdos de Educação Patrimonial nos currículos escolares (ensino fundamental e médio)

Financiamento e Fomento

- Incentivar os museus a desenvolverem atividades que gerem recursos financeiros considerando as potencialidades e as especificidades locais

Moção à senadora Ideli Salvatti

Solicitação de reexame e maior debate acerca das exigências de Tombamento Federal dos acervos e ser considerado de interesse público para que os museus se habilitem ao apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, previsto no parágrafo 2º, do artigo 1º, do Projeto de Lei do Senado de número 95, ano 2008.

Moção ao Iphan

Que o Iphan proceda ao tombamento dos clubes sociais negros distribuídos por todo Brasil, mapeados pelo Museu Treze de Maio (Santa Maria – Rio Grande do Sul) e Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal).

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

PROPOSTA DO MIS EM REDE: FÓRUM

NACIONAL DE MUSEUS DA IMAGEM E DO SOM

O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro vem desenvolvendo há 1 ano um projeto para a realização do I Fórum Nacional de Museus da Imagem e do Som, no qual se discutirá a formação de uma rede nacional de cooperação técnica capaz de conceber um ambiente virtual único para difusão, preservação e acesso dos acervos dos MIS em âmbito nacional.

O evento deverá ser realizado em abril de 2009, no Rio de Janeiro, e será destinado a profissionais de Museus da Imagem e do Som e instituições que detenham acervos audiovisuais, além de estudantes e técnicos de instituições culturais interessadas.

O Fórum pretende reunir profissionais da área para discutir as especificidades dos MIS em

ambiente virtual e a criação, em médio prazo, de um portal denominado MIS em Rede que reunirá sites já existentes de instituições e outros a serem construídos.

Durante o Fórum, será criada uma comissão com representantes dos diversos grupos de trabalho para a discussão e implementação do portal, caso seja aprovado na plenária final.

Dentre os principais temas sugeridos para a discussão dos grupos destacam-se a digitalização dos acervos audiovisuais, o intercâmbio técnico, as normas técnicas e jurídicas para o ambiente virtual, a capacitação de recursos humanos, a gestão e integração dos conteúdos de cada instituição em rede virtual, o ambiente tecnológico e a manutenção da rede.

O evento está inscrito no Pronac para fins de capacitação de recursos.

Ações	Responsável	Prazo
Enviar correspondência aos MIS informando os resultados do GT e a proposta de criação da Rede	Rafael e Célia (MIS RJ)	Até 30 de julho
Agilizar a aprovação do Projeto Rede MIS encaminhado ao Pronac (Programa Nacional de apoio à Cultura) pelo MIS/RJ	DEMU	
Realizar o fórum nacional dos MIS visando à discussão para a criação de uma rede	Célia (MIS RJ - Coordenação), Rafael (MIS/MS) e Denise (MIS/SC)	Até abril de 2009

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

A sistematização dos trabalhos dos grupos não foi feita com a participação das equipes dos GT. O produto apresentado abaixo corresponde a um esforço da equipe de moderadores em destacar os pontos que, na sua perspectiva, são recorrentes nos grupos de trabalho.

Avanços da Política Nacional de Museus

Linhas temáticas	Avanços
Democratização do acesso aos bens culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento e valorização dos museus pequenos, novos e específicos - Aumento do número de publicações e periódicos sobre a área museológica - Favorecimento da interação entre museu e comunidade - Promoção de eventos em nível nacional no campo da Museologia (Semana Nacional dos Museus, Dia do Museu e Primavera dos Museus)
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Democratização do acesso a informações específicas da área técnica museológica - Maior produção de conhecimento e circulação de informações - Reconhecimento e divulgação do patrimônio cultural
Gestão e configuração do campo museológico	<ul style="list-style-type: none"> - Integração dos vários tipos de museus no contexto museológico brasileiro facilitado pelo Sistema Brasileiro de Museus - Fortalecimento institucional dos museus - Aumento do conhecimento do campo museológico a partir do Cadastro Nacional de Museus - Reconhecimento da necessidade de articulação com ministérios, agências de fomento e outras instituições
Financiamento e fomento	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de editais e alternativas de financiamentos específicos para a área museológica (MinC, Caixa Econômica, Petrobrás, BNDES)
Modernização da infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da necessidade e estímulo à modernização dos museus
Qualificação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de oficinas e cursos de capacitação museológica em várias regiões do país - Realização de novos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia

Obstáculos e problemas para a implementação da Política Nacional de Museus

Linhas temáticas	Problemas e obstáculos
Democratização do acesso aos bens culturais	<ul style="list-style-type: none"> - Uma grande parcela da sociedade brasileira ainda não percebe a importância dos museus como ferramenta de ensino e complementação à educação formal
Gestão e configuração do campo museológico	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de interação e intercâmbio entre museus e outros órgãos afins em diferentes níveis - Rigidez da normatização em choque com a diversidade museológica - Quadros técnicos em quantidade e qualificação profissional insuficientes - A PNM não contempla a manutenção, aquisição e reorganização de acervos

Financiamento e fomento	<ul style="list-style-type: none">- Dificuldade de elaboração de projetos para obtenção de financiamentos via editais- Dificuldade de aplicação das leis de renúncia fiscal aos museus- Os editais não contemplam categorias específicas de museus e alguns elementos das despesas
Modernização da infraestrutura	<ul style="list-style-type: none">- Fragilidade na segurança do patrimônio cultural- Dificuldade de acesso a tecnologias para preservação, consulta e exibição do acervo
Qualificação profissional	<ul style="list-style-type: none">- Desconhecimento das reais necessidades de formação para os profissionais dos museus



AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Neste tópico foram listadas as ações priorizadas pelos grupos de trabalho para apresentação na plenária final do Fórum.

GT I – Museus de Arte

- Criar outros sistemas de fomento que atendam aos requisitos funcionais dos Museus de Arte
- Apoiar e estimular a criação de centros de salvaguarda museológicas (reservas técnicas, laboratórios e oficinas de restauro) compartilhados entre diversas instituições incluindo as esferas pública e privada
- Criar uma política de constituição de acervos, incluindo aquisições, transferências e reorganizações; definição de critérios para destinação de obras apreendidas pela Polícia Federal e previsão de aquisição de acervos nos editais e fundos de fomento com verbas adequadas à realidade do mercado de arte
- Rever e sugerir estratégias de fomento da Lei Rouanet para atender às metas da PNM
- Constituir de centros de conservação e restauro que atuem como referências nacionais. Ex.: Centro de Fotografia da Funarte
- Incluir o incentivo à produção artística e circulação de acervos como elementos do processo de preservação
- Aprimorar a interlocução entre DEMU e Funarte
- Priorizar as ações voltadas para garantir a segurança dos museus de arte articulando de modo sistêmico, as esferas municipais, estaduais e nacionais
- Criar uma política editorial de catalogação e circulação de publicações para os museus
- Aplicar recursos orçamentários para viabilizar a expansão dos projetos do Observatório de Museus
- Estimular a circulação de exposições em escala estadual e nacional
- Promover investimentos para aperfeiçoar o Simba-Donato, de maneira que se torne o sistema padrão e acessível como sistema de informatização da catalogação de obras de artes visuais para as instituições museológicas brasileiras
- Incentivar a criação de cursos para atualização de profissionais para atuar em instituições museológicas de arte
- Apoiar a criação de um Grupo de Trabalho para contribuir na implementação da PNM e atender as especificidades das instituições museológicas de arte desenvolvendo estudos para convergência dos parâmetros conceituais da Nova Museologia e a expansão dos conceitos de arte

GT II – Museus de História

- Estimular a criação de sistemas estaduais/municipais de museus e/ou núcleos de estudos museológicos
- Dar continuidade à política de fomento
- Disseminar a prática de elaboração de Planos de gestão museológicos
- Implantar o Estatuto dos Museus
- Apoiar ações visando à criação do Ibram

GT III – Museus de Cultura Militar

- Buscar parcerias em universidades que formam museólogos e historiadores para que se interessem por assuntos específicos dos museus de cultura militar
- Valorizar, através de uma estratégia de marketing mais atraente, a visitação aos museus
- Aumentar a interação visitante-museu nas exposições
- Enviar a programação mensal integrada dos museus para as revistas especializadas em História nas bancas do país
- Divulgar arquivos históricos, estimulando a realização de pesquisas científicas sobre temas militares em universidades
- Acelerar a regulamentação das Associações de Amigos de Museus

GT IV – Museus de Ciência e Tecnologia

- Criar uma política de preservação de acervos de C&T
- Estabelecer linhas de fomento nas agências federais e estaduais para museus e patrimônio
- Ampliar a articulação entre DEMU/MCT/MEC
- Criar um programa de bolsas para profissionais de museus
- Criar um programa de visitação aos museus para comunidades carentes

GT V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

- Criar setor responsável pela articulação DEMU/Depam, DEMU/Pronac e DEMU/MEC
- Criar um fundo de investimento para proteção do patrimônio cultural
- Incluir educação patrimonial no ensino fundamental e média

GT VI – Museus Comunitários e Ecomuseus**GESTÃO DE MUSEUS**

- Adequar o atual cadastro para atender as especificidades dos Museus Comunitários e Ecomuseus abrindo oportunidade de inclusão dos centros culturais
- Formar conselhos consultivos para definir ações e políticas

SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS

- Fomentar a criação de sistemas estaduais e municipais de museus
- Criar uma instância de assessoria aos Museus Comunitários, Ecomuseus e Museus de Percorso
- Democratização e acesso aos bens culturais
- Garantir o tombamento dos clubes sociais negros, visando a sua transformação em Museus Comunitários
- Incentivar projetos de incorporação de jovens como atores sociais. Ex: agentes de memória

FORMAÇÃO

- Incentivar a criação/valorização da disciplina Museologia Comunitária e sua inclusão nas grades curriculares de formação, especialização e extensão em Museologia, em interface com os cursos de Turismo, Patrimônio, História e Educação
- Incluir conteúdos de Educação Patrimonial nos currículos escolares (ensino fundamental e médio)
- Possibilitar a contratação de RH nos editais

FINANCIAMENTO E FOMENTO

- Qualificar os agentes de Museus Comunitários para elaboração de projetos de capacitação de recursos
- Elaborar editais de financiamento para os clubes sociais negros

- Garantir a participação de representantes da área museológica nos CNIC
- Incentivar os museus a desenvolverem atividades que gerem recursos financeiros considerando potencialidades e especificidades locais

MODERNIZAÇÃO E INFORMAÇÃO

- Demandar a disponibilização de uma ferramenta digital (site, web) a ser alimentada pelos museus
- Assegurar aos museus o acesso a computador e internet
- Estabelecer parceria com o MCT para o desenvolvimento de softwares livres para gestão de acervos e informatização de documentos
- Formular editais de financiamento considerando tipos e dimensões dos museus (IDH)
- Formar e disponibilizar cadastro livre informatizado de profissionais da área museológica

LEGISLAÇÃO

- Aperfeiçoar a legislação de incentivo fiscal através da distribuição dos recursos capitados por meio de maior participação da população em conselhos/comissões julgadoras
- Garantir que a renúncia fiscal seja proporcional aos benefícios e impactos sociais

GT VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS

- Implantar sistemas estaduais de museus nos estados onde não existem
- Elaborar planos estratégicos para os sistemas estaduais já estabelecidos
- Realizar o Fórum Nacional dos MIS visando à criação de uma rede
- Promover o intercâmbio de experiências entre os MIS por meio de acordos de cooperação técnica, encontros, seminários etc.

FINANCIAMENTO E FOMENTO

- Ampliar os recursos financeiros para os museus, dando continuidade à democratização de acesso a estes recursos
- Criar editais visando à preservação e difusão de acervos de imagem e som

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RH

- Promover oficinas de conservação em acervos de imagem e som com profissionais especializados
- Promover acordos de cooperação internacional com instituições e profissionais especializados em alta tecnologia
- Promover parcerias para utilizar mão-de-obra capacitada em técnica de áudio e vídeo
- Aquisição e gerenciamento de acervos culturais

- Ampliar e divulgar o acervo por meio de parcerias com empresas da área de comunicação de interesse para os MIS

INFORMATIZAÇÃO DE MUSEUS

- Definir normas e padrões para informatização dos acervos dos MIS
- Desenvolver software adequado para informatização dos acervos dos MIS
- Modernização de infraestrutura museológica
- Dotar os museus com sistemas eficazes de segurança
- Modernizar os espaços expositivos dos MIS com equipamentos e programas de alta tecnologia
- Democratizar o acesso aos bens culturais
- Promover ações de visibilidade dos MIS junto à sociedade civil

RECOMENDAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

- Incluir, nos ensinos fundamental e médio, conteúdos de educação patrimonial e visitas a museus
- Difundir em âmbito nacional periódicos, artigos e manuais e facilitar sua distribuição
- Criar uma política editorial de catalogação e circulação de publicações para os museus
- Acelerar a criação do Ibram
- Consolidar a PNM como política de Estado e não de Governo
- Acelerar a aprovação e regulamentação do Estatuto dos Museus
- Oficinas e cursos de capacitação devem ser pensados de acordo com as especificidades dos museus
- Dar continuidade às ações de formação e capacitação na área museológica

Considerações Finais

AValiação dos Participantes

No final dos trabalhos, os participantes registraram impressões e sentimento com que deixaram o evento. As mesmas serão apresentadas por grupos de trabalho

I – Museus de Arte

- Mérito do Fórum contemplar quatro tardes para discussão da PNM com moderação e coordenação que muito ajudaram nos

- trabalhos. O trabalho compartilhado no GT Museus de Arte foi muito positivo por fomentar a discussão conjunta e a reflexão sobre as práticas e exigências de instituições artísticas bem como a avaliação da PNM e dos desejos de futuras atualizações, adaptações e inserções. A discussão foi democrática e sempre voltada para o foco proposto. Muitas vezes pareceu que o tempo seria um empecilho, porém esta sensação ocorreu porque o envolvimento dos participantes foi intenso
- Foi muito produtiva a discussão do GT, todos participaram com sugestões no trabalho proposto. A forma como o coordenador e o moderador conduziram o trabalho permitiu que o grupo não se perdesse no foco da discussão
- Participação excelente. Resultados alcançados além das expectativas. Moderação: excelente. Coordenação: excelente
- Discussão rica e bem coordenada
- No GT houve a oportunidade de livre expressão, possibilitando um resultado democrático de futuras ações das instituições museológicas para implementar agentes de mudança social e desenvolvimento
- Positiva a constituição e o desenvolvimento dos trabalhos. Presenças com limitação geográfica
- Boa, participativa, abrangente, dinâmica e principalmente focada nas

- questões contemporâneas dos museus de arte e na PNM
- O GT teve um trabalho muito proveitoso e eficiente, com boa participação dos presentes. Cumpriu a pauta das discussões e alcançou metas com bons resultados.
 - Esta semana foi de grande aprendizado. O museu onde trabalho é pequeno, não tem grandes coleções, mas as preocupações são praticamente as mesmas. Trabalhamos com arte e isso é muito bom. Foi muito importante trabalhar com grandes profissionais, muito agradável. Obrigada

II – Museus de História

- Altamente positivo (dez)
- Eficaz, parabéns
- Realizado
- Muito bom! Eficiência! Bons resultados
- Alinhamento de ideias positivas e trabalhos construtivos
- Estrutura dinâmica, mas muito burocrática
- A diversidade foi fator de união e fortalecimento

III – Museus Culturais Militares

- A reunião do grupo de trabalho foi de grande importância para a melhoria das condições em que se encontram os museus de acervo militar (que já são razoáveis) e para o esclarecimento dessas condições para quem não está inserido neste contexto

- A produção foi muito boa, graças ao bom entendimento entre os participantes, resultado da interação nos encontros dos museus de cultura militar, que já ocorrem há três anos, e da continuidade da participação de representantes desses museus nos fóruns do Iphan
- Foi uma excelente oportunidade para integrar a Museologia e a cultura militar, bem como estreitar os laços de relacionamento com as demais instituições museológicas integrantes do Sistema Nacional de Museus, DEMU/ Iphan
- Considero que os trabalhos realizados pelo GT foram de fundamental importância para o enriquecimento, aprimoramento e progresso dos museus de cultura militar, bem como para os participantes
- O GT de museus de cultura militar propiciou uma excelente diretriz a ser continuada e aprimorada por seus integrantes em consonância com a PNM
- O grupo foi de grande aprendizado no sentido da integração de diversas formações dos participantes envolvidos e alcançou seu objetivo de gerar um documento focado na melhoria dos museus de cultura militar
- Foi bastante proveitoso. As propostas, no meu entendimento, vão contribuir sobremaneira para os avanços na cultura militar
- O desenvolvimento de questões em nível horizontal proporciona um debate amplo e produtivo. Todos os pontos levantados foram

- elencados e aprovados de maneira que não se transformassem em sugestões utópicas
- Ampliou a visão sobre a atividade museológica dos detentores de acervo que não são técnicos formados
- Integrou conhecimentos sobre diferentes experiências
- A integração das ideias sob forma de *brainstorming* foi muito adequada e, sobretudo, bem conduzida
- O grupo de trabalho foi muito participativo
- Num exame retrospectivo dos trabalhos do GT, vejo o mais positivo dos saldos

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

- Muito produtivo, participativo, consistente e objetivo
- Muito válido
- Produtivo
- Metodologia e integração nota 10
- Foi bom, estimulando maior integração entre os M.E.As
- Importante, objetivo e produtivo
- Reunião promissora
- Ótimo
- Muito produtivo e voltado para ações efetivas
- Rico e positivo
- Produtivo e enriquecedor
- Foi bom, mas poderia ter contado com maior participação de outras instituições. O horário coincidiu com os minicursos

- Rico e necessário
- Ótimo, muito produtivo
- Produtivo
- Cumpriu o objetivo de avaliar os resultados de um quinquênio da PNM
- Ótimo

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

QUANTO AOS RESULTADOS ALCANÇADOS

- Os resultados superaram as expectativas, tendo em vista o grupo ser pequeno e todos terem oportunidade de colocar as suas ideias
- As dificuldades, os avanços e as propostas de ações foram bem discutidos no GT, possibilitando riqueza de conhecimento para todos, o que incentivou os participantes a assumirem uma postura para mudar e propiciar um melhor papel para os museus comunitários e ecomuseus, bem como chegar a sugestões para a sustentabilidade e a integração dos museus com a comunidade
- As discussões foram ricas, permitindo-nos trocar e pensar o nosso fazer, propor políticas nacionais e reconhecer limites impostos que precisam ser superados. Parabéns!
- Foram bastante positivos e animadores e, se encaminhados pelo DEMU ou por outros setores, contribuirão para a melhoria de nossos ecomuseus e museus comunitários
- Boas discussões sobre a PNM
- Os resultados foram positivos. O mais

importante foi o entusiasmo dos participantes para dar continuidade ao trabalho

QUANTO À PARTICIPAÇÃO

- Foi bastante satisfatória, pois todo o grupo debateu, prevalecendo a diversidade de opiniões
- A participação do grupo teve uma melhoria crescente, já que estava quantitativamente esvaziado. Mas ao final a participação foi muito boa!
- Os participantes foram muito ativos, criativos e solidários. As reflexões foram excelentes!
- Os participantes foram dedicados e propositivos, apresentando qualidade nas reflexões
- Numericamente, foi fraca, com poucos participantes, nem sempre assíduos. Todos, porém, apresentaram contribuições oportunas, configurando uma participação forte
- Participações inteligentes e experientes
- O grupo todo atuou de modo coeso e sem conflitos, com ideias convergentes e inclusivas, privilegiando coletivamente os museus a partir da especificidade do tema do GT

QUANTO À MODERADORA

- Foi bastante objetiva o que fez com que o trabalho fosse muito produtivo
- A moderação foi ótima!
- A moderação foi excelente! Parabéns!
- A moderação foi excelente! Estabeleceu

disciplina sem restringir ou inviabilizar a participação de todos

- Moderação tecnicamente adequada
- Moderação disciplinada e atenciosa
- A dinâmica aplicada no GT foi excelente, com ótimo desempenho da moderadora
- O trabalho foi muito positivo em termos de forma e estruturação da oficina

QUANTO AO COORDENADOR

- Incentivou todos a participarem e colocarem as suas ideias
- A coordenação foi muito boa!
- Excelente! Parabéns!
- Estabeleceu disciplina sem restringir ou inviabilizar a participação de todos
- Coordenação tecnicamente adequada
- O coordenador facilitou com sua simpatia e experiência
- A coordenação foi relevante

OBSERVAÇÕES

- Faltou maior divulgação e estímulo para a participação Tatiane (digitadora). Ela foi ótima!

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

- O grupo contou com um número reduzido de participantes, mas conseguiu um alto grau de integração. Isso se deve, sobretudo, à atuação eficiente dos dois coordenadores e da moderadora, que agiu sempre no sentido de obter o consenso entre os participantes. Na minha opinião, conseguimos realizar a contento a pauta traçada pelo DEMU para as discussões nesses quatro dias e saímos com uma proposta concreta de constituição de uma rede e a construção de um portal para todos os MIS.
- Grupo pequeno. Representação do Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Metodologia aplicada com rigor. Debate amplo. Visão de futuro. Excelente aproveitamento.
- Condução dos trabalhos de forma tranquila. Moderadora excelente. Trabalho fluído de forma proveitosa. Resultado compatível com as expectativas.
- Como participante, pude absorver ainda mais conteúdo para aproveitamento nas ações que estão sendo aplicadas no MIS/SC. O grupo, apesar de pequeno, trabalhou intensamente, gerando um resultado coeso e compatível com as necessidades. A moderação contribuiu de forma eficaz para o conjunto, trazendo tranquilidade e apoio. Os resultados foram definidos de maneira responsável, objetivando um futuro promissor para os MIS do país. Parabenizo de forma geral o 3º Fórum Nacional de Museus.
- Participação: esvaziamento dos GTs em virtude da ocorrência dos minicursos em horário simultâneo. Resultados alcançados: dentro do GT houve uma plena integração porque as expectativas eram quase todas as mesmas. Atuação da moderação: excelente ideia, deve se repetir em todos os fóruns. Técnica do moderador aliada às expectativas do grupo = resultados eficientes
- Coordenação: bastante democrática, com grande conhecimento das necessidades dos Museus da Imagem e do Som! Imensamente grata pela oportunidade de compartilhar nossos anseios
- Houve um ótimo desempenho do grupo nas discussões dos temas propostos, a partir de uma nova dinâmica de mediação que se mostrou muito eficiente na otimização dos resultados e do tempo de trabalho. Embora algumas questões não tenham obtido o consenso geral, o que é de se esperar de um trabalho coletivo, os objetivos do GT foram atingidos, com respostas e recomendações satisfatórias que podem contribuir para a Política Nacional de Museus.

QUALIDADE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Com vistas a contribuir a com a avaliação do evento, a equipe de moderadores teceu alguns

comentários sobre sua impressão dos resultados alcançados. O quadro que segue apresenta esses pontos.

GT	Moderador	Comentário
I	Eduardo	Devido à resistência do grupo a metodologias, associada à forte condução do coordenador e considerando minha opção por respeitar ao máximo a própria dinâmica do grupo (que fez escolha consciente e consensuada de não seguir a metodologia e o roteiro em alguns pontos), tive pouca margem de manobra, o que fez ser sacrificado o tempo de discussão sobre as redes. Por outro lado, houve uma discussão bastante dinâmica e qualificada entre os museus sobre questões de sua realidade, evidenciadas pelos próprios participantes ao longo do processo. As propostas operaram num nível de abrangência grande para a realidade dos museus de arte. Ao mesmo tempo, foram específicas no contexto do tema museus em geral. A meu ver, demarcam claramente posicionamentos críticos e propositivos do grupo.
II	Rosana	No primeiro dia de trabalho, a oficina contou com um número significativo de participantes – 21 no total, representando dez diferentes museus de diversas regiões do país, especialistas da área museológica, estudantes de áreas afins e representantes das secretarias de Cultura de alguns estados. A partir do segundo dia de trabalho, o grupo reduziu-se, em função do já relatado choque de horários entre GTs e minicursos, a um núcleo de sete a dez pessoas (algumas presenças flutuantes) mais a coordenadora, representando então quatro estados e o Distrito Federal, além de um estudante da área. As atividades foram desenvolvidas de forma atenta e participativa pelo grupo, que teve, na figura da coordenadora, uma voz ativa e de liderança durante todo o tempo. A resistência inicial à metodologia de trabalho logo foi superada pelo entusiasmo da discussão e pela percepção clara da contribuição da proposta. Certamente o esvaziamento do grupo acarretou a perda de contribuições valiosas à discussão sem, entretanto, comprometer os resultados alcançados, considerados satisfatórios equivalentes à produção dos demais GTs, conforme verificado na plenária final. As ações propostas tiveram caráter mais abrangente, considerando-se principalmente a natureza dos Museus de História. Entretanto, a constituição da Rede mostrou-se bastante sólida, em sua configuração e no envolvimento dos presentes, configurando um grande avanço.
III	Fabio	A pesar do número reduzido de participantes em relação à expectativa inicial, os resultados alcançados foram extremamente discutidos e aprofundados no grupo de trabalho. É possível afirmar que, considerando o tempo e a representação do grupo, os produtos gerados alcançaram os objetivos traçados para o evento.
IV	Veruska	Apesar do número reduzido de participantes, a produção e o comprometimento do grupo foram bastante relevantes. Contribuíram fortemente com exemplos e questionamentos, aumentando a relevância do GT. O grupo optou por trabalhar com os direcionamentos propostos na Política Nacional de Museus com o objetivo de abranger o maior número possível de assuntos. Trabalharam profundamente cada um deles.
V	Elise	O Grupo de Trabalho Museus Etnográficos e Arqueológicos teve a presença de representantes de 14 instituições. No total, foram 25 participantes sob a coordenação de Carlos Caroso (Bahia) e Regina Abreu (Rio de Janeiro). A frequência oscilou durante o GT, pois devido alguns participantes optaram por fazer os minicursos, ficando com 21 participantes frequentes. Este era o GT com maior número de participantes. Entretanto, foi citada a importância da presença de outras instituições representativas para os museus etnográficos e arqueológicos. O grupo foi bastante participativo e contribuiu muito para a avaliação da Política Nacional de Museus.



VI	Neusa	<p>Os dez integrantes do GT desenvolveram uma reflexão cuidadosa sobre a PNM e sua implicação em museus comunitários, ecomuseus etc. A análise passou pela discussão conceitual em termos da tipologia de enquadramento, como também acerca do papel dos museus na (re)construção da identidade e da cidadania de seu público.</p> <p>Houve uma interessante troca de experiências sobre os trabalhos desenvolvidos no Brasil e em países da América Latina, não aprofundada conforme o desejado em virtude do tempo disponível, mas que permitiu o desenvolvimento de análises sobre o contexto, assim como das perspectivas da PNM e as possibilidades de desdobramento do trabalho em rede. Alimentada por consensos e por opiniões diferenciadas, a participação no GT foi harmoniosa, comprometida e de muito respeito à diversidade de seus integrantes e das realidades que retratam e evocam.</p>
VII	Tatiana	<p>O número de participantes foi reduzido devido à realização dos GTs no mesmo horário dos minicursos, o que limitou as discussões apenas ao âmbito das necessidades específicas dos Museus da Imagem e do Som dos estados de Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, que atuaram efetivamente nos quatro dias do Fórum, mas não deram conta de uma abrangência maior nas questões propostas pelo 3º Fórum Nacional de Museus.</p> <p>Discutir as questões da Política Nacional de Museus levando em conta a diversidade de atuação de cada museu participante do GT proporcionou a percepção de que muito se avançou no campo museológico desde 2003, mas sinaliza-se que muito esforço ainda deve ser feito para dar conta de uma realidade mais adequada aos museus brasileiros.</p>

Sugestões da equipe de moderação para os grupos de trabalho em próximos fóruns:

- Evitar que os GT sejam realizados simultaneamente a minicursos e oficinas
- Convidar pessoas chave a participarem dos grupos para garantir representatividade

- Realizar reunião preparatória com moderadores e coordenadores antes do evento, a fim de favorecer o entrosamento da equipe e a concordância sobre metodologia e forma de condução dos trabalhos

Ementas dos minicursos



Plano museológico: implantação, gestão e organização dos museus

Conceitos de museu e Museologia. Breve história dos museus no mundo e no Brasil. Museus na contemporaneidade. Tipologias de museus. Política Nacional de Museus e Sistema Brasileiro de Museus. Legislação nacional. Procedimentos básicos para a criação de um museu. Plano museológico: histórico, conceito, elaboração, metodologia e implantação.

Elaboração de projetos e fomento para a área museológica

Museu: dinâmica conceitual. Definição de museus adotada pela Política Nacional de Museus. Funções dos museus: preservação, investigação e comunicação. Projeto e fomento: conceitos básicos. O passo a passo para a elaboração de projetos. A importância do planejamento e da metodologia. A política de editais: exemplos práticos. Fontes de financiamento e captação de recursos. Prestação de contas. O papel das Associações de Amigos e de Apoio aos Museus.

Estudos de público

Conceito de museus e de estudos de público, seus objetivos e finalidades. Metodologias para pesquisas de público em museus. Procedimentos para implantação de questionários. Implantação do Observatório de Museus e Centros Culturais. Tratamento e análise de dados.

Conservação de acervos

Os museus e suas funções. Conceitos de preservação, conservação e restauração. Breve histórico da preservação de bens culturais. Fatores de degradação: ação humana, condições ambientais, ataques biológicos e reações químicas. Documentação e conservação preventiva:

AG3/BRAM



Átila Tolentino e Paulo Nascimento. Elaboração de projetos e fomento para a área museológica

elaboração de diagnóstico e plano de conservação. Procedimentos técnicos e rotinas de acondicionamento, manuseio, embalagem e transporte. Política de conservação de acervos.

Gestão e documentação de acervos

Museu, Museologia e museografia. A importância da documentação museográfica. Documentação e pesquisa nos museus. Processamento técnico, preservação e gestão da informação. A construção de bases de dados. Sistemas informatizados disponíveis no Brasil para tratamento de informações. Inventário e catalogação. A construção de redes de informação. Política de documentação: da aquisição ao descarte.

Planejamento e gestão de exposições

Conceitos de museu, Museologia e museografia. O que é expografia. Exposição e comunicação museal. Tipologias de exposição. Exposições de curta, média e longa duração. A linguagem das exposições nos museus. Elementos e recursos expográficos: espaço, suportes, forma, cor, som, luz, texturas, imagens, textos e outros. Técnicas e materiais apropriados para exposição. O discurso expográfico. Exposição e conservação. As exposições e seus diferentes



Luiz Antonio Cruz Souza. Conservação de acervos



Maria Ignez Mantovani Franco. Planejamento e gestão de exposições

públicos. Diferentes processos de documentação e divulgação da exposição. Pesquisa e avaliação: usuários e beneficiários, resultados alcançados e impacto social das exposições.

Sociomuseologia

O minicurso sobre Sociomuseologia tem por objetivo principal analisar e discutir acerca dos contextos sociais e culturais em que se tem desenvolvido a prática e a produção teórica da Museologia contemporânea.

Desta forma serão tratadas e evidenciadas

algumas áreas de reflexão e prática da Museologia, tendo em consideração suas relações com as condições de produção, os diferentes discursos museológicos e contextos em que se desenvolvem, assim como os diferentes domínios de intervenção.

De forma genérica podemos enunciar algumas questões que farão parte do minicurso de Sociomuseologia, a saber: o que é Sociomuseologia e museologia social, o alargamento da noção de patrimônio e a consequente redefinição de objeto museológico, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a Museologia como vetor de desenvolvimento, a interdisciplinaridade e a Museologia como meio de comunicação.

Ação educativa em museus

Análise de conceitos – Museologia, museu; memória, cultura, patrimônio e educação. Panorama da História dos museus no Brasil e no mundo. Antecedentes históricos da relação entre educação e museu. O papel educacional do museu. Ações e práticas educativas em espaços museológicos. Patrimônio e educação: desafios contemporâneos. Museu, educação e cidadania: caminho para a mudança social e o desenvolvimento.



Paula Assunção. Sociomuseologia

Redes e sistemas de museus

Conceitos de sistemas e de redes de museus. Histórico da criação do Sistema Nacional de Museus (1986). Política Nacional de Museus: histórico, elaboração, legislação. Criação do Sistema Brasileiro de Museus: criação, formação do comitê gestor, legislação, funções e atuações. Histórico da criação de Sistema Estadual de Museus. Exemplo SEM do Rio Grande do Sul: antecedentes, legislação, decreto de criação, formação do SEM/RS, ações e atuações. Orientações jurídicas e encaminhamentos. Redes e sistemas de museus em países da Europa: associações, redes e sistemas nacionais e redes transnacionais. O caso de Portugal – a Rede portuguesa de museus: histórico, legislação, modos de atuação, evolução e situação presente.

Segurança em museus

Conceitos. Análise de risco. Estudo de situação: diagnósticos e mapeamento das áreas de risco. Modelos de segurança. Ações preventivas: roubo, furtos, incêndio e vandalismo. A política de segurança e o planejamento estratégico. O projeto básico e os cuidados de aquisição, instalação e recebimento final de sistemas. Centros de comando e controle. O tomador de decisões e a pronta-resposta às informações: tratamento, análise, aplicação e armazenagem. Credenciamento. Os subsistemas eletrônicos: monitoramento por CFTV, Cle. Acesso e

ronda. Detectores de movimento, barreiras eletrônicas e alarmes. Os equipamentos – câmeras dia/noite, gravações (capacidade e velocidade), modalidade de leitoras, sensores, tecnologias e diagramas de irradiação. Treinamento e conscientização dos funcionários. Prevenção e combate a incêndio. Circulação e acesso às áreas restritas. Segurança nas áreas expositivas, nas reservas técnicas, nas áreas de documentação (inventário, catalogação e registro fotográfico), nos laboratórios e nas salas de consultas (em documentos e computadores).



Ronaldo Braga de Oliveira. Segurança em museus

Programa de voluntariado em museus

Curso com o objetivo de preparar pessoas para implantar e coordenar voluntários. Por meio de apresentações dialogadas e dinâmicas são apresentados os seguintes temas: conceito e benefícios do trabalho voluntário, planejamento e gestão do programa de voluntariado e gerenciamento de voluntários: captação, integração, motivação e valorização. Parcerias e comunicação.



Luciana Sepúlveda. Estudos de públicos

Novas tecnologias para museus

Informatização e museu: controles de acesso, informática e exposição, diferenças fundamentais entre o uso nas exposições de longa duração e temporária. Informatização e coleções: bancos de dados; vocabulários controlados; especificidades de acervos: objetos e documentos; digitalização e reformatação. Os museus e a internet. Principais tecnologias disponíveis para criação de sites. Conceitos para o desenvolvimento de *websites*: como funciona a internet, servidores, DNS, clientes, arquitetura da informação e sistemas de gerenciamento de conteúdos (CMS).

Museus e turismo

Definição de turismo como fenômeno econômico, espacial e social. Composição do produto turístico. mercado turístico. turismo cultural: práticas europeias x práticas latino-americanas. Literatura de referência. Cidades, cidadãos, turismo e lazer. Políticas públicas de cultura e turismo. Museus como destino de lazer e de turismo. Pesquisas de perfil de visitantes e de níveis da satisfação. Estudos de casos.

Comunicações coordenadas



Comunicações coordenadas – propostas aprovadas

1ª sessão

Fluxus nos Museus. Museus em Fluxus.

Ana Paula Felicíssimo de Camargo Lima (doutoranda IFCH/UNICAMP, IEB/USP)
O coletivo internacional denominado Fluxus tentou promover, nas décadas de 1960 e 1970, a fusão entre arte e vida. Suas atividades valorizavam o processo de criação, o cotidiano, a interatividade com o público e a desmaterialização do objeto artístico, criticando os sistemas legitimadores da cultura. Algumas de suas propostas tinham o museu como alvo e objeto de reflexão: reconhecendo-o como local privilegiado da arte, muitas vezes o usavam pra questionar as próprias práticas museais. Para evidenciar o paradoxo existente entre a efemeridade contemporânea e a tradição museológica calcada na preservação material e no testemunho histórico, muitos objetos Fluxus somente se realizavam de modo efetivo com a participação do outro, desejando, concomitantemente, que este outro também fosse afetado por tal participação. Esta interatividade pressupunha uma reflexão a respeito das responsabilidades dos museus como guardiões da memória coletiva.

Apesar das propostas Fluxus, derivadas da contracultura, ficarem por décadas à margem da história da arte, nos últimos anos seus projetos ressurgiram em exposições e coleções no Brasil e no exterior, sendo que desde 2006 foram exibidas três mostras com esta produção nas cidades de Curitiba, São Paulo e Recife, estando outras exposições Fluxus já pré-agendadas para 2008 e 2009. Essa (re)descoberta e exibição das propostas Fluxus vêm ao encontro de uma necessária discussão: almejando de fato estabelecerem-se como agentes de desenvolvimento cultural e social, os museus podem se servir do exemplo Fluxus para desenvolver novas ferramentas que potencializem a participação do público nas instâncias museais, assumindo que os museus têm como tarefa não apenas tratar de legados culturais já estabelecidos mas, também, promover uma constante auto-reflexão sobre suas próprias práticas e atuação social.

Tal análise crítica das recentes exposições Fluxus pode oferecer assim novas abordagens para as relações entre acervo, público e instituição museal, ampliando o entendimento de suas funções para além da preservação estética e cultural.

O setor de museologia do Museu da Vida como agente formador de mão-de-obra capacitada para o trabalho em instituições culturais

Aparecida Laurya Gonçalves Rosa e Eloísa Ramos Sousa (museólogas do Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

A presente fala tem por objetivo descrever o trabalho proposto e desenvolvido pelo Serviço de Museologia do Museu da Vida no curso de formação de monitores, que é promovido pelo Serviço de Educação do Museu. O curso de formação de monitores que existe desde 1999, encontra-se na oitava turma. A cada nova turma os serviços do museu são convidados a apresentarem o trabalho que desenvolvem na instituição. Ao longo desse período, as profissionais de museologia sempre participaram de forma individual, falando de suas experiências nas áreas de atuação. Varias foram as sugestões pensadas como relevantes e significativas para introdução e compreensão do Serviço de Museologia e das atividades que ali são realizadas. Essas ideias foram consolidadas visando a fornecer elementos que contribuam na formação desses aspirantes a trabalhadores de museus; assim, optamos por realizar uma oficina museológica. Escolhemos fazer uma oficina por entender que este método seria o mais participativo, dando oportunidade aos alunos de construir conceitos a partir da leitura direcionada de textos sobre patrimônio, museus, cultura e preservação em contraponto com as suas próprias vivências, além de possibilitar a realização de atividades práticas e visitas técnicas.

Jogos teatrais em museus: relatos e propostas de ações educativas dinâmicas

Breno Luciano Villas Boas (Universidade Federal de Ouro Preto)

Relatos e propostas a partir da experiência como monitor de ações educativas no Instituto Cultural Flávio Gutierrez – Museu do Oratório e aliado às vivências enquanto licenciando em Artes Cênicas.

Os relatos têm origem nas observações registradas no projeto Arte, Ciência e Patrimônio: Ações Educativas Complementares em Ouro Preto e as propostas vêm de reflexões acerca do teatro, sem o intuito de apresentação, mas como atividade ligada à temática da instituição.

Os jogos teatrais, devido à dramaturgia cênica, unem o objeto em exposição ao seu contexto e, dessa forma, o museu se conecta com a cultura local como um todo. O caráter dinâmico conquista rapidamente aos alunos, principalmente porque a linguagem corporal fala muito forte ao adolescente. Com isso, o museu consegue modificar a ideia dominante de que “museu é coisa chata” ou “museu é passeio de coroa”.

O intuito é ampliar a capacidade dos jogos teatrais enquanto ações educativas. Se poucos encontros melhoraram a relação dos alunos com sua identidade cultural, encontros contínuos com a utilização de jogos poderão conectar os jovens a questões sociais e políticas, tendo objeto e instituição como mote de criação cênica.

Os jogos teatrais vão direto de encontro à comunidade, colocando o museu em situação pró-ativa e responsável não somente pela preservação do objeto, mas também do conceito e da história que se propõe narrar.

A interface turismo-museu nas ações estratégicas de desenvolvimento sustentável

Ramon Vieira Santos (aluno do curso de Turismo e Lazer, pesquisador do Musaetec/Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/CEFET-MG); Carmen Lúcia de Mattos (professora-mestre do Departamento de Artes e Turismo e Lazer/CEFET-MG, pesquisadora do Musaetec) e Cátia Rodrigues Barbosa (professora-doutora e coordenadora do grupo de pesquisa Musaetec/CEFET-MG)

O objetivo do nosso trabalho é apresentar um estudo sobre a interface do museu e do turismo, numa perspectiva de transformação econômica e cultural nas comunidades locais. O museu, espaço de memória e pesquisa, transforma-se em atrativo turístico; em consequência, adapta-se para atender a uma demanda, construindo várias pontes para a aproximação com seu público. Considerando a consolidação dessa aproximação turismo-museu,

o museu se sujeita às influências dos fatores sociais, econômicos e políticos, fazendo-se necessária uma revisão de seus procedimentos, adaptados às demandas que surgirem. O Centro de Arte Contemporânea de Inhotim nos apresenta a possibilidade de incluir a proteção e a preservação do patrimônio cultural e ambiental que compõem um acervo museológico, tornando, cada vez mais valorizada a salvaguarda da memória de uma comunidade. Nosso estudo aborda o museu como gerador de uma infraestrutura turística, no sentido de apontar necessidades à comunidade local de se estruturar para receber o visitante. O turismo e o patrimônio cultural representados e apresentados no campo museal podem (e devem) estabelecer uma relação de sustentabilidade e de benefícios mútuos.

A comunicação como via de inclusão social nos museus

Cristiane Batista Santana (Museu da Energia de São Paulo)

Este trabalho apresentará uma análise sobre o potencial da comunicação nos museus para a inclusão social a partir de um estudo que realizamos vislumbrando as possibilidades de se estabelecer uma comunicação dialógica entre o Museu da Energia de São Paulo e grupos de seu entorno.

Buscaremos problematizar, a partir de reflexões da Museologia e de teorias do campo da Comunicação, o papel dos museus na inserção social e cultural de grupos que formam o contexto social em que os museus estão situados.

História, memória e arte: três vertentes de um museu.

Eliany Cristina Ortiz Funari (mestranda em Estética e História da Arte pelo programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte; bolsista Capes)

O presente trabalho apresenta-se como parte do exercício de dissertação de mestrado em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte ECA (USP), que tem como objeto de pesquisa o Museu AfroBrasil da cidade de São Paulo. Pretende-se aqui pontuar as diferentes interfaces do museu que emergem da exposição de seu acervo permanente, para uma visualização de suas propostas gerais. A criação do Museu AfroBrasil na cidade de São Paulo vai além da simples proposta de

oferecer ao público atividades de entretenimento, lazer e cultura. Não se trata apenas de “um museu contemplativo” (comentário de Emanuel Araujo no texto de apresentação do Museu Afro Brasil). Pelo contrário; é um museu educativo, instigador de questionamentos acerca das nossas origens como partes constituintes do povo brasileiro.

O visitante como protagonista em um museu de ciência

Francisco José Lázaro Soares Medeiros (Estação Ciência/USP)

O papel central de um museu interativo de ciência é o da popularização do conhecimento científico. Isto é feito de forma ampla, desde a apresentação de exposições interativas que levam ao público as pesquisas desenvolvidas na Universidade, até atividades complementares: projetos educativos, projetos sociais, empréstimo de materiais, teatro, oficinas, exposição virtual e exposições itinerantes.

Dentro desta visão, a Estação Ciência – USP tem desenvolvido equipamentos interativos em diferentes áreas de conhecimento, propiciando aos visitantes um contato íntimo com temáticas científicas. Além disso, e mais importante, possibilitam ao visitante refletir sobre o fenômeno ali representado e formular hipóteses sobre ele.

O visitante torna-se, assim, o protagonista de sua visita ao museu e percebe, por si mesmo, que a ciência, ao contrário do que sugere o senso comum, pode ser divertida, prazerosa e acessível a todos. Isto estimula o visitante a se interessar por estes temas e pelo conhecimento em geral, proporcionando um melhor desenvolvimento intelectual e, futuramente, uma formação mais completa (o interesse pela ciência pode estimular o prazer pelo estudo) além de uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho.

O museu de ciência, estimulando o interesse pelos temas apresentados aos visitantes, promove o interesse pela ciência e é uma ferramenta de inserção social e desenvolvimento.

Museus brasileiros – perspectivas das ações educativas

Gabriela Machado Alevato (coordenadoria técnica do DEMU/Iphan/MinC),

Jéssica da Silva Santana (coordenadoria Técnica do DEMU/Iphan/MinC)

Quando foi anunciada a realização do 3º Fórum Nacional de Museus e a temática “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”, optamos por relacionar o universo do nosso trabalho, o Cadastro Nacional de Museus (CNM), com a temática sugerida. Tendo em vista esses dois fatores, escolhemos desenvolver uma pesquisa das ações educativas nos museus brasileiros utilizando como ferramenta o CNM.

O Cadastro Nacional de Museus foi desenvolvido como uma das ações do Sistema Brasileiro de Museus, a fim de estudar e coletar dados quantitativos e qualitativos das instituições museológicas brasileiras. As atividades foram iniciadas a partir de 2006. Hoje há mais de 2.500 museus mapeados em todo Brasil e cerca de 1.300 cadastrados. O questionário é composto por oito temáticas e as informações contidas são fornecidas pelos museus, sendo a veracidade destas da responsabilidade dos mesmos. Os itens selecionados para esta análise foram o 6.1 (“o museu possui setor/ divisão de ação educativa?”) e o 6.3 (“o museu desenvolve atividades sistemáticas com a comunidade?”).

Nesta coleta, nos surpreendemos por encontrar apenas 335 museus, dentre os cadastrados, com ações educativas e que atividades com a comunidade, tendo em vista a atuação engajada do Comitê para



Educação e Ação Cultural (CECA), parte do Conselho Internacional de Museus (Icom), bem como a criação, em 2003, da Rede de Educadores em Museus (REM), que mobiliza núcleos regionais em todo o Brasil e promove encontros sistemáticos, com o intuito de integrar e refletir as ações educativas.

As discrepâncias sociais e econômicas brasileiras também se refletem nas instituições culturais, sobretudo nos museus. Este trabalho tem o propósito de, através da pesquisa censitária, conhecer primariamente a relação museu/educação, fornecendo subsídios estatísticos para pesquisas posteriores.

A prática educativa enquanto mudança e desenvolvimento social

Greciene Lopes dos Santos (laboratório de Estudos Museu e Escola/LEME/FAE/UFMG), Sylvania Sousa do Nascimento (laboratório de Estudos Museu e Escola/LEME/FAE/UFMG)

Considerando a ação educativa como uma das ferramentas para a integração entre museus e comunidade e seguindo uma tendência na qual a atuação dos profissionais das instituições museológicas deve levar em consideração a questão da difusão do conhecimento para a sociedade, o presente trabalho situa esta discussão em um contexto específico: o Museu Casa Guignard (MCG). Em 1992, o Museu Casa Guignard iniciou um programa de ação educativa com objetivo de trabalhar com grupos organizados da comunidade, professores e alunos da rede de ensino de Ouro Preto. As práticas educativas desenvolvidas ao longo dos anos no MCG possuem um diferencial: o enriquecimento com a experiência do outro e o incentivo à criatividade e à abertura de novos caminhos. Ao buscar parcerias, o museu se fortaleceu, ganhou espaço e atingiu o seu objetivo maior: ser reconhecido na comunidade na qual está inserido. Assim, a prática educativa buscou valorizar o sentimento de pertencimento, aspecto fundamental da acessibilidade. Se um dos argumentos de sustentabilidade de um museu hoje é a sua função educativa e social, o Museu Casa Guignard é exemplar, cumprindo seu papel como agente de mudança social e desenvolvimento.

Museu Hassis e sua aposta em projetos permanentes: contra a superficialidade do conhecimento artístico.

Hélio Tadeu Moreira Júnior e Luciana Paulo Corrêa (Museu Hassis)

A constatação de que o conhecimento artístico de alunos da região da Grande Florianópolis se dá de modo superficial é obscena. Não é somente culpa de professores, mas sim de um currículo escolar que não consegue suprir as necessidades básicas, pela curta carga horária, seja pela falta de incentivo ao corpo docente. O saber artístico é imprescindível para a formação de jovens que serão os principais protagonistas e modeladores sociais. Está em jogo sua formação pessoal, envolvendo sensibilidade interpretativa, coordenação motora e capacidade cognitiva, aspectos que, inexoravelmente, serão refletidos em todos os campos sociais nos quais estes cidadãos se expõem ao longo de sua vida. Pior que isso é, ainda, a situação de pessoas com necessidades visuais, que não possuem o mínimo de estrutura escolar para o contato com artes plásticas e muito menos contam com a possibilidade de visitar exposições artísticas, estando totalmente alheias a estas dimensões do sensível.

São poucas as instituições escolares que atuam no sentido de ampliar os horizontes artísticos de seus alunos. Geralmente restritos à sala de aula, jovens que cursam a disciplina de Educação Artística têm pouca variedade experimental durante sua vida escolar, atendo-se, sobretudo, ao campo teórico, no tradicional modelo de aulas. A absorção do conteúdo só pode completar seu circuito se existir na vida prática, se for visível e imediata. Um museu é um espaço que se propõe a completar este circuito, mas também apresenta problemas em seu modelo tradicional de visitas rápidas e esporádicas, altamente superficiais.

Pontearte: arte e cultura na Cidade Velha

Idanise Sant'Ana Azevedo Hamoy (Mabe/Fumbel)

O Museu de Arte de Belém (MABE), está localizado no centro histórico da cidade de Belém do Pará, um local de assimetria social, cultural e ambiental, onde a arquitetura clássica e vernacular, a cultura erudita e a popular formam uma paisagem urbana peculiar. Nesse contexto foi implantado o Projeto Pontearte, que traz em seu título um forte simbolismo que se refere, primeiramente, ao verbo pontear, que quer dizer marcar com pontos, no sentido de delimitar uma área específica de atuação. Ao mesmo tempo, porém,

se pode fazer a leitura do substantivo ponte, construção que permite interligar em mesmo nível pontos não acessíveis, separados por quaisquer obstáculos. Este é o direcionamento do projeto, construir, com instrumental de arte e cultura presente em seu acervo, a ponte entre o MABE e seu entorno, visto que, embora não existam obstáculos físicos para esta acessibilidade, existem barreiras socioeconômicas que precisam ser transpostas.

O projeto consiste na realização de atividades socioeducativas sistematizadas com um grupo de 30 crianças, moradoras do Beco do Carmo, área de grande risco social, que se reúnem todas as terças-feiras no MABE. Está estruturado em três módulos, compostos, cada um, de três meses, com os seguintes eixos temáticos: no primeiro módulo está sendo trabalhada a construção de relações com si mesmo, com o outro, com a família e com o grupo. No segundo, a construção de relações com a escola e com o museu. No terceiro, a construção de relações com o bairro da Cidade Velha.

O objetivo geral é propiciar a construção da identidade cultural dessas crianças, através do sentido de pertencimento ao seu espaço de moradia e entorno no qual o MABE está inserido, de modo a fortalecer o sentido de participação e cidadania, motivado pelo paradigma instaurado pela contemporaneidade que exige atenção para a complexidade da pessoa humana, a unidade e diversidade de culturas (Morin, 2005), e a democratização do espaço museal (Chagas, 2005), implicando na apropriação desse espaço por diferentes grupos sociais, propiciando a institucionalização de suas próprias memórias.

As atividades são planejadas e desenvolvidas tendo como referencial metodológico a proposta triangular de Ana Mae Barbosa (Barbosa, 1998) através do ver, fazer e contextualizar, possibilitando um enfoque multicultural, dado a diversidade de realidades encontrada em uma mesma condição social. São propostas de atividades que estimulam a reflexão e a capacidade criativa utilizando elementos visuais e referências do cotidiano de cada criança. A partir de um filme, imagens do acervo ou música, a criança constrói imagens que falam de si mesma e que são apresentadas aos demais, como exercício de autonomia de expressão e respeito ao que exprime seu pensamento.

Pensando a relação museu-escola na Casa de Rui Barbosa

Jana Martins Leal, Maira de Oliveira Dias, Paulo Vinicius Figueiredo dos Santos e Victor Rodrigues Kling (Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC)

Com o objetivo de potencializar o atendimento escolar e estabelecer uma parceria mais bem estruturada entre o espaço museal e a escola, o Museu-Casa de Rui Barbosa está desenvolvendo, com o apoio da Faperj, o projeto Dinamização e Aprimoramento da Relação Museu-Escola. O mesmo está sendo realizado por quatro bolsistas de iniciação científica e coordenado pela responsável pelo núcleo educacional da instituição.



A primeira etapa do trabalho foi aprofundar os conhecimentos sobre a casa e seu patrono, por meio de leituras especializadas e discussões em um grupo de estudos. Durante as visitas notou-se a necessidade de adequar nossa linguagem aos diferentes tipos de visitantes. Noções como as regras de preservação e o comportamento do visitante no espaço museológico foram mais bem trabalhadas, de modo a explicar o porquê, e não simplesmente outorgá-las. O jardim histórico recebeu um novo papel na visita escolar: conhecimentos de botânicos e estudos museológicos já realizados serviram de base para incluí-lo no roteiro da ação educativa.

Para nortear essas ações e realimentar o trabalho, estamos desenvolvendo um sistema de avaliação. Ao investirmos tempo no preparo para a visita e torná-la nosso objeto de estudo, estamos aproximando o visitante do museu e possibilitando que esta experiência seja mais participativa, garantindo, assim, a preservação da memória pela cumplicidade e apropriação do público, e não pela imposição.

Participação e criatividade: projeto Explorando o Museu como Ferramenta de Mudanças no Cenário Educacional em Ituiutaba (MG)

Joana D'Arc da Silva Rodrigues (Museu Antropológico de Ituiutaba)

Este trabalho discute as interferências do Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI), restaurado e reinaugurado em 10 de novembro de 2007, com o compromisso de contemplação das dimensões culturais e educativas de nossa comunidade, como espaço de interlocuções, indagações e propostas de difusão e guarda de saberes e fazeres, no meio escolar ituiutabano. A instituição, mantida pela prefeitura municipal, por meio da Fundação Cultural de Ituiutaba, desenvolveu um trabalho, paralelo ao restauro, de capacitação de funcionários, professores e gestores culturais locais. Buscamos sua inserção no processo de educação não formal de forma participativa e democrática, dinamizando discussões acerca do patrimônio e do acesso da população ao mesmo.

Nesta perspectiva, foram propostas à comunidade cinco projetos a serem trabalhados no ano de 2008, todos já em andamento. O primeiro deles, Explorando o Museu,

já se encontra em sua segunda edição, tendo alcançado excelentes resultados na primeira edição. Seu objetivo é o desenvolvimento de um processo permanente de educação patrimonial.

Em sua primeira edição, o projeto contou com a participação de sete escolas com catorze turmas, numa dinâmica de visitas da equipe do museu às escolas para convite e motivação aos alunos. Fizemos visitas mediadas dos alunos ao museu, onde cada turma escolheu um objeto do acervo para um estudo aprofundado em sala de aula e a definição de uma forma de apresentação do trabalho. A culminância do trabalho se deu com apresentações de todas as turmas envolvidas no pátio do museu, proporcionando a troca de conhecimento e experiências entre as escolas envolvidas.

Após uma avaliação com professoras e supervisoras pedagógicas, verificou-se a grande contribuição do museu no aprendizado escolar e no processo de conscientização cultural de forma lúdica e prazerosa, deixando que a criatividade dos alunos fluísse e, ao mesmo tempo, levassem a transformações no ver, no pensar e no agir e, conseqüentemente, na atuação do Musai como instituição de mudança social e desenvolvimento.

O estudo bibliográfico pautou-se por autores reconhecidos tanto na questão de educação patrimonial quanto museológica, como Maria de Lourdes Parreiras Horta, Magaly Cabral e Mário de Souza Chagas.

Ação educativa no Museu Afro-Brasileiro de Laranjeiras (SE): transformação sociocultural

José Fernando Santos Valério (curso de Museologia/
Universidade Federal de Sergipe)

Valorizar, preservar e refletir sobre História são ações importantes para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, tendo o museu como espaço de conhecimento que possibilita o crescimento da comunidade.

O trabalho tem como objeto, o Museu Afro-Brasileiro localizado em Laranjeiras (SE).

Objetiva dialogar sobre o papel do museu na comunidade local, analisar sua função e contribuição na formação educacional e na transformação sociocultural da comunidade.

A problemática visa a trabalhar o papel do museu na comunidade e sua contribuição como agente de transformação sociocultural e conscientizar os participantes do projeto, alunos do ensino médio local, da importância do papel do Museu Afro-Brasileiro na comunidade. Trabalhar Museologia é refletir sobre memória-identidade dentro do individual e do coletivo, relação entre passado presente, tempo e espaço, herança que culmina em patrimônio (daí podemos falar em construção de identidades). Os procedimentos utilizados foram palestras sobre a importância do museu, oficinas, e visita *in-loco*. Para a realização do trabalho foram empregadas fontes iconográficas, bibliográficas e orais.

Conclui-se que, para trabalhar o museu como agente de transformação social, é imprescindível refletir sobre a identidade da comunidade, fazendo com que ela se reconheça na instituição, através do desenvolvimento da conscientização da importância do museu na sociedade. A partir daí, fundamenta-se o museu como agente de mudança sociocultural-educacional.

Educação e política patrimoniais na UFRN: apontamentos para uma ecologia da ação

Wani Fernandes Pereira (UFRN)

O museu, uma instituição antropológica, tem se transformado num espaço de produção de conhecimento e vivências, além de contribuir com a preservação e a divulgação da memória e do patrimônio natural, histórico e científico-cultural, mantendo suas funções lúdica e pedagógica. O reconhecimento dessas diretrizes pelo Instituto Internacional de Museus (Icom/Unesco) imputa a esta instituição uma natureza planetária. Neste cenário, emerge como desafio problematizar a superação da produção de um conhecimento fragmentado, o que exige uma reforma institucional e cognitiva cujo desdobramento requer uma prática educativa mais aberta e estética, inter e transdisciplinar. Neste contexto, ganham relevância os museus universitários, como o Museu Câmara Cascudo (UFRN) onde uma equipe de pesquisadores, numa convergência de ações acadêmicas e de ideário, encontram

ressonância e instauram, entre 2000-2007, uma política de educação patrimonial. O itinerário de reflexões problematiza o conceito de memória e estabelece relações entre áreas do conhecimento que têm, neste fundamento humano, seu objeto, constituindo-os como suportes, lugares impregnados de memórias. São elas: a História, a arte, Antropologia, a Museologia, a Comunicação. Para dar conta deste itinerário e contexto, escolho como interlocutores Edgar Morin, Gerard Namer, Jacques Le Goff, Anna Gregorová, Mario Chagas e Clarival Valladares. É com este espectro de ideias que desejo assinalar as aproximações entre a instituição museu, a cultura, a educação e a educação patrimonial. Tal esforço cognitivo tem se pautado em tentar rejunta a tríade universitária e sua universalidade: ensino, pesquisa e extensão. Contextualiza esta reflexão o relato de dois projetos: Estudo de Coleções e Museu, Educação, Patrimônio, cujo desafio consiste em repensar, pelos objetos, a natureza, o pensamento, o humano, como exige o primeiro eixo estratégico-diretriz do pensamento complexo para uma educação planetária.



2ª sessão

Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão: um agente de mudança social e desenvolvimento

Alcidea Coelho Costa (mestranda em Ciência Política/Centro Universitário Unieuro, professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – lotada na Escola da Natureza)

O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão foi pensado a partir do 1º Fórum de Educação Ambiental do Vale da Contagem (novembro de 2005) numa reunião multidisciplinar do Centro de Ensino Fundamental – 8, da Região Administrativa de Sobradinho II, do Distrito Federal. A proposta inicial foi trabalhar, com alunos da escola, conteúdos que visavam a tratar da História, do meio ambiente e do território de ocupação dos moradores, desenvolvendo consciência política e mostrando caminhos de ações construtivas nas práticas educativas ambientais e urbanísticas na região próxima à escola e as moradias de seus alunos.

Inicialmente o tema foi o “abraço à lagoinha do Parque Ambiental Canela de Ema”, localizada próxima à escola e que se encontrava poluída. O assunto ecológico foi estimulado pelos professores e os educandos iniciaram a proposta com observação de mapas. Percorreram trilhas que fazem interligações do Ribeirão Sobradinho aos Parques Ecológicos Vivencial Sobradinho/Horto Florestal, Jequitibás, Vivencial Sobradinho II e Canela de Ema, juntamente com os corredores naturais da cidade. Eles trabalharam em campo e registraram tudo que encontraram e que pudesse remeter ao tema.

O resultado foi apresentado na produção de trabalhos artísticos como pintura plástica, grafite e construção de maquete, que, posteriormente, transformaram-se em exposição na escola e na realização do seminário do Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão, em junho de 2006, no Teatro Nacional Cláudio Santoro. O intuito era sensibilizar a população do DF sobre a importância da criação de um espaço museal que remetesse à história inicial da cidade e ao rico patrimônio cultural da comunidade, contando com a participação de autoridades governamentais, professores, coordenadores da rede de ensino público, artistas, estudantes universitários e sociedade civil.

O Ecomuseu tem reunido registros documentais, fotográficos, publicações, objetos, projetos e trabalhos artísticos, contribuindo para a transformação da área em local de pesquisa, preservação e exposição.

Atualmente o grupo amplia as ações e adesões de pessoas que pretendem vislumbrar a qualidade de vida da cidade e de seus moradores, com trabalhos que mobilizam a implantação do Ecomuseu como agente social em desenvolvimento.

Projeto Memórias do Loteamento Dunas

Alessandra Medeiros Botelho, Ana Paula da Rosa Leal, Helen Kaufmann Lambrecht, Joana Lizott, Larissa Lysakowski Venzke, Morgana da Silva Camargo (UFPEL) Orientação: Caiuá Cardoso Al-Alam

O projeto de extensão Memórias do Loteamento Dunas, em andamento na cidade de Pelotas (RS), tem o intuito de provocar um auto-reconhecimento dos moradores para com a história local. Sua origem data de meados da década de 80, e hoje conta com uma população de mais de vinte mil pessoas. Procura-se, embasado pela Nova Museologia, discutida desde os anos 70 na mesa redonda de Santiago do Chile e nas Declarações de Quebec e Caracas, propor uma reflexão acerca de estudos acadêmicos que não levam em conta as temáticas da periferia.

Primeiramente, o grupo buscou fontes documentais. No entanto, como o acesso foi restrito, partiu-se para o trabalho de campo recolhendo relatos orais, nos quais os moradores contam suas histórias sobre a formação do lugar, mostrando o quanto as memórias individuais são pontos da memória coletiva. Partindo do princípio de que memória é poder, valorizou-se a oralidade na construção dos documentos.

Focando o conteúdo das pesquisas, estão sendo elaborados três jornais, que serão distribuídos no Dunas. O primeiro exemplar, em circulação, relata a origem do loteamento e sua estrutura. No segundo, será abordada a sociabilidade e o desenvolvimento, de sua fundação até a contemporaneidade. Na terceira edição os moradores falarão sobre suas perspectivas para o local. Paralelamente, serão efetuadas exposições itinerantes que percorrerão as escolas.

Assim, este projeto desafia a prática museológica, deparando o grupo com um campo riquíssimo de engajamento social e de afirmação de identidade. Afinal, o envolvimento dos moradores com o lugar ultrapassa as barreiras do espaço físico: estes realmente se identificam e se confundem com a história de luta e inclusão do bairro. O projeto de memória ajudará os futuros moradores a manterem essa noção do que é ser um morador-lutador do Dunas.

Museu Goeldi História e Memória dos Moradores do Bairro da Terra Firme – Belém (PA)

Ana Claudia dos Santos da Silva (Museu Paraense Emilio Goeldi)

Os museus têm a função de estimular o processo de assimilação da memória do grupo. O

Museu Paraense Emilio Goeldi cumpre este papel por meio de atividades educativas e de desenvolvimento comunitário. Uma experiência neste sentido foi a realização da oficina Museu um Lugar de Memória que teve como objetivo: buscar na memória dos moradores do Bairro da Terra Firme aspectos da relação museu/comunidade construída ao longo de dez anos. Esta oficina foi realizada pela primeira vez em dezembro de 2000, sendo estruturada para que todos interagissem e pudessem compartilhar suas lembranças (memórias) individuais e coletivas. Os participantes produziram trabalhos individuais e coletivos, nos quais puderam vislumbrar diversos aspectos da memória do grupo relacionados ao seu cotidiano e ao trabalho desenvolvido pelo museu. Alguns depoimentos dos participantes da oficina mostraram que as lembranças guardadas em relação ao museu são muito intensas. Esta instituição teve um importante papel na vida deste grupo, principalmente nos meados da década de 80. Naquela época, o museu iniciou o trabalho comunitário no Bairro da Terra Firme, contribuindo para a estruturação do Centro Comunitário Bom Jesus através de atividades como a criação da biblioteca comunitária, ingressos comunitários para visitas ao museu, organização da escola comunitária e a introdução



da alimentação saudável. Antes destes trabalhos, os moradores viam o Museu Goeldi como um corpo estranho inserido em seu espaço social. Isto é comprovado por depoimentos coletados durante as oficinas.

A partir desta experiência, o museu permitiu que estas pessoas participassem da história da instituição. Hoje, não só o Bairro da Terra Firme, mas vários Bairros de Belém participam de atividades no Museu Goeldi.

Ecomuseu Sítio do Físico – São Luís (MA): concepção, proposta de atuação comunitária e atividades realizadas

Arkley Marques Bandeira (doutorando em Arqueologia/MAE/USP), M^a de Lourdes Nery Mendonça de Sousa (especialista em Gestão Cultural/Facul. São Luís) e Laura Natasha Nery Mendonça de Sousa (graduanda em História/UFMA) A Associação dos Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico, foi constituída como um ecomuseu e um instrumento de desenvolvimento da comunidade, em 24 de junho de 2006. Seu raio de inserção abrange um dos maiores adensamentos populacionais da Ilha de São Luís: a área Bacanga-Itaqui, cujo território aglutina uma unidade de conservação ambiental (Parque Estadual do Bacanga), áreas de proteção permanente (como o ecossistema de manguezal), o médio e alto curso do rio Bacanga e pequenos cursos d'água, mananciais e nascentes, bem como sítios de interesse histórico e arqueológico (o Sítio do Físico, tombado como patrimônio histórico nacional, e o sambaqui do Bacanga, assentamento de populações pescadoras, coletoras e caçadoras e de ceramistas datados de 6.600 anos atrás).

Além disso, o Ecomuseu Sítio do Físico dialoga diretamente com as comunidades que formam o polo Coroado, envolvendo um número considerável de bairros e vilas (a exemplo de Coroadinho e Frades), com a realização de ações sociais e de inclusão, como o Coroado de Natal e seminários diversos, além de atividades constantes com grupos específicos (mulheres, jovens) no decorrer de todo o ano.

A ausência de políticas públicas para as áreas social, ambiental e patrimonial nesta região e os inúmeros problemas daí advindos, como a degradação ambiental e a destruição dos

sítios arqueológicos, bem como a falta de perspectiva dos moradores da área, impulsionaram a criação do referido ecomuseu.

Objetivando fomentar, implementar e executar ações de inclusão social e promovendo a importância do patrimônio cultural e natural como meio para a melhoria de vida das atuais e futuras gerações, essa instituição vem concebendo e desenvolvendo atividades em várias frentes de atuação. Destacam-se o Seminário de Ordenamento Territorial do Parque Estadual do Bacanga (em parceria com a Assembleia Legislativa do Maranhão) e a exposição itinerante Xingó 9.000 Anos de Ocupação Humana, em parceria com o Museu de Arqueologia de Xingó, ambos realizados em 2007.

No plano museológico, o Ecomuseu Sítio do Físico começa a desenvolver um programa de atividades que visa a conceber museologicamente esse território, cujas ações já em curso, almejam construir uma unidade expográfica e laboratórios, além de fortalecer parcerias para pesquisas ambientais, históricas, arqueológicas e socioeconômicas. Coube também a esta instituição a organização do 4º Encontro Nordeste de Museus, a ser realizado em 2009, na cidade de São Luís.

A presente comunicação objetiva apresentar um breve panorama da curta trajetória do Ecomuseu Sítio do Físico, enfocando sua proposta estatutária e enfatizando o papel de engajamento social da instituição, a partir de sua inserção comunitária e da divulgação de suas atividades.

Programa Ver de Perto

Bárbara Mara Pereira Harduim (Museu Antônio Parreiras)

Apresentamos o relato da experiência educativa desenvolvida no Museu Antônio Parreiras, no Rio de Janeiro, a partir do tema Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento.

Por esta perspectiva, tomamos a iniciativa de estabelecer um programa que ampliasse o papel social da instituição, buscando dialogar com a pluralidade cultural, implantando

ações específicas e de qualidade que estimulem públicos não representados a frequentarem o museu.

Iniciamos o programa por meio de parcerias com a Secretaria Estadual de Educação, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), Secretaria Estadual de Cultura e a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap).

A primeira ideia eram ações apenas para os jovens. Percebemos, porém, a necessidade de envolver também os professores. Assim, convidamos professores de diferentes disciplinas do ensino fundamental e médio do Degase e da Seap a participarem da oficina do olhar. O objetivo de promover o acesso qualificado aos bens culturais e o desenvolvimento da percepção estética, ampliando seus procedimentos teórico-práticos na relação ensino-aprendizagem.

Apenas os alunos jovens em espaço de privação de liberdade visitaram o museu. Os alunos presidiários adultos não visitaram o museu, mas tiveram acesso a vinte imagens de obras de Antônio Parreiras, disponibilizadas para serem trabalhadas na sala de informática nas escolas dentro dos presídios. Os professores elaboraram projetos que estão sendo desenvolvidos nas escolas.

Para socializar esses resultados, haverá, em julho de 2008, um seminário num teatro da cidade do Rio de Janeiro, com a presença de todos os envolvidos neste programa.

Estas ações nasceram de um contexto de necessidade social e de promoção e valorização da cultura como mecanismo para se estabelecer novos paradigmas de cidadania. Segundo Renato Janine, “O acesso à cultura não consiste apenas em mais pessoas visitarem museus ou assistirem a peças ou filmes. Ele significa mais pessoas terem uma experiência intensa de ampliação de perspectivas pelo contato com o que é diferente... A questão não é quantitativa, meramente numérica. É de um valor que se agrega, sim, mas que consiste em qualidade. E essa qualidade se resume numa palavra: maior liberdade traz mais opções a quem a vivencia”.



Os desafios da inclusão social nos museus universitários brasileiros: o projeto educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP com a favela São Remo

Camilo de Mello Vasconcellos (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP) e Márcia Lika Hattori (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP)

O MAE/USP vem atuando há doze anos na comunidade da Favela São Remo com ações que visam a ampliar o potencial educativo de nosso acervo junto a grupos que vivem em situação de exclusão social.

Desta maneira, estamos canalizando nossas ações também para o público infantil vinculado à Escola Girassol, que funciona na comunidade São Remo há mais de dez anos, voltada para o atendimento de crianças na faixa etária dos quatro aos seis anos de idade. A partir deste ano, esta Escola, que funcionava vinculada a uma ONG, acabou sendo assumida pela Prefeitura de São Paulo para se tornar mais uma unidade de educação infantil da rede pública de ensino da capital.

Nossos objetivos nos últimos dois anos no desenvolvimento deste projeto são:

- Acentuar a função social de uma instituição museológica trabalhando com públicos inclusivos que normalmente não possuem acesso aos espaços dos museus
- Contribuir para o aprofundamento da relação entre a universidade e as comunidades de seu entorno por meio de projetos de cultura e extensão
- Ampliar as discussões a respeito do conceito de diversidade cultural na perspectiva de que a convivência com as diferenças pode levar à compreensão destas e estabelecer um processo de interação social
- Discutir aspectos do desenvolvimento deste projeto a partir de uma metodologia que vem sendo implementada pela equipe de educadores do MAE-USP e apontar perspectivas de ação voltadas para projetos de inclusão social em instituições museológicas

Ação educativa inclusiva para público deficiente visual – MusA UFPR

Diele Fernanda Pedrozo de Moraes (Instituto Paranaense de Cegos (IPC)) e Ronaldo Santos Carlos (Museu de Arte da UFPR/MusA)

A ação educativa para o público deficiente visual decorreu da exposição “Rubinski – Do silêncio”, realizada no Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná (MusA) em 2006. O principal objetivo desta iniciativa foi implantar não somente uma visita guiada às pessoas deficientes visuais, mas criar um espaço que incluísse a interação entre escola especial e museu, a produção de catálogos em Braille, a reprodução das obras em materiais táteis e a realização de oficinas pedagógicas.

Os elementos presentes nas obras do artista permitiram a efetiva inclusão dos alunos deficientes visuais no espaço museológico. Mesmo que os materiais de apoio pedagógicos sejam táteis, também são de interesse dos visitantes videntes, ajudando a reforçar, facilitar e apoiar as ações educativas.

A partir das experiências vivenciadas com os alunos do Instituto Paranaense de Cegos (IPC), com idades entre 7 e 18 anos, podemos afirmar que as reflexões referente à inclusão do público especial nos museus vão além da deficiência, da acessibilidade e das barreiras arquitetônicas. O resultado de uma ação educativa realmente inclusiva está ligado ao que sabemos e esperamos destas pessoas. Portanto, é importante que vejamos suas potencialidades antes de suas dificuldades.

Formação de educadores sociais para a educação em museus: a experiência da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Gabriela Aidar (Pinacoteca do Estado de São Paulo)

O Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo tem entre seus objetivos promover o acesso ao museu de diversos públicos e garantir a qualidade da experiência dos visitantes em contato com as obras de seu acervo ou de suas exposições temporárias.

Entre suas ações, o Programa de Inclusão Sociocultural busca promover o acesso qualificado de grupos em situação de vulnerabilidade social com pouco ou nenhum contato com instituições oficiais da cultura aos bens culturais presentes no museu.

O programa atua com grupos em situação de rua, moradores de habitações precárias, cooperativas e grupos de artesãos voltados à geração de renda e jovens e crianças de setores populares participantes de projetos socioeducativos, entre outros. O programa atua por meio de parcerias com organizações sociais públicas ou privadas que desenvolvam projetos socioeducativos.

Em nossa prática, percebemos a necessidade de promover a formação de educadores sociais para ampliar sua percepção acerca dos potenciais da educação patrimonial, da educação em arte e dos equipamentos culturais como subsídios para suas práticas socioeducativas.

Assim, desde 2005 desenvolvemos um curso de formação para educadores sociais que tem como objetivo a elaboração e a aplicação de projetos educativos que articulem suas práticas às potencialidades educativas da Pinacoteca e outros equipamentos culturais.

Propomos apresentar e discutir os quatro anos de desenvolvimento desta experiência e alguns de seus resultados.

Clubes e sociedades negras: territórios de memória, resistência negra, patrimônio e potencial

Giane Vargas Escobar (Museu Treze de Maio)

O presente artigo está centrado nos encaminhamentos finais do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria (RS), nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2006. Este encontro, promovido pelo Museu Treze de Maio, SEP-PIR- Governo Federal, Prefeitura Municipal de Santa Maria e o Movimento Negro local, reuniu 53 representantes de clubes negros do Rio Grande do Sul e 14 de outros estados, totalizando mais de 300 participantes. Este também é o tema da dissertação de mestrado profissionalizante em Patrimônio Cultural/UFSM da autora desta comunicação.

Os clubes sociais negros surgiram no Rio Grande do Sul, especialmente no período pós-abolição, como uma resposta ao processo de segregação social e racial imposto aos negros. A partir de então, foram se proliferando pelo país como espaços demarcadores de fronteiras étnicas, constituindo juntamente com os terreiros, casas de matriz africana, comunidades remanescentes de quilombo, legítimos territórios de resistência, memória e poder da comunidade negra. Além de promover o conagraamento entre seus membros, os clubes tinham finalidade de cunho social e de solidariedade: seus membros arrecadavam donativos, compravam cartas de alforria de negros escravizados e custeavam funerais de seu quadro de sócios. No interior dessas agremiações nasceram, depois, blocos e escolas de samba. Na atualidade, a maioria destas sociedades, com sede própria, encontra-se em situação lamentável, desestruturadas, enfrentando verdadeiras guerras judiciais. As reivindicações do encontro foram registradas na Carta de Santa Maria, tendo como uma das principais demandas o reconhecimento destes espaços como patrimônios culturais afro-brasileiros, bem como a sua revitalização como museus comunitários.

A ideia de criação do Museu Treze de Maio surgiu em 2001, quando integrantes do movimento social negro da cidade de Santa Maria (região central do estado do RS) e alunos de pós-graduação em Museologia do Centro Universitário Franciscano vislumbraram, no espaço ocioso da antiga Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, um museu com temática africana e afro-brasileira. A revitalização do Treze por meio da implantação de um museu comunitário tem uma curta, porém significativa trajetória, na medida em que foram investidos em seu espaço recursos públicos, concretizados por meio de ações afirmativas da administração pública municipal e do Governo Federal. Aquele lugar, que muitos acreditavam não mais poder entrar, revitalizou-se por meio de um mecanismo chamado museu, constituindo-se em patrimônio histórico e cultural da cidade de Santa Maria, o primeiro museu afro do RS, legítimo agente de mudança social e desenvolvimento.

Organizando museus no interior do estado de Goiás — agentes instituindo oportunidades e desenvolvimento social.

Henrique de Freitas (Museu Goiano Zoroastro Artiaga/AGEPEL)

A organização de museus regionais no interior do estado de Goiás tem possibilitado a inserção de municípios em uma estrutura de comunicação museal de referência da identidade local ou regional. Organizando os museus nos municípios de Nova Veneza e Goianésia, percebemos oportunidades de evidenciar as estruturas do patrimônio cultural regional, e a organização de circuitos de um museu possibilita a reflexão da comunidade em seu patrimônio. Os museus regionais, quando refletem o patrimônio regional, agem como suportes para uma mudança social, representando a cultura local e proporcionando o desenvolvimento cultural da comunidade.

Ecomuseu do Ribeirão da Ilha: agente de mudança social e desenvolvimento.

Professor Nereu do Vale Pereira (80) – phd

A comunicação objetiva apresentar, em síntese de 15 minutos, a trajetória do Ecomuseu do Ribeirão da Ilha (1970-2007) como agente de mudança e desenvolvimento da comunidade humana mais antiga pós descobrimento da Ilha de Santa Catarina (1515) e posteriormente tornando-se o memorial da colonização açoriana do Brasil Meridional (1746-1756). Empreendimento da Coroa Portuguesa teve o objetivo de assegurar o domínio e a posse para Portugal de terras além do meridiano de Tordesilhas, isto é, a faixa de terras abaixo de referido meridiano (por isso, *meridionais*), indo até a Bacia de Sollis (hoje Bacia do Prata).

Não se trata de uma pesquisa mas de um relatório que mostra que o museu foi instituído, e vem atuando, como um suporte para que a comunidade preserve seus valores históricos e culturais e, através desse procedimento encontre apoio para o seu desenvolvimento econômico e cultural e ainda tendo no turismo, a fonte básica para esse desenvolvimento. Tais atividades vêm se associando ao turismo gastronômico com a criação e o cultivo da maricultura (ostras e mexilhões).

O Ecomuseu é uma propriedade rural selecionada por guardar estrutura prevista pela Provisão Região da Coroa Portuguesa de 9 de agosto de 1747, como uma área de “um quarto de légua em quadra, onde principiar sua cultura...”.

Nesta propriedade, o homem açoriano, além de dedicar-se a diversas culturas (cana-de-açúcar, milho, algodão em substituição ao linho, mandioca, em substituição ao trigo, perseguido sem êxito em decorrência de clima e solo inadequados), criou uma forma de mecanização do processo de fabrico da farinha de mandioca, com maior dosagem de amido, a fim de proporcionar a panificação. Estava criado o engenho de farinha de mandioca, preservado no Ecomuseu.

Com o cultivo e o consumo da farinha de mandioca em alimentos como pirão e pão, associado ao consumo do peixe frito, formando o binômio farinha e peixe, o açoriano instituiu o hábito alimentar básico da Ilha de Santa Catarina, que perdura até nossos dias.

Por isso o museu recebeu a designação, a designação de Ecomuseu. Tal conceituação deve passar por uma pequena discussão epistemológica, pois são duas vertentes dessa titulação que é empregada em várias regiões onde o universo museológico é debatido e vivenciado.

“Estratégias colaborativas entre museus de ciência e comunidades para a construção de saberes e ações: um estudo de caso”

Denise Coelho Studart, Maria Paula Bonatto e Maria das Mercês Vasconcellos
(Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Tecendo Redes por um Planeta Terra Saudável é uma atividade colaborativa entre educação formal e não formal, envolvendo museus de ciências (e suas respectivas instituições de pesquisa), escolas e comunidades do entorno cuja realidade é marcada pela desigualdade social. *Objetivos gerais do projeto:* desenvolver trabalhos conjuntos que promovam sinergias que permitam ampliar os impactos sociais, superando os limites das ações individuais, bem como estimular uma maior colaboração entre instituições e sociedade, entre cientistas e a população, para ampliar as possibilidades de impacto na construção de uma visão crítica sobre a C&T.

Nesta comunicação, apresentaremos resultados parciais do diagnóstico que está sendo construído a partir do trabalho realizado em 2007 junto aos Núcleos de Adolescentes Multiplicadores (NAMs) da 4ª. Coordenadoria Regional de Educação, pertencentes às

comunidades de bairros próximos ao Museu da Vida/Fiocruz, referente às fichas de percepção socioambiental preenchidas pelos estudantes dos NAMs. Queremos abordar: como os jovens percebem o mundo, o país e o local onde vivem, bem como os tipos de ações e intervenções necessárias para melhorar a realidade. Do total de 105 adolescentes de 12 a 16 anos, foi predominante a idade de 13 anos entre os que responderam à ficha.

Que contribuição os museus de ciência podem dar para comunidades em situação de risco, onde violência, falta de saneamento e tráfico de drogas são constantes?

Os resultados sugerem que o projeto desenvolvido pelo Museu da Vida com os Núcleos de Adolescentes Multiplicadores das comunidades do entorno da Fiocruz trouxe mais alguns elementos para uma tomada de consciência, por meio da possibilidade de refletir sobre a realidade local e mundial e buscar meios concretos de intervir. Para debater questões sobre meio ambiente junto a uma população em situação de risco, faz-se necessário discutir os problemas sociais destas comunidades e construir uma metodologia de trabalho em conjunto, tendo em vista que problemas sociais e ambientais estão totalmente imbricados no mundo atual.

Exposição itinerante “Memórias da Maré” – uma contribuição ao debate sobre memória e identidade

Luiz Antonio de Oliveira (Museu da Maré)

O Museu da Maré, um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) abriga, além de sua exposição permanente, diversos projetos ligados a memória. Visando um projeto de médio/longo prazo que possibilitasse uma intervenção participativa nas redes sociais do bairro, o Arquivo Dona Orosina Vieira, integrado ao Museu da Maré, objetiva preservar e divulgar a história do Rio de Janeiro a partir da perspectiva do bairro Maré.

A exposição itinerante “Memórias da Maré”, tema central deste trabalho, é constituída por fotos e textos do Arquivo e contribui para a divulgação do acervo, permitindo que os moradores das comunidades tenham acesso às diversas formas de representação de sua história, reconheçam-se na exposição e sintam-se parte integrante dela. Entre as

fotografias, incluem-se algumas do início do século XX, de autoria do conhecido fotógrafo Augusto Malta.

A exposição vem sendo apresentada em várias escolas da rede pública da Maré e instituições da cidade, acompanhada de oficinas de jogos pedagógicos desenvolvidos artesanalmente pela equipe do projeto. Um de seus efeitos principais é o fortalecimento das identidades locais, na medida em que ocorre uma expansão dessa história para a cidade. Abre-se, assim, uma possibilidade de rediscussão da relação entre o local e o global a partir da constituição da memória.

Para além dos vestígios da memória: isto serve para quê?

Prof^a. Dr^a. Valda de Oliveira Fagundes (Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes)

A linguagem visual em suas múltiplas potencialidades atrai um número cada vez maior de adeptos por suas características expressivas e pelos significados que engendra. A Museologia está em busca de maneiras adequadas de utilizá-la eficientemente, com trabalhos que indagam sobre o papel da memória e da imagem como instrumentos do conhecimento.

Discorreremos, neste trabalho, parte dos resultados de uma pesquisa em desenvolvimento cujo objeto de nossas indagações reúne num pequeno, mas significativo acervo, objetos e utensílios utilizados pelo homem no trabalho do campo em exposição permanente no Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes, em Blumenau (SC).

Através deste acervo, busca-se compreender a história e a evolução dos objetos criados por colonizadores de diferentes regiões do país, deixando marcas da sua cultura na construção da História do povo brasileiro.

O conjunto de reflexões proposto expressa exatamente o título da pesquisa: “Isto serve para quê?” Ou seja, o desafio inspirado pelo acervo. Sua diversidade representa uma gama de possibilidades aberta por essa via de captação de conhecimentos, através da percepção, da memorização, da simbolização e da apreensão do passado, no instante em que é reconhecido.

A contribuição da população da Ilha Grande no processo de criação do Museu do Cárcere

Viviane Wermelinger Guimarães (UERJ)

Na Ilha Grande funcionaram colônias correcionais, agrícolas e penitenciárias de segurança máxima entre 1894 e 1994. Quando a Penitenciária Cândido Mendes foi desativada (1994), toda a região ocupada anteriormente pelo sistema carcerário foi cedida à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Iniciou-se, então, o projeto de criação do Ecomuseu Ilha Grande, cuja abrangência territorial compreende o antigo território da penitenciária.

Vale aqui esclarecer que estamos adotando a perspectiva conceitual que deu origem ao termo ecomuseu, lançada por Hugues de Varine: “O ecomuseu é uma instituição que administra, estuda e explora com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade de ambiente natural e cultural desta sociedade. Por essa razão, o ecomuseu é um instrumento de participação popular no planejamento do território e no desenvolvimento comunitário”.

O Ecomuseu Ilha Grande será composto por cinco núcleos: Centro de Informações, Museu do Cárcere, Parque Botânico, Casa da Vida e Centro Multimídia. Atualmente, estamos trabalhando no núcleo Museu do Cárcere, que será instalado na entrada da antiga penitenciária e abrigará exposições sobre aspectos da História e da cultura local, além da história das instituições carcerárias.

Entendemos, portanto, que a população da ilha é parte fundamental para a construção dessa temática, pois seus moradores vivenciaram as mudanças ocorridas no território (alguns, inclusive, com participação ativa). Um levantamento realizado em 2008 identificou diversos objetos/documentos relativos ao território, com a colaboração da população, patrimônio potencial do futuro museu. Ao mesmo tempo, a comunidade manifestou suas expectativas em relação à exposição do museu. É importante destacar que ouvimos opiniões de moradores que viveram experiências diferenciadas dessa história e ocuparam papéis até conflitantes, mas que, em geral, nos ajudaram a confirmar a importância do presídio na memória coletiva da região.

Espera-se, portanto, que o Ecomuseu, especialmente o módulo do Museu do Cárcere, contribua para o envolvimento da comunidade através de suas memórias, lembranças e suas opiniões sobre a história da ilha e, especialmente, das instituições carcerárias.

AG3IBRAM



3ª sessão

Museu do Ferroviário de Assis: o esfacelamento de um patrimônio

Aline Zandra Vieira Bartcus (UNESP/Assis)

O declínio do transporte ferroviário culminou com o pós Segunda Guerra. Durante a década de 60, pôde-se observar um grande número de demolições e desativações de estradas de ferro, o que contribuiu para o sucateamento deste patrimônio. Ocorreram, então, muitos processos de desestatização de ferrovias e, neste trâmite, alguns dos acervos ferroviários ficaram imersos em impasses legais, com perda e fragmentação inevitáveis.

Com base nesse contexto, este trabalho pretende analisar as condições estruturais do Museu do Ferroviário Agenor Francisco Felizardo de Assis (SP) e o investimento das políticas públicas no seu desenvolvimento. Apresentando-se um diagnóstico do seu quadro atual, é possível determinar as condições atuais do patrimônio ferroviário em municípios de pequeno porte, além de pontuar as ações do poder público na gestão do patrimônio his-

tórico. Tendo em vista o papel social do museu, podemos constatar que a negligência do poder público redundou na precariedade da organização e na preservação e difusão do acervo.

Segundo a Declaração de Caracas (1992), um museu “se apresenta na América Latina não só como instituição idônea para valorização do patrimônio, mas, além disso, como instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar coletivo” (Araújo & Bruno, 1995). Consequentemente, essa displicência pública compromete um meio eficaz de sociabilidade, de formação do senso crítico e de desenvolvimento humano. Portanto, considerando o papel do museu no “desenvolvimento equilibrado” da cidade, faz-se necessária a participação da comunidade em sua gestão.

AG3/BRAM



Parque Nacional da Serra da Capivara e Museu do Homem Americano (MHAM): transformadores sociais e colaboradores por uma construção de cidadania na perspectiva de preservação de um patrimônio global.

Ana Carolina Maciel Vieira (UniRio)

Apoio: Luzia Bastos de Castro (Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Reafirmou-se na Declaração de Oaxtepec no México (1984) a ideia de museu como construção física substituída pela relação território-patrimônio-comunidade, onde, defendendo a preservação *in situ*, passou-se a considerar o território como área museográfica. Redefinindo conceitos de museu integral e questões interdisciplinares no domínio da Museologia pela Nova Museologia, a Declaração de Caracas entende que os museus da América Latina têm como desafio a relação entre museu e comunicação, patrimônio, gestão e recursos humanos, em função de uma comunidade. Dessa forma, considera-se o Parque Nacional da Serra da Capivara, no sudeste do Piauí, um grande museu de território. Com sítios arqueológicos e paleontológicos, com geo e biodiversidade, é um importante patrimônio a ser preservado.

O parque é administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pela Fundação Museu do Homem Americano, que adotaram uma política visando a desenvolver social e economicamente a comunidade local. Sua primeira medida foi a organização de um museu (clássico), o MHAM, junto com um centro cultural, propiciando um espaço de cultura e lazer, com biblioteca, vídeo e fototeca, laboratórios, espaços artísticos e auditório. Além disso, foram construídos em torno do parque, núcleos de apoio, com escola, posto de saúde e residência para professores e técnicos. Outra iniciativa foi a criação do Centro de Produção de Cerâmica, que gerou mais empregos para a população do sertão nordestino e trouxe para a comunidade uma arte regional que não era mais realizada. A fundação também oferece cursos profissionalizantes como capacitação de roceiros para fazer parte da equipe arqueológica da FUMDHAM, auxiliando na busca de novas escavações, e preparação de jovens para a indústria turística.

Claramente isso é construção de cidadania. O parque, um grande museu a céu aberto, torna-se um modelo de aproveitamento do patrimônio integral como meio para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população local.

Museu do Nada

Mário de Souza Chagas (DEMU/Iphan), Ana Luiza Castro do Amaral, Luciana Lacombe Magoulas, Luiza de Andrade Figueira Rache, Leonardo Perdigão e Paula Nunes Costa (UniRio)

O museu nasceu da vontade do homem de preservar, da preocupação do ser humano com o esquecimento da sua história. Existe um conjunto de memórias dentro de cada um de nós, um museu interior que desempenha a função de espelho e de síntese do que somos e de como queremos ser olhados. O nosso museu faz com que o indivíduo perceba que faz parte de um mundo e consiga se enxergar do outro lado do espelho. Portanto, o museu não é só um espaço de quinquilharias, coisas velhas. Ele apresenta novidades, serve para formar opinião, educar. Não é feito apenas para uma só classe, e sim tem como objetivo a obtenção de informação para todos. O museu não é feito de uma coisa só. A partir desta ideia de museu de todos, o Professor, Doutor Mário Chagas apresentou a ideia do projeto Museu do Nada para uma turma de alunos do curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para assim realizar a primeira aparição do Museu do Nada. A ideia inicial era que todos poderiam expor objetos, que representassem ou não certo valor, durante o tempo que desejassem. Um museu para todos.

Sua preparação ficou aquém do objetivo inicial e nosso museu teve “cara” de improvisado, o que lhe deu um aspecto de simples e popular. Apenas utilizamos uma fita para “interditar” nosso caminho. Caixotes de feira se transformaram em suportes para expor nossos objetos e cartazes de papelão chamavam a atenção de quem passava pelo lugar. Nosso público foi diverso; igualmente seu interesse pelo projeto. Alguns apenas visitavam por pura curiosidade, outros perguntavam o objetivo. Artistas queriam expor seus objetos, recebemos até doações, e a partir destas temos como objetivo a criação de um acervo. Houve também quem abraçasse a causa e nos ajudasse a chamar os transeuntes. Fomos perguntados sobre uma segunda aparição do museu e tivemos pedido que na próxima vez houvesse uma maior divulgação, que ocorrerá também no Dia do Museólogo de 2008.

Nosso projeto tem como objetivo atribuir valor ao ser humano para que, em seguida, o indivíduo reconhecido e recuperado seja capaz de se tornar cidadão responsável e atribuir a verdadeira importância do seu patrimônio.

Museus e patrimônio industrial: estudo sobre percepção da comunidade e política cultural

Eduardo Romero de Oliveira (UNESP)

Nossa comunicação toma dois exemplos de patrimônio industrial no interior paulista e as ações de preservação municipal nos últimos dez anos, que acabaram por resultar na constituição de um museu local. Tratam-se de espaços que têm sido objetos de estudo nos últimos anos: o conjunto arquitetônico de uma antiga empresa de colonização japonesa, em Registro, e a estação ferroviária de Descalvado. Buscamos refletir, por um lado, sobre a percepção da comunidade a estes patrimônios; e, por outro, entender o caráter da ação pública cultural nestes municípios e as características dos museus neles criados.

O Ceom e os museus no Oeste de Santa Catarina

Elison Paim, Mirian Carbonera, Denise Argenta, Ademir

Salini, André Luiz Onghero (Ceom/UNOCHAPECÓ)

A comunicação coordenada proposta tem o objetivo de apresentar a atuação do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina junto aos museus e casas de memória nos municípios do Oeste de Santa Catarina.

O Ceom é um programa permanente de pesquisa e extensão vinculado à pró-reitoria de pesquisa e extensão da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Atua há mais de 20 anos, desenvolvendo ações voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural do Oeste de Santa Catarina, com um trabalho continuado que envolve pesquisa, construção e socialização de conhecimentos sobre sua região de abrangência. Possui acervos documentais textuais, iconográficos e cartográficos, além de objetos tridimensionais e audiovisuais.

Para o desenvolvimento dos seus objetivos o Ceom, atualmente, mantém: A) centro de Documentação e pesquisa; B) biblioteca especializada; C) programa PEC (Patrimônio, Escola, Comunidade); D) NEEA (Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos); E) laboratório de educação patrimonial; F) programa museológico; g) programa de divulgação científica e cultural (linhas editoriais: Cadernos do Ceom, Série Documento, Coleção Histórias

Locais, Coleção História e Patrimônio). Este programa está voltado também à organização de seminários, oficinas e palestras vinculadas à nossa área de atuação.

O Ceom vem fomentando ações relacionadas à Museologia desde a década de 1980. Em alguns municípios, a atuação do Ceom foi decisiva para a abertura de museus e casas de memória. Além disso, durante esse tempo, muitas outras ações podem ser destacadas: desenvolvimento de oficinas, palestras e cursos de pós-graduação e de extensão para capacitação de profissionais de museus; acompanhamento das atividades dos museus existentes; orientação para a elaboração de projetos; curadoria e inventário de coleções; produção de pesquisas acadêmicas; publicações científicas e parcerias na produção de exposições itinerantes, entre outras.

O trabalho desenvolvido pelo Ceom nos museus, visa a articular preservação, recuperação e divulgação do patrimônio do Oeste Catarinense. Ao longo dessa trajetória podemos destacar muitas conquistas, mas também muitas dificuldades e entraves muitas vezes desalentadores.

Educação patrimonial em projetos de Arqueologia do Mae/Ufba

Carlos Costa / Fabiana Comerlato (Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA)

A educação patrimonial é uma atividade obrigatória em projetos de Arqueologia em obras de engenharia, como preconiza a legislação vigente no Brasil. Durante os últimos três anos, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia realizou diagnósticos, levantamentos, salvamentos e monitoramentos nas obras de construção das rodovias BA-148, BA-001, BA-693 e BA-698, através de convênio celebrado com o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba).

Para cada um destes projetos foi implementado um programa de educação patrimonial, dividido em três fases. Na primeira fase, que também corresponde à etapa inicial dos trabalhos arqueológicos (diagnóstico), eram realizados estudos preliminares da população local, através de entrevistas sistemáticas com diversos segmentos da comunidade, contatos com a sociedade organizada, escolas da rede pública e setor administrativo municipal, com a finalidade de reconhecer os públicos aos quais seriam dirigidas as atividades e explicar os objetivos do

projeto, com a distribuição de cartilhas educativas. A segunda fase, que equivale ao momento de levantamento arqueológico intensivo, consiste na realização de cursos sistemáticos, denominados de Arqueologia & Educação, executados em parceria com as secretarias de Educação municipais, ministrados a professores da rede pública e agentes comunitários, quando foi disponibilizado o “Caderno de Educação Patrimonial – Patrimônio Arqueológico da Bahia”. Com base nestes primeiros encontros, a terceira etapa do programa de educação patrimonial é executada, relacionada à última etapa de trabalhos arqueológicos (resgate/salvamento). Neste momento, os acervos resgatados retornam às comunidades de origem de forma musealizada, para que sirvam como instrumentos didáticos e pedagógicos, além de elementos propiciadores de um processo de autorreconhecimento e valorização identitária.

Consideramos que o resultado deste processo, iniciado a partir das demandas de licenciamentos ambientais em obras de engenharia, é construído de maneira a promover a comunhão de atividades de pesquisa, ensino e divulgação de conhecimentos, realizado de forma integrada com a comunidade, a partir da união das atividades arqueológicas, museológicas e educativas. Esta interface permitiu a troca de experiências e reflexões, provocando o fortalecimento da cooperação, consciência e responsabilidade social das comunidades, dos educadores e dos pesquisadores na preservação e na divulgação do seu patrimônio cultural.

Imagens do museu: percepções transformadoras dos estudantes da 5ª a 8ª série.

Mário de Souza Chagas (DEMU/Iphan), Denise Coelho Studart (Fiocruz), Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Carolina Maciel Vieira, Ana Carolina Paulo, Lucas Lopes e Newton Fabiano Soares (UniRio)

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa “Imagens do museu: um levantamento entre estudantes de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental”, projeto que tem por intenção colaborar para uma melhor compreensão do público sobre as instituições museais, uma reflexão pouco explorada no campo da Museologia brasileira.

A pesquisa foi realizada em quatro escolas – três municipais e uma particular – nos bairros de Botafogo, Pilares, Santa Cruz e Urca, todos no município do Rio de Janeiro, abrangendo

a faixa etária entre 10 e 18 anos. A investigação consistiu de um formulário com as seguintes perguntas: “Como você vê o museu?” e “Você já foi ao museu?”. Dos 221 jovens que preencheram o questionário distribuído pelos pesquisadores, 113 estudantes expressaram suas visões sobre os museus por meio de textos e 108 por meio de desenhos.

No total, 22% dos participantes responderam nunca terem visitado um museu, levando-nos, através de suas percepções, a uma importante reflexão museológica: dentre estes, 74% das redações revelam uma imagem positiva dos museus e nenhum dos estudantes apresentou uma visão negativa. Relatos demonstram o museu como um instrumento de aprendizado e de transformação pessoal, pois este seria um mediador da cultura.

Os resultados mostram que, na percepção dos estudantes, o museu é um instrumento fundamental para a sociedade. Alguns adolescentes citaram o desejo de que essas instituições sejam duradouras, permanentes, para que possam vivenciá-las no futuro com seus filhos e netos, demonstrando perceber a essência do trabalho museológico: salvaguardar o conhecimento produzido pelo homem, comunica sua trajetória cultural e um meio de expressão e reflexão sobre a atividade humana.

Conhecer as percepções do público sobre o museu é um importante passo para compreender quais seus imaginários sociais e, a partir destes, atuar como um agente transformador. Cabe aos profissionais da área adotar meios de aproximação e espaços estimulantes intelectualmente e afetivamente para diferentes grupos: pois pela pesquisa observa-se que existem públicos que não só esperam, mas acreditam que o museu tem o potencial de contribuir para uma transformação interna que oriente comportamentos em prol da sociedade e do meio.

Conhecendo a Justiça Eleitoral

Jacqueline Martins Frison (Centro de Memória da Justiça Eleitoral do TRE/RS)
O presente trabalho consiste no relato de experiência realizada pelo Centro de Memória da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul que, preocupado com a preservação e o estudo da história político-institucional e coerente com a função social do espaço museológico, desenvolve desde 2007 um projeto de aproximação com a comunidade estudantil da região

metropolitana de Porto Alegre. Desta forma, surgiu o Conhecendo a Justiça Eleitoral.

Considerando a democracia e a cidadania como premissas básicas para o desenvolvimento social, este projeto aborda as diversas etapas que o sistema eleitoral brasileiro percorreu em busca da participação democrática e da verdade eleitoral, revisitando a história política quando permeada pela história desta justiça especializada. Através de audiovisuais, palestras e debates aliados a visitas a mostras de objetos do acervo, busca-se o diálogo entre a Museologia e a educação.

O objetivo é disseminar conhecimento sobre as atividades da Justiça Eleitoral, assim como o entendimento que o processo de consolidação da democracia – construído ao longo das últimas décadas e, portanto, patrimônio de todos – ultrapassa a questão do sufrágio.

Sendo assim, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul visa a contribuir com a cultura política dos estudantes, fomentar a participação cidadã e divulgar seu acervo, suas pesquisas e suas instalações.

Implementação de condições para a preservação e transmissão das manifestações culturais e históricas do tropeirismo no Museu do Trabalho e Tecnologia da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (EAFS)

Jaqueline Posser Gallina (professora de História, mestre em Extensão Rural e tecnóloga em Cooperativismo/Escola Agrotécnica Federal de Sombrio)

Esta comunicação relata o desenvolvimento da temática do movimento do tropeirismo em uma instituição escolar que se serve da educação patrimonial no seu agir pedagógico. Também apresenta os objetivos, a justificativa, a motivação e os passos referentes a ações patrimoniais desenvolvidos pela Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, no município de Santa Rosa do Sul (SC).

A Escola Agrotécnica Federal de Sombrio (Eafs), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação desde 1994, localiza-se no município de Santa Rosa do Sul, no

extremo sul catarinense, que tem na agricultura familiar o fator gerador de sua economia. Porém, mesmo que sazonal, situada entre a serra e o mar e cortada por uma das mais movimentadas rodovias do país, a BR 101, a região destaca-se pelo potencial turístico: praias, lagoas, *canyons*, trilhas na Mata Atlântica, propriedades rurais, artesanato e gastronomia típica.

Tido como uma extensão cultural da escola, o museu terá como temática principal o mundo do trabalho, o cotidiano e o processo de transformações históricas, culturais, científicas e tecnológicas ocorridas na região. A participação da comunidade escolar – primeiro público do museu – em eventos como exposições, seminários e oficinas temáticas, tem a finalidade de criar uma mentalidade de aceitação e o aprendizado sobre a transformação em fato corriqueiro da atividade de uma instituição educacional (conservar e transmitir às gerações vindouras as experiências, os avanços e as rupturas) possibilitando, assim, através do museu, um meio de compreensão da região e da escola em sua totalidade.

Passeando nas trilhas do Museu da UFRGS com o Karamuru

Leni Vieira Dornelles

Este projeto integrou a exposição “Antes dos dinossauros: a evolução da vida e seu registro fóssil no Rio Grande do Sul”, no Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A exposição mostrava que a região que é hoje o estado do Rio Grande do Sul foi habitada por inúmeras espécies vegetais e animais durante as eras Paleozóica e Mesozóica, constituindo-se um dos principais sítios fósseis do mundo. Ao falarmos em fósseis, todos lembram dos dinossauros, portanto, estes animais servem aos professores como estratégia pedagógica para o estudo das ciências com crianças.

A partir da curiosidade que o tema instiga sobre a origem e o passado da Terra, organizou-se com professores e crianças o projeto “Passeando nas Trilhas do Museu da UFRGS com o Karamuru, numa parceria entre o museu e a Faculdade de Educação. Destinou-se as crianças de zero a dez anos. Perguntamos como mostrar às crianças os dinossauros, seres gigantes e exóticos que já viveram na Terra, a partir de uma exposição do museu? Propusemos que também as crianças da comunidade de Porto Alegre e RS pudessem ter acesso a esta exposição. O trabalho utilizou as estratégias da exposição como mediadoras e instigadoras

da aprendizagem. A partir do mesmo foi possível a interação entre museu, escolas, escolas infantis e creche da UFRGS, bem como a produção de materiais (objetos de aprendizagem) em CD-R (“Karamuru” para EAD e Cibercultura, pelas alunas da Pedagogia). A parceria entre museu da UFRGS e Faced, reafirmou que também se aprende nos espaços culturais da cidade, bem como mostrou como as crianças que frequentam os museus podem ter neles locais e de aprendizagem de culturas (não só a erudita, mas a cultura como extensão da escola, da casa e da cidade).

Materializando o intangível: a língua como patrimônio de um povo

Marco Antonio Xavier (Museu da Língua Portuguesa/São Paulo)

Parece-nos óbvio que um museu deva ser agente e resultado de mudanças sociais, capaz de promover e auxiliar o desenvolvimento dos grupos humanos relacionados com ele, de maneira direta ou indireta. Mas nem sempre é isso o que acontece. Poucos museus, somente pela sua presença física, podem gerar mudanças no seu entorno e no cotidiano de seu público. Em geral, as ações de um museu se encerram dentro de seus limites físicos e entre o público que o frequenta.

Uma das razões desta falta de interatividade pode estar justamente nos seus acervos, distanciados da realidade em que surgiram (ou foram criados) e/ou na qual estão expostos, além da percepção que o público tem deles. No caso do Museu da Língua Portuguesa (MLP), há mais um fator; nosso acervo, a língua portuguesa, é imaterial, na medida que ela não é um objeto em si, mas algo que perpassa nossa sociedade e nosso dia a dia. Este acervo, apesar de imaterial (ou por causa disso), é extremamente dinâmico. No MLP é tratado como patrimônio de um povo (os lusófonos) e se formou (e transformou este povo) num processo histórico único.

A língua, por si só, não é um objeto de museu. Aliás, nada é previamente definido como objeto de museu: só depois da atuação, percepção e valoração que alguém faz de algo esta coisa pode vir a se tornar um objeto de museu, embora qualquer coisa possa ser musealizada. Talvez o sucesso do MLP esteja na capacidade de mostrar ao seu público a língua como um objeto de

museu que não pode ser entendido plenamente fora da vivência desta língua e do conhecimento e percepção de sua formação, evolução e dinamismo, sendo importantíssima a participação do público que nos visita neste processo. Para tanto, a tecnologia é simplesmente um meio pelo qual algo imaterial, e até mesmo conceitual, poderá ser entendido e apropriado como objeto museológico. Cada pessoa, ao final da visita, pode ser entendida como um mini MLP, carregando consigo um novo conteúdo, adicionado a sua vivência, transformando-a em um agente de valorização de nossa cultura e de mudança social.

Nossa língua é feita e vive nos corações e mentes de cada um de nós. Como dizemos no MLP: a língua é o que nos une!

Arte popular – conhecimento e desenvolvimento através da pesquisa

Maria Fernanda Pinheiro de Oliveira e Henrique de Vasconcelos Cruz
(Museu do Homem do Nordeste/Fundação Joaquim Nabuco)

Através de pesquisa de campo, coleta de acervo, documentação e aprofundamento bibliográfico, a Coordenação de Museologia do Museu do Homem do Nordeste (Muhne) contribui para a preservação do seu acervo e a socialização do saber. No caso específico da arte dita popular, o museu colabora para a desconstrução de seu entendimento como algo ingênuo, fantasioso, irracional ou grotesco. Eleva os trabalhos de artistas como Fernando da Ilha do Ferro (AL), Louco (BA), Véio (SE), entre outros, à categoria de arte, sem dispô-los de adjetivos como erudito, acadêmico ou popular.

Vitalino Pereira dos Santos (1909-1963), mais conhecido como Mestre Vitalino, foi reconhecido pela elite brasileira nos anos 1940. Suas obras de barro passaram de simples bonecos ao status de esculturas de cerâmica, ganhando espaço em todo o Brasil e no exterior. Cronista da vida agreste, Vitalino representava em barro o cotidiano e o ambiente que o cercava. Deixou de herança uma “escola” de ceramista, tornando o Alto do Moura (Caruaru, PE) no maior centro de cerâmica figurativa do mundo.

A pesquisa hoje realizada sobre a obra de Mestre Vitalino no Muhne tem como objetivo, além

de obter o controle do acervo e otimizar a sua utilização, analisar o conteúdo informativo das obras (fazer artístico) e do próprio artista. O produto gerado por esta pesquisa visa a sociabilizar os estudos sobre este mestre através da publicação do catálogo de suas obras.

A importância da valorização não só do objeto de arte, mas do artista, contribui com o desenvolvimento e o incentivo da produção contemporânea da arte popular e constrói uma “relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida”. Os museus, quando passam a enxergar o artista como pessoas que interagem com o meio em que vivem, captam o invisível, criam e propagam seus conhecimentos e sensibilidades, fornecendo um entendimento da sua arte, não como um produto mercadológico, de consumo, mas de fruição e fonte de saber, gerando conhecimento e reconhecimento.

Avaliação e pesquisa de recepção em museu

Marília Xavier Cury (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP)

A comunicação tem como objetivo discutir a importância da avaliação museológica para os museus e para a Museologia.

Para os museus, a avaliação está ligada ao projeto de gestão. O projeto de gestão unifica organicamente a museografia, conjunto de ações práticas de um museu, com o processo curatorial, conjunto de ações técnico-científicas em torno do objeto museológico. O projeto de gestão também unifica, de modo a operar com eficiência, as atividades-meio, as administrativas, com as atividades-fim, as técnico-científicas. A avaliação museológica é parte inerente do projeto de gestão, pois traz à luz da consciência o andamento das muitas ações definidas como prioritárias, na sequência proposta. É a avaliação que unifica o cotidiano do museu ao projeto de gestão, ajustando-os reciprocamente e ajustando as ações museológicas ao projeto visando à eficácia. Para tanto, a avaliação deve ser praticada em todo o museu, envolvendo seus atores; ou seja, avaliar as ações, atividades e serviços a partir das práticas internas e da recepção do público.

Para a museologia, a avaliação recebe uma denominação apropriada: pesquisa ou estudo de recepção, ou seja, ela deixa de ser avaliação de resultados. O que nas categorias

estruturadoras do campo da avaliação museológica é estudo de público – para alimentar, corrigir e ajustar o projeto de gestão, fazê-lo acontecer, enfim –, na perspectiva da Museologia é estudo de recepção, das formas de uso que o público faz do museu e das interações geradas pelas exposições, em face de certo modelo de concepção. A pesquisa de recepção de público é importante para os museus porque são os usos que o público faz dele que lhe dão forma social. No entanto, a pesquisa de recepção é fundamental para a Museologia porque é uma das possibilidades de construção teórica. A questão é como realizá-la? Com que aporte? Seria uma etnografia de exposições? Pode ser que sim, entendendo as diversas contribuições possíveis para a Museologia, mas o que se apresenta hoje é a adoção de um multimétodo capaz de enfrentar a complexidade da experiência do público na sua relação com o patrimônio cultural musealizado. E porque foi musealizado, o campo para a construção de experimentos empíricos é a museografia, autônomo e auxiliar como é a etnografia para a antropologia. Museografia está para a museologia, assim como a etnografia está para a antropologia. É isso que queremos pôr em discussão no 3º Fórum Nacional de Museus.

A memória do modo de vida caboclo representado no Museu Regional do Iguaçu

René Wagner Ramos (Unicentro/Fg/Seed/PR)

No vale médio do rio Iguaçu, sobreviveu ao tempo o modo de vida caboclo. As condições naturais do vale e a ocupação dos Campos de Guarapuava, através da concessão de gigantescas sesmarias dedicadas à criação ou a invernadas do gado, acabaram não atraindo grande contingente populacional, de modo que a região permaneceu com baixa densidade demográfica até meados da década de 1920. Assim, possibilitou-se o surgimento de um sistema econômico que tinha como base o sistema de troca, uma economia quase amonetária voltada à subsistência. A topografia da região, com terrenos com alto grau de inclinação, o solo muito rochoso e bastante acidentado e a falta de acesso a instrumentos mecanizados acabaram não permitindo uma exploração maior das terras pelas famílias ribeirinhas durante os séculos XIX e XX. Assim, utilizavam-se dos recursos naturais existentes para complementar a agricultura e a criação de animais, como a extração da madeira e de erva-mate, a pesca, as frutas e a caça, num sistema integrado. Uma das medidas exigidas no Relatório de Impacto Ambiental que permitiram a construção da Usina Hidrelétrica

Governador Ney Braga, entre os municípios de Mangueirinha, Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu, foi a instalação de um museu para guardar a memória social destas populações anteriores ao alagamento do vale. A criação do Museu Regional do Iguaçu permitiu um resgate da memória dos caboclos ribeirinhos, presentes em entrevistas em vídeo e fitas cassete na década de 1980, além de exposições que representam o modo de vida caboclo. Todas essas informações preservadas no museu permitiram a produção de uma dissertação em História Regional pela UPF, que apresentou como pensavam, viviam e produziam, mostrando também o resultado da retirada dos caboclos da região.

Museu como agente de desenvolvimento social e mudanças

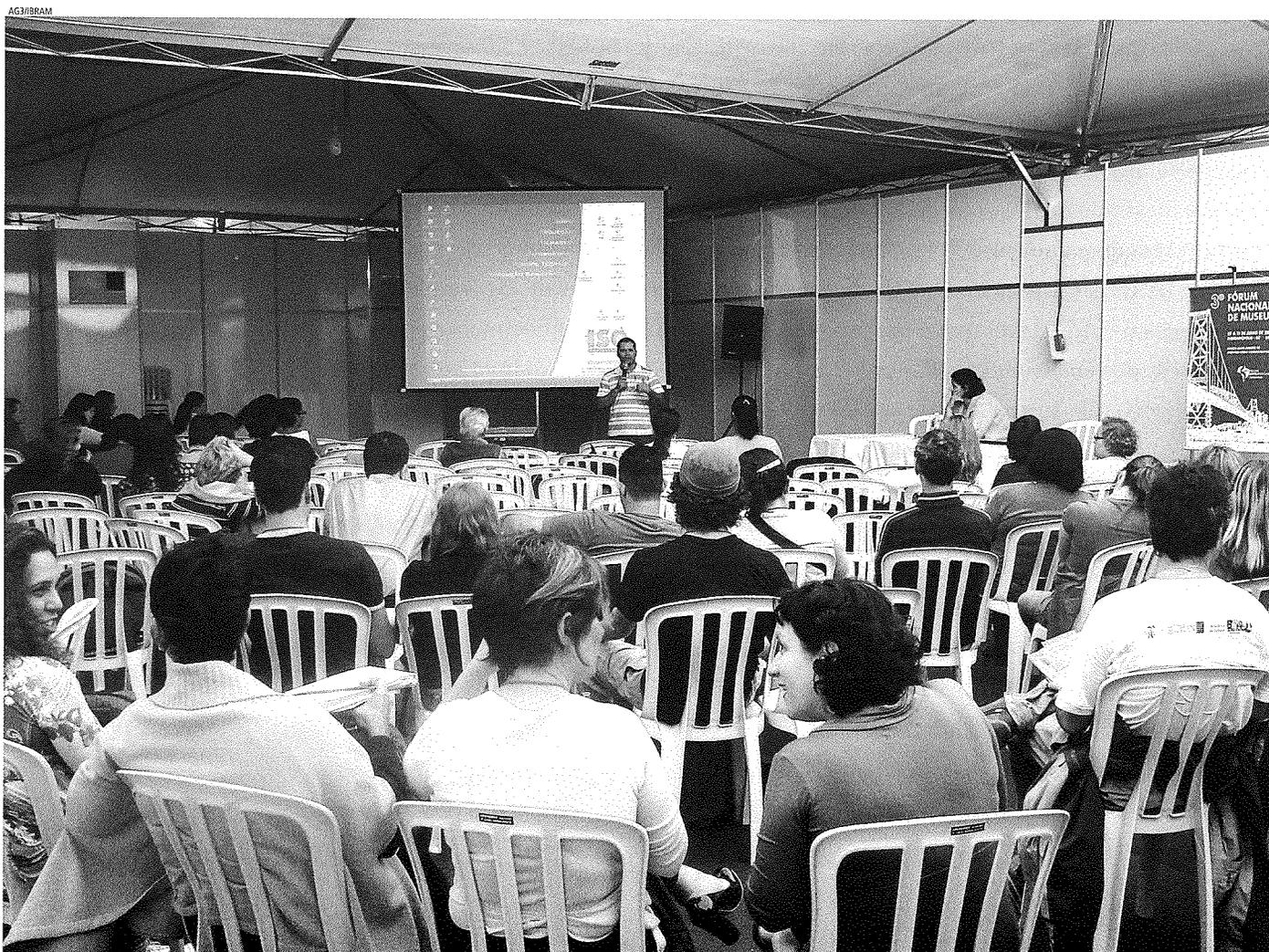
Rossano Lopes Bastos (Arqueólogo do Iphan/Brasil e Professor Erasmus Mundus IPT/UTAD); O museu é municipal, e tem amparo técnico no Instituto Politécnico de Tomar (IPT)/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro(UTAD) Desenvolve diversas atividades de pesquisa e extensão. Notadamente, a mais importante é o mestrado de Arqueologia e Arte Pré-histórica do programa da comissão europeia Erasmus Mundus, que em 2008 foi agraciado com a medalha de ouro como o melhor mestrado da União Europeia. Poderia destacar ainda os programas de experimentação arqueológica e o Andakatu, que é um projeto de extroversão do conhecimento arqueológico, através dos ensinamentos das práticas pré-históricas de lascamento e polimento de pedras, objetivando à produção de artefatos.

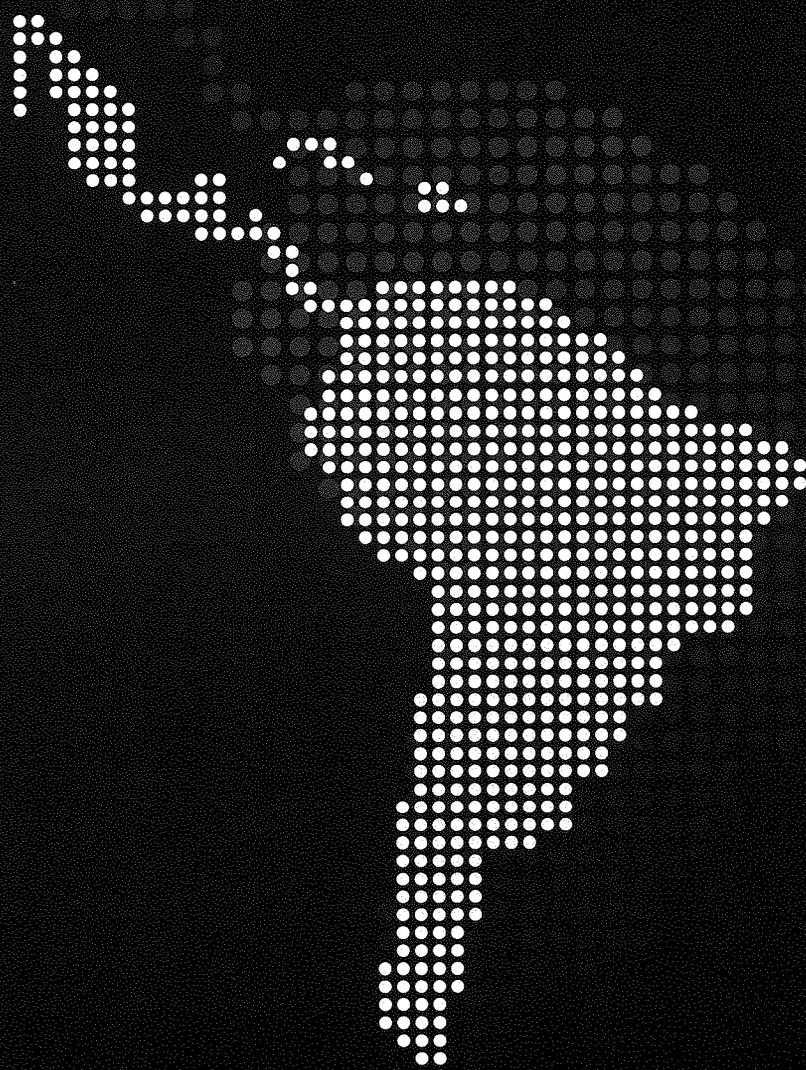
Museus e auto-representação indígena – algumas reflexões

Sandra Martins Farias (UFMG)

Na atualidade os povos indígenas se mostram bastante preocupados em ter maior controle sobre a imagem/representação de si e de sua história e cultura. Sua preocupação está em conhecer e/ou controlar a forma e o processo no qual sua autoimagem é constituída/construída e apresentada aos ocidentais. Como consequência, alguns museus antropológicos – principalmente os canadenses – vêm adotando a política de repatriação de objetos aos seus legítimos proprietários, muitas vezes a partir de demandas dos próprios grupos indígenas.

A presente proposta tem como perspectiva realizar uma reflexão sobre o entrelaçamento entre os museus e a perspectiva de autorrepresentação dos povos indígenas, que hoje é tema recorrente dentro do campo museal e dos movimentos sociais relativos a esta parcela da sociedade. Estas reflexões também incidiram sobre o Museu do Índio, que tem se apresentado como uma instituição cuja ação se inclui na perspectiva da autorrepresentação dos indígenas. Neste sentido, este artigo objetiva apresentar algumas considerações sobre possíveis interações entre museu e antropologia, enquanto áreas que dialogam e interagem, e também abordar a recente atuação de povos indígenas na criação de museus tribais e na organização de sua memória e exposição de sua cultura.





Ibermuseus | Ibermuseos

2º Encontro Ibero-americano de Museus

2º Encontro Ibero-americano de Museus

Florianópolis, 8 a 10 de julho de 2008

Memória da Reunião

Realizou-se na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina – Brasil, entre os dias 8 e 10 de julho de 2008, o 2º Encontro Ibero-americano de Museus, com a presença de representantes de vinte países da região¹, além da Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI), Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Instituto Latino-Americano de Museus (Ilam), Conselho Internacional de Museus (Icom-BR) e Rede Centro-Americana de Museus (RedCamus).

O evento foi promovido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura do Brasil, com apoio da Associação Brasileira de Museologia e com recursos da OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura.

1 Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai.

A agenda do evento figura como Anexo I. A lista de participantes figura como Anexo II.

Os principais pontos discutidos e encaminhamentos estão relatados a seguir.

- Em relação ao estabelecimento de um fundo destinado à implantação do Programa Ibero-museus, o valor mínimo da cota contributiva dos países - inicialmente estabelecido em US\$ 40 mil – foi questionado por alguns países, sendo considerado um valor alto. Foi sugerida a possibilidade de sua revisão (à consideração do Conselho Intergovernamental)
- A respeito da adesão dos países ao Programa Ibero-museus, a grande maioria das delegações presentes manifestou-se favoravelmente à adesão, embora não tenham, ainda, uma posição oficial de seus países, justificados, notadamente, por restrições orçamentárias, indefinições políticas e mudanças nos quadros dirigentes – à exceção do Chile, que declarou que formalizará sua adesão, embora questionando o alto valor da contribuição financeira e sugerindo sua revisão
- Levantou-se a questão da necessidade da construção de indicadores e relevância do

- levantamento de estatísticas oficiais sobre o nível de visitação dos museus, inclusive para fins de obtenção de recursos orçamentários nos respectivos governos. Comentou-se, ainda, sobre a possibilidade de financiamento, por organismos internacionais, de programas direcionados à área museológica, a partir da apresentação de levantamentos estatísticos. Aecid pronunciou-se sobre a possibilidade de aportar recursos para realização de estudos iniciais (construção de indicadores)
- Unesco, representada no segundo dia do evento, defendeu a aproximação de agendas entre aquele organismo internacional e a Rede Ibero-americana de Museus
 - Foi apresentada e discutida a proposta do Portal Ibero-museus e, também, da Rede Ibero-americana de Museus. O portal tem por plataforma um software livre (“zope”) e a alimentação dos dados dar-se-ia de forma descentralizada, a cargo de cada país, possibilitando o compartilhamento de informações. Trata-se de uma ferramenta de trabalho administrada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/Iphan), do Brasil, e disponibilizada a todos os países. A respeito, foi mencionada a possibilidade de ser feito um termo de uso comum do portal
 - A proposta do Portal Ibero-museus foi bem recebida, contudo foi relatada a dificuldade de alguns países no que se refere à alimentação descentralizada dos dados, em função da complexidade no compartilhamento de dados atualizados de comunidades autônomas e províncias distintas. Levantou-se a hipótese de inserir, no portal, links para acesso a dados descentralizados nos países
 - Os representantes da Rede Centro-Americana de Museus – RedCamus (da qual são membros Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) apresentaram as ações desenvolvidas pela entidade e destacaram a possibilidade de integração com Ibero-museus, submetendo essa proposta à consideração das delegações presentes
 - Argentina, Chile, Equador e Peru manifestaram o interesse em aderir à Iniciativa Ibero-museus. Os países da Centro-América solicitaram a adesão em bloco, e o representante da OEI, Sr. Fernando Vicário, esclareceu que tal modalidade de adesão seria considerada como institucional (via RedCamus), não sendo incluída dentre as sete adesões necessárias para que a Iniciativa se firme como programa
 - Brasil, enquanto unidade técnica do Programa Ibero-museus, defende a possibilidade de cotas diferenciadas para adesão ao Programa e pretende levar essa posição à consideração superior (Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo). Espera-se que a decisão pela adesão formal de um maior número de países não se restrinja

a dificuldades orçamentárias e financeiras, diante da possibilidade de cotas diferenciadas

- Pretende-se que o Programa IBERMUSEUS promova ações inclusivas a todos os países ibero-americanos, independentemente da adesão formal
- Acordou-se que o Portal da Rede Iberoamericana de Museus deve ficar pronto até setembro de 2008, a fim de ser lançado durante a Cúpula Iberoamericana de Chefes de Estado, que se realizará no mês de outubro
- Acordou-se que o a Rede Ibero-americana de Museus se reunirá anualmente e que Conselho Intergovernamental da Iniciativa IBERMUSEUS irá reunir-se a cada semestre, sendo uma das reuniões concomitantes ao Encontro da Rede
- O Chile apresentou proposta de realização do 3º Encontro Ibero-americano de Museus, em 2009, o que foi aprovado pelos presentes.
- Discutiu-se sobre a sede do 4º Encontro. Há convergência de opiniões no sentido de que este se realize na Espanha, pela capacidade de impulsionar maior visibilidade política ao Encontro (Espanha estará na Presidência da União Europeia). Há, também, a disposição da Colômbia em sediar o evento. Todavia, não houve definições e aguarda-se a consulta aos países
- Discutiu-se, igualmente, sobre a realização da Conferência Ibero-americana de Museus em 2009, não havendo, ainda, definições a

respeito da sede da mesma (que poderia coincidir com o 4º Encontro).

- Alguns países (Argentina, Bolívia, Chile, Espanha, Guatemala, Honduras e Uruguai) fizeram um relato das ações e projetos desenvolvidos em seus respectivos países na área museológica
- O Diretor-Presidente do Icom-BR comentou sobre a candidatura do Brasil para sediar a Conferência Internacional do Icom (Conselho Internacional de Museus) em 2013 e solicitou apoio dos países ibero-americanos, presentes neste 2º Encontro, à candidatura brasileira
- Foi apresentado, pelo Brasil, o Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), sendo convidados os países ibero-americanos a participarem das experiências de coleta de dados realizadas pelo OMCC, além do compartilhamento de informações, metodologias, análises e reflexões
- No próximo encontro do Centro Internacional para a Conservação e Restauração (Icrom) de bens culturais, em Cartagena de Índias, está prevista a proposição de criação de uma rede de profissionais que trabalham com tecnologias de conservação apropriadas à região. Espera-se a aproximação desta rede de profissionais à Rede Ibero-americana de Museus. A propósito, Espanha terá contribuição em relação a esse tema para levar a reunião do Icrom.

– OEI solicita que os países ibero-americanos enviem à Segib – Secretaria Geral Ibero-americana as cartas de adesão ao Ibermuseus antes do dia 30 de julho de 2008, para que as mesmas cheguem no prazo estabelecido (10

de agosto). Uma vez que a Segib receba a adesão de, no mínimo, sete países, Ibermuseus deixa de ser iniciativa e torna-se programa. E, então, leva-se à Cúpula de Chefes de Estado para ratificação.

AG3/IBRAM



Agenda do Ibermuseus

08/07 – quarta-feira

14h – Abertura

14h15 – Mesa

Mesa: **O papel da Cooperação Ibero-americana**

Fernando Vicário (OEI), Ramiro Osório (SEGIB) e Antonio Nicolau (AECID)

15h – Debate e encaminhamentos sobre:

- **Ano Ibero-americano de Museus**
- **Consolidação do Programa Ibermuseus**

17h – Término

09/07 – quinta-feira

14h – Debate e encaminhamentos sobre:

- **Rede Ibero-americana de Museus e suas funções**
- **Conferência Ibero-americana de Museus 2009**

17h – Término

10/07 – sexta-feira

15h – Debate e encaminhamentos sobre:

- **A inserção dos Museus na Cooperação Ibero-americana**
- **Outros temas de interesse**

17h – Encerramento

Pauta por tema

Ano Ibero-americano de Museus:

- **Relato do andamento das atividades nos países**
- **Seminário: Observatório dos Museus Ibero-americanos**
- **Seminário de Museus Nacionais: Museu, Memória e Nação**

A inserção dos Museus na Cooperação Ibero-americana

- **Ano Ibero-americano da Juventude**
- **Visibilidade da cooperação ibero-americana**

Consolidação do Programa Ibero-museus:

- **Formação e Capacitação em Museologia**
- **Mapeamento dos museus ibero-americanos**
- **Criação do Portal Ibero-museus**
- **Rede de Conservação**



Lista de Participantes

PARTICIPANTES DO 2º ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS		
País	Representante	Cargo / Instituição
Andorra	Xavier Llovera	Chefe da Área de Museus e Monumentos do Departamento de Patrimônio Cultural
Argentina	Marta Germani	Diretora do Museu Nacional Sarmiento
Bolívia	David Aruquipa Perez	Diretor Geral de Patrimônio Cultural
Brasil	José do Nascimento Junior	Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais - DEMU/Iphan
	Eneida Braga	Gerente de Articulação e Fomento do DEMU/Iphan
	Mário Chagas	Coordenador Técnico do DEMU/Iphan
	Claudia Storino	Técnica do DEMU/Iphan
	Rose Miranda	Técnica do DEMU/Iphan
	Joana Regattieri	Técnica do DEMU/Iphan
	Ana Maria Mesquita	Técnica do DEMU/Iphan
	Adriana Rozinholi	Técnica do DEMU/Iphan
	Ana Paula Freire	Assistente do DEMU/Iphan
	Kenia G. Sabino	Assistente do DEMU/Iphan
	Marcelo Coutinho	Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil - MinC
	Luciana Sepúlveda	Observatório de Museus - Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz
Chile	Alan Trampe	Subdiretor Nacional de Museus - DIBAM
Colombia	Ana María Cortés	Coordenadora do Programa Rede Nacional de Museus
Costa Rica	María del Rocío Fernández	Diretora do Museu Nacional da Costa Rica
Cuba	Lourdes Carbonell Hidalgo	Diretora do Centro Provincial de Patrimonio Cultural da Província de Granma
El Salvador	Héctor Ismael Sermeño	Diretor Nacional de Patrimonio Cultural
Equador	Ramiro Noriega	Vice Ministro da Cultura do Equador
Espanha	Ana Azor Lacasta	Conselheira Técnica da Subdiretoria Geral de Museus Estatais - SGME
	Fernando Sáez Lara	Diretor do Museu Nacional de Artes Decorativas / SGME
Guatemala	Brenda Porras	Subdiretora de Museus e Centros Culturais

Honduras	Martha Patricia Cardona Vivas	Subgerente de Relações Regionais do Instituto Hondurenho de Antropologia e História - IHAH
Nicarágua	Edgard Espinoza	Diretor do Museu Nacional da Nicarágua
Panamá	Marcelina Godoy	Subdiretora Nacional de Patrimônio Histórico
Paraguai	Yany Oliveira y Silva	Diretora do Museu Casa da Independência
Peru	Margarita Ginocchio	Subdiretora do Museo da Nação
Portugal	Manuel Bairrão Oleiro	Diretor do Instituto dos Museus e da Conservação
	Rita Neves	Deputada da Assembleia da República de Portugal
República Dominicana	Luisa De Peña	Diretora Geral de Museus
Uruguai	Alejandro Giménez	Coordenador de Museus
	Fernando Gonzalez	Assessor econômico da Coordenação de Museus

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO 2º ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS

Instituição / País	Representante	Cargo
Secretaria Geral Ibero-americana - SEGIB (Espanha)	Ramiro Osório	Diretor de cultura
Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID (Espanha)	Antônio Nicolau	Diretor Geral
Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (Espanha)	Fernando Vicário	Coordenador da área cultural
Escritório Regional da OEI em Brasília (Brasil)	Ivana de Siqueira	Diretora

Escritório Regional da OEI em Brasília (Brasil)	Telma Teixeira Silva	Gerente de projetos da OEI no Brasil
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco (Brasil)	Jurema Machado	Gerente de cultura
Instituto Latino-americano de Museus	Georgina De Carli	Diretora
Rede Centro-americana de Museus - RedCamus (El Salvador)	Sandra Alarcón	Coordenadora geral
Rede Centro-americana de Museus - RedCamus (Costa Rica)	Francisco Corrales	Representante da RedCamus na Costa Rica

OBSERVADORES PARTICIPANTES DO 2º ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE MUSEUS		
País	Observador	Cargo / Instituição
Brasil	Sonia Guarita do Amaral	Ceca/Icom
	Denise Studart	Museu da Vida / FioCruz
	Rui Mourão	Diretor do Museu da Inconfidência
	Martha Mouterde	Direção de Relações Internacionais do Ministério da Cultura - DRI / MinC
Espanha	Silvia Villar Valverde	Coordenadora do Plano de Ação da Carta Cultural Ibero-americana
México	Mtro. Carlos Lara	Asesor del PAN en la Comisión de Cultura del Congreso de la Unión
	Carlos Javier Villaseñor Anaya	Consultor de instituições culturais
Uruguai	Eduardo Rablino	Coordenador do Museu do Carnaval
	Luis Alvez	Coordenador Museu del Transporte

Encontro Icom



Pauta sugerida para a Assembleia Geral ordinária do Icom-BR em 8 de julho de 2008, Florianópolis (SC)

Itens

1. Aprovação da pauta (itens a serem sugeridos para inclusão na pauta devem ser enviados ao email do Icom-BR até o dia 4 de julho de 2008)
2. Relatório de atividades do Icom-BR desde a Assembleia de Recife, em maio de 2007 (Carlos Roberto F. Brandão)
3. Relatório do I Seminário Icom-BR/Vitae (Adriana Mortara Almeida)
4. Relatório da situação dos membros em junho de 2008 (Denise Grinspum)
5. Relatório financeiro do Icom-BR desde a Assembleia de Recife, em maio de 2007 (Maria Ignez Mantovani Franco)
6. Eleição de três membros titulares e três membros suplentes do Conselho Fiscal
7. Programa anual do comitê para o próximo período (encontros MPR, Icoman, ICTOP/NatHist)
8. Plano estratégico do Icom, do Icom-LAC e Icom-BR para 2008-2010
9. Versão lusófona do Código de Ética
10. Proposta do Icom-BR da cidade do Rio de Janeiro para sede da Conferência trienal do Icom em 2013 e convênio com DEMU/Iphan/MinC
11. Outros assuntos
12. Além dos sócios individuais quites com a anuidade de 2008, poderão votar um representante legal de cada membro institucional. De acordo com o regimento do Icom-BR para assembleias gerais, membros impossibilitados de participar na assembleia podem fazer-se representar por procuração que assegure ao representante todos os direitos do representado, incluindo o de voto. Cada membro poderá receber apenas uma procuração. Membros honorários têm direito a voz, mas não a voto

Carlos Roberto F. Brandão
Presidente Icom-BR (2006-2009)
(<http://www.icom.org.br>)
fone/fax: 55-11-22732086
Museu de Zoologia da USP
(<http://www.mz.usp.br>)
Av. Nazaré 481
São Paulo SP, Brasil 04263-000
fone: 55-11-61658138, 61600222
crfbrand@usp.br

Participação do Icom-BR no 3ª Fórum Nacional de Museus e próximas conferências no Brasil

Caros membros do Icom-BR

Venho relatar brevemente a participação do Comitê Brasileiro do Icom no 3º Fórum Nacional de Museus, em Florianópolis, na semana passada.

Por convite do Diretor do DEMU, José do Nascimento Jr., participei, em nome da presidente do Icom, Alissandra Cummins, e do Icom-BR da mesa de abertura, quando pude apresentar o vídeo da candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede da Conferência do Icom de 2013, além de relatar nossas principais realizações e metas.

No dia 8, pela manhã, realizamos nossa Assembleia Geral, que contou com a participação de 52 colegas, sendo 37 membros do Icom-BR quites com a anuidade de 2008 (mais um por procuração de Fernanda C. Moro a C. R. F. Brandão). A assembleia foi assistida por 18 colegas não sócios do Icom, sem direito, portanto, a voz e voto.

Aprovamos as atas da assembleia de 2007 (Recife) e as contas do período (auditadas por contadoria e aprovadas pelo conselho fiscal).

Apresentamos relato de atividades no período e metas para o próximo ano, quadros relatando o número de membros por estado, por região do país e por comitê internacional, demonstrando a situação positiva do comitê que viu o número de membros sofrer forte crescimento no período. Relatamos ainda os principais pontos do Seminário e Workshop sobre Segurança em Museus, realizado em BH, com o decisivo apoio do Fundo Icom-BR/Vitae. Discutimos também a proposta do novo código de ética lusófono, para o qual a assembleia decidiu designar o conselho consultivo como instância de referendo e decisão final.

Discutimos a necessidade de modificar o estatuto do Icom-BR para adequá-lo ao atual Código Civil Brasileiro.

Reelegemos os membros titulares e suplentes do conselho fiscal do Icom-BR para mais um período de um ano.

Durante todo o fórum, mantivemos estande na praça principal do evento.

Recebemos 15 novas inscrições e inúmeros



AG3/BRAM

Atividades no período 2007-2008 - II

- janeiro 2008. Organização de comemoração 60 anos ICOM-BR, MNBA, RJ.
- março 2008. Participação na abertura de reunião ICOPOM LAN, RJ.
- março 2008. Participação em reunião sobre Segurança em Museus, MAC, SP.
- março 2008. Participação em reunião na Academia de Política do Estado de SP.
- abril 2008. Participação no Peer-Jury - ICOM Paris.
- abril 2008. Palestra sobre missão, metas e ações do ICOM-BR no MAC, SP.

O IV Fórum será realizado na cidade de Belém do Pará.

O presidente do Icom-BR participou também do II Ibermuseum, quando testemunhou os avanços significativos no panorama museológico dos países da Ibero-América, derivados da organização do Ibermuseum, que se reunirá, na próxima vez, em Santiago do Chile.

Por fim, gostaria de lembrar aos nossos colegas do Icom-BR que, ainda em 2008, temos duas importantes conferências internacionais do Icom no Brasil: a do Icoman, na cidade do Rio de Janeiro, entre 25 e 29 de agosto (icomamrio2008@dphem.mar.mil.br), e a do MPR, entre 2 e 7 de novembro, em Paraty (<http://museumsnet.no/icommpr/html-files/conference-info.htm>).

pedidos de esclarecimentos sobre o processo e exigências para filiação. Para os novos filiados, distribuímos cópias da versão impressa do código de ética em português e cadernos de notas gentilmente doados ao Icom-BR pela Expomus por ocasião da festa dos 60 anos do Icom-BR.

[html-files/conference-info.htm](http://museumsnet.no/icommpr/html-files/conference-info.htm)).

Agradecemos a significativa participação de nossos membros da Assembleia Geral de 2008.

Abraços

Carlos Roberto F. Brandão

**III Encontro dos professores
universitários do
campo da Museologia**



Durante o 1º Fórum Nacional de Museus – realizado em 2004, em Salvador, por iniciativa do professor Mário Chagas (na época coordenador técnico do DEMU/Iphan) – houve o I Encontro de Professores Universitários do Campo da Museologia.

No 2º Fórum (2006), sediado em Ouro Preto, a iniciativa foi amadurecida e, sob a coordenação do professor Cícero Antônio de Almeida Fonseca, ocorreu o II Encontro. Essas duas

reuniões estão registradas nos relatórios dos citados Fóruns.

Ao longo do 3º Fórum Nacional de Museus, o professor Mário voltou a articular um encontro de professores. Dessa vez mais abrangente, graças ao crescimento do número de docentes em Museologia com a criação de novos cursos de graduação. Os resultados desse terceiro encontro estão registrados a seguir.



Florianópolis (SC), 7 e 8 de julho de 2008

Os professores universitários do campo da Museologia, reunidos no Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, durante o 3º Fórum Nacional de Museus (7 a 8 de julho de 2008), aprovaram a discussão dos seguintes pontos de pauta: apresentação dos cursos, Rede de Professores de Museologia: criação e linhas de atuação, pesquisa e intercâmbio entre cursos, diretrizes curriculares nacionais e elaboração de documento final. Inicialmente, foi feita a apresentação de cada professor, destacando sua formação acadêmica. Em seguida, os representantes dos cursos de Museologia passaram a rápida apresentação de cada curso, na seguinte ordem: cursos de mestrado e doutorado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Portugal), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e sua disposição de abertura de uma graduação em 2009, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Reinwardt Academy da Holanda e seu curso de mestrado e graduação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal

de Goiás (UFG) e a perspectiva de abertura de um curso de graduação em 2010 e, finalmente, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e seu programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Complementarmente, apresentaram-se, no dia 8 de julho, os cursos de graduação de Universidade Federal de Sergipe (UFS), Centro Universitário Barriga Verde (Unibave) e o curso de especialização da Universidade de São Paulo (USP) e a possibilidade de estabelecimento de um curso de graduação. Todos os representantes se comprometeram a responder um questionário a ser enviado pela coordenação contendo o seguinte roteiro básico, com as principais informações e características: data de criação e funcionamento, corpo docente, projeto pedagógico, instalações, museus e laboratórios, diferenciais e dificuldades enfrentadas. Posteriormente, definiu-se pela criação da Rede de Professores de Museologia, escolhendo-se como coordenadores executivos os professores Ana Cristina Audebert (UFRB) e Gilson Antônio Nunes (UFOP), que articularão professores principalmente por meio eletrônico via internet. Dentre as linhas de atuação da Rede de Professores, além da integração e articulação destes profissionais, serão objetivos a discussão e o estabelecimento de um currículo

mínimo orientador para os cursos de graduação, bem como definição das áreas conceituais da Museologia. Sobre este ponto, os professores Marcelo Cunha (UFBA) e Yara Mattos (UFOP) se prontificaram a desenvolver um texto básico para a apreciação dos membros da rede até o final de 2008. Relativamente ao intercâmbio entre cursos de Museologia, particularmente aproveitando os recursos provenientes do Programa de Mobilidade Acadêmica do Ministério da Educação. Visando ao estudo de uma proposta integradora para os cursos brasileiros, os professores Ney Clara de Lima, Marco Lasarim e Maria Luiza, todos da

UFG, procurarão obter maiores informações junto à Pró-reitoria de Graduação daquela instituição e informar os demais colegas da rede. Relativamente ao estabelecimento de pesquisas em conjunto, cada professor apresentou sucintamente suas ações nesta área, definindo-se pelo envio de breve relato de tais atividades à coordenação da rede para disponibilização aos demais membros. Por proposta do professor Marcelo Cunha (UFBA), foi aprovada a realização de um encontro de professores universitários do campo da Museologia, em Salvador, durante comemorações dos 40 anos do curso de Museologia daquela universi-

dade, em 2009. Acatando-se proposta do professor Gilson Nunes (UFOP), manteve-se a proposição da realização de um novo encontro de professores no 4º Fórum Nacional de Museus, em 2010, encaminhando-se ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a solicitação de que seja reservado um dia para a realização deste encontro, anterior ao início do fórum a fim de se evitar a superposição de programações. Assim sendo e por estarem de acordo com esta ata, assinam os presentes.

AG3/BRAM



III Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia



Resumos expandidos apresentados no III Enemu

Representantes da Rede de Estudantes de Museologia (Gestão 2006-2008):

Maíra Dias (UniRio), Morgana Eneile (UniRio)

Comissão Científica do III ENEMU: Ana Carolina Gelmini de Faria (UniRio), Antônio (UFS), Bruno (UniRio), Diego Bonfim Dias (UFBR), Marcelo de Souza (UniRio), Marco Antônio Ballester (Unibave)

Educação pelas artes nas ações afirmativas. Um estudo de caso na escola parque e a auto-estima negra

Mariana Santos Souza (graduanda Museologia/UFBA); Silvia Regina Santana da Silva (graduanda Museologia/UFBA)

Orientadores: Graça Teixeira e Marcelo Cunha (UFBA)

PALAVRAS-CHAVE: arte-educação, auto-estima negra, Ação Cultural e Educativa dos Museus.

Os museus estão parados. Esta repetida afirmativa vem sendo acrescentada às já conhecidas que os museus são chatos e que só têm coisa velha. Estas assertivas têm sido a base de discussões e produções literárias que tentam modificar este panorama de total desamparo e imutabilidade dos museus brasileiros. Os critérios mais utilizados e justificados para

este aparente processo de deterioração e congelamento dos espaços culturais entram em embate com a falta de investimento financeiro para aparelhagem técnica adequada, a longa permanência de exposições sem renovação do acervo, as barreiras burocráticas administrativas, a pouca ou inexistente divulgação para públicos diversos, uma vez que os principais veículos de distribuição são as revistas restritas aos circuitos culturais – enfim, uma série de fatores que coíbem o bom funcionamento dos espaços museais. No entanto, é próprio inserir neste contexto que um dos principais problemas para a dinâmica cultural dos museus são os modelos antigos de centralização e afastamento destas casas do saber dos espaços públicos e do visitante. Em muitos casos é de desconhecimento geral a existência de espaços tão diversificados, com núcleos de referências documentais e de lazer que transcendem o simples espaço de salvaguarda de objetos culturais. O usufruto de muitos ambientes museais

é direcionado para eventos comemorativos de datas importantes do espaço, retóricas acadêmicas de difusão e implementação científicas e práticas tecnológicas de acondicionamento do acervo, entre outras especificidades. Porém, onde é inserida e demonstrada a importância do público visitante na dinâmica própria destes espaços? Quando estão sendo representados ou eticamente cogitados os interesses particulares desta comunidade mais significativa pela coletividade estudantil? Certamente, estão em espaços que de forma criativa mediam a utilização e o consumo do mercado do conhecimento e lazer sem restringi-los apenas à visita passiva e condicionada. É preciso saber como podem ser articulados o grau de interesse da sociedade nestes espaços de representatividade histórica, artística e cultural.

Assim, aplicamos atividade de ação comunicativa pensando em catalisar a temática da educação pela arte na fomentação da cidadania e da auto-estima negra. Esta atividade terá como análise de caso a Escola Parque, no sentido de estreitamento das relações entre a Museologia e as instituições educacionais e culturais para uma tentativa de entendimento na participação das mesmas com a comunidade do seu entorno. Para o efetivo da ação utilizaremos, a partir da exposição “Salvador Negro”, abordagens identitárias e referenciais do patrimônio negro coadunadas com a realidade do

aluno e/ou comunidade da Caixa D’Água (Salvador) e adjacências, para a sensibilização da conscientização na autoestima e valorização da cultura negra. Assim, com a reestruturação da exposição, construiremos estágios processuais para expor e demonstrar como três importantes instituições da negritude baiana utilizaram ferramentas culturais para a busca da cidadania e do reconhecimento de sua importância na estrutura política, econômica e social dos contextos vivenciados. Neste sentido, apresentaremos a ação social da Sociedade Protetora dos Desvalidos, rememorando a atuação da irmandade para a libertação dos escravos; a musicalidade do Bloco Afro Ilê Aiyê, que com suas poesias musicais valoriza a herança cultura africana; e o Bando de Teatro Olodum, que, através da crítica social, procura trazer à reflexão as desigualdades raciais recorrentes na sociedade brasileira.

Assim, estabelecemos paralelos entre a realidade vivenciada no centro educacional com a capacitação profissional da escola integral e a prática de políticas afirmativas utilizadas pelas instituições citadas. É de importância destacar que esta iniciativa suscitou a importância da utilização da arte e da educação como ferramentas para a cidadania comprovada pelas produções dos alunos da Escola Parque.

E-mail: marizinhasouza@yahoo.com.br

Estudos preliminares de como visitas mediadas em museus auxiliam no aprimoramento do conteúdo expositivo e em uma maior identificação do público com a exposição

Ana Carolina Maciel Vieira (graduanda Museologia/UniRio)

PALAVRAS-CHAVE: educação não formal, visitas mediadas, exposição de ciências.

Fundamentada nos grandes educadores modernos como Piaget e Paulo Freire, a educação contemporânea consiste na relação entre o que é ensinado na sala de aula com o dia a dia do aluno, aproveitando-se das experiências de vida e particularidades onde o conhecimento transdisciplinar pode ser abordado de maneira aberta, de forma que o entender defronta-se com o decorar. Consequentemente, os processos de aprendizagem não são apenas intelectivos, mas também psicológicos, afetivos, emocionais, socioculturais e interacionais. Entendendo os museus como espaços não formais de educação, acredita-se que possuam mecanismos próprios que se distinguem do ensino formal, em que a mediação seria um desses processos. O presente trabalho partiu de uma análise preliminar das visitas mediadas da exposição temporária “Darwin – O homem e a teoria revolucionária

que mudou o mundo”, realizada pelo Instituto Sangari Brasil, entre 23 de janeiro e 13 de abril de 2008, no Museu Histórico Nacional. Pretendemos avaliar os resultados qualitativos com relação à melhor compreensão do conteúdo expositivo. Visitas mediadas tratam-se do acompanhamento do professor e sua turma, pelos mediadores capacitados, às exposições, onde os alunos podem levantar questões e discuti-las com o professor e os mediadores de forma dinâmica e descontraída. Além de ser uma exposição de divulgação científica, ou seja, com o propósito de familiarizar o público leigo com as linguagens (textos, filmes e objetos) do mundo das ciências, a escolha pela exposição “Darwin” no Rio foi também pelo fato de possuir, no seu grupo de mediadores, profissionais de áreas distintas, como biólogos, museólogos, historiadores, arte educadores, turismólogos e outros. Mostrando, com isso, uma preocupação em passar para os visitantes conhecimentos interdisciplinares que os possibilitem manter-se ao alcance dos movimentos da sociedade, cada visita é uma nova experiência, nenhuma é igual à outra. No final de cada visita, as escolas adquirem material educativo sobre a exposição, indicativos do comprometimento pedagógico além-exposição, negando, assim, a fixação do conteúdo apresentado pelo repetição exaustiva (“decoreba”), substituída pela experiência vivida (interação). A exposição

apresentou números recordes de visitação, com as visitas escolares formando a maioria do seu público (se não o público alvo), sendo, portanto um fator positivo com relação ao seu propósito de divulgação da ciência. Apesar de muito atraente e curiosa (com recursos tecnológicos e animais vivos), típico de exposições *blockbusters*, a intenção do evento foi levar informação, e não somente divertimento. As visitas tinham a duração de uma hora para não congestionar o fluxo de visitantes (em alguns casos, esse limite de horário foi um fator negativo). Ao longo do trabalho, serão realizados novos estudos em outras exposições nos museus do Rio de Janeiro para definir o papel e a importância das visitas mediadas. Vivemos na chamada era da informação, com novos paradigmas que corroboram a supervalorização da imagem e do efêmero e a rápida circulação tanto do capital quanto do público. Assim, para os jovens, as visitas aos museus, em alguns casos, se tornam monótonas e cansativas. As visitas mediadas são uma boa ferramenta para reverter esse quadro negativo. Fica uma questão no ar: prevalece a superficialidade e o esvaziamento de conteúdos a partir de narrativas fragmentárias, ou um trabalho conjunto e continuado entre museu e escola para formação de indivíduos críticos de forma integral?

E-mail: anacarol.maciell@bol.com.br

Atenção a cachoeira

Marla Michelle Nascimento Portela do Prado (graduanda Museologia/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Palavras-chave: re-significação, memória e identidade.

A iniciativa deste projeto surge da experiência pessoal e do convívio com as pessoas da cidade de Cachoeira (BA), para o qual este projeto está direcionado. Cachoeira é tombada como patrimônio histórico e é palco de questões que preocupam não apenas teóricos da Museologia, como também comunidades que vivem em cidades tombadas. Como, por exemplo, a questão da globalização e as identidades regionais e globais, convivendo também com problemas estruturais, de ordem política, social, econômica, cultural etc.

Como todo artefato humano, os edifícios tombados também estão sujeitos a mudanças de significados, principalmente enquanto ainda estão em uso. Logo, o trabalho museológico na cidade deve levar em consideração este fato. A preocupação com a preservação, neste caso, inevitavelmente passa pela questão da educação patrimonial e as formas de viabilizá-la. Neste trabalho, parte-se do princípio de que a conservação serve a uma função social que é possibilitada também pela pesquisa e comunicação do acervo.

Neste projeto, buscaremos, através da história oral, utilizando-se o método de pesquisa da Antropologia (a observação participante), compreender aspectos da memória das comunidades cachoeiranas. Não temos aqui a pretensão de fazer uma reconstrução da história dos moradores ou de mapear séculos de história. A idéia é formar um banco de dados em História oral e um registro de fontes primárias para pesquisa museológica e historiográfica.

Além da observação participante em comunidades de Cachoeira, em festas e demais eventos da manifestação cultural da cidade, e posterior registro (sonoro, escrito, fotográfico e audiovisual), serão utilizados outros métodos de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica e em fontes primárias (busca por documentos originais), imprescindível ao embasamento da documentação museológica.

Compreendemos a organização e a pesquisa na documentação do acervo da cidade histórica como necessárias para a pesquisa museológica. Sendo a memória elemento constitutivo de identidades, o estudo de sua dinâmica e o entendimento de seus signos permite melhor representar as identidades e seu contemporâneo patrimônio material e imaterial. O que resulta para a comunicação museológica em uma abordagem não apenas cronológica do acervo, viabilizando também projetos

em educação patrimonial, com a maior participação dos donos da memória, que encontram maior identificação com o patrimônio tombado quando este representa a sociedade do presente.

Este projeto terá a duração de um ano e abrangerá comunidades da cidade de Cachoeira em sua área urbana, onde também há uma grande circulação de membros da zona rural. Ele será executado por uma equipe multidisciplinar de discentes que participaram de formação teórica para atuação na pesquisa. A avaliação do projeto se dará por meio da monitoria, durante todo o período de sua aplicação.

O projeto prevê como produtos a criação de um banco de dados (documentação em registro escrito, gravação de relatos orais, fotografias e filmagens), a organização de uma exposição a partir da documentação e a produção de um documentário. Além de material de pesquisa para uso da Museologia e da Historiografia, os produtos deste projeto serão as ferramentas de retorno deste trabalho para as comunidades.

E-mail: portelasdoprado@hotmail.com

Imagens do museu: percepções transformadoras dos estudantes da 5ª a 8ª série.

Newton Fabiano Soares, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Carolina Maciel Vieira, Ana Carolina Paulo, Ana Luiza Amaral, Lucas Lopes, Paula Nunes Costa (graduandos/UniRio)

Orientador: Mário Chagas (DEMU/Iphan), Denise Coelho Studart (Fiocruz)

Palavras-chave: Museologia, pesquisa de público, estudos de recepção.

Conhecer as percepções do público sobre os museus é um importante passo para compreender quais são seus imaginários sociais e, a partir destas, criar de estratégias de aproximação dessas instituições com seus públicos reais e potenciais.

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa “Imagens do museu: um levantamento entre estudantes de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental”, projeto que tem por intenção colaborar para uma melhor compreensão do público sobre as instituições museais, uma reflexão pouco explorada no campo da Museologia brasileira.

A pesquisa foi realizada em quatro escolas - três municipais e uma particular – nos bairros de

Botafogo, Pilares, Santa Cruz e Urca, todos no município do Rio de Janeiro, e incluiu a faixa etária entre 10 e 18 anos. A investigação consistiu de um formulário com as seguintes perguntas: *Como você vê o museu?* e *Você já foi ao museu?*. Dos 221 jovens que preencheram o questionário distribuído pelos pesquisadores, 113 estudantes expressaram suas visões sobre os museus por meio de textos e 108 por meio de desenhos.

O material coletado mostrou-se muito rico e revelou visões surpreendentes dos adolescentes em relação às instituições museais. A partir das análises dos textos dos adolescentes, foram levantadas 17 categorias de percepções diferenciadas: positivas, negativas, híbridas, museu como casa/arquitetura, museu como coleção de objetos, museu como local de História, museu como espaço educativo, museu como patrimônio, museu turismo/diversão, museu como ponte entre gerações, museu que “faz parte da minha vida” e que “não faz parte”, museu simbólico/mágico, museu inacessível, museu e família, museu e mídia, e citação de instituições diversas. Em relação aos desenhos percebem-se imagens com presença humana, reconhecimento de museu ou obra, representação de objetos, imagens ligadas ao simbólico (como transporte no tempo), museu com fachada aberta ou fechada – muitas ligadas a imagens de fortificações/castelos, templos/igrejas, edifícios/casas. Numa imagem interna,

evidenciações como circuito, elementos de proteção dos objetos e recursos expositivos.

No total, 22% dos participantes responderam nunca terem visitado um museu, levando-nos, através de suas percepções, a uma importante reflexão museológica: dentre estes, 74% das redações revelam uma imagem positiva em relação aos museus, sendo que nenhum dos estudantes apresentou uma visão negativa. Relatos demonstram o museu como instrumento de aprendizado e de transformação pessoal; ou seja, um mediador da cultura.

Os resultados mostram que, na percepção dos estudantes, o museu é um instrumento fundamental para a sociedade. Alguns adolescentes citaram o desejo de que essas instituições sejam duradouras, permanentes, para que possam vivenciá-las no futuro com seus filhos e netos, e demonstraram perceber a essência do trabalho museológico: salvaguardar o conhecimento produzido pelo homem, ser comunicador de sua trajetória cultural e um meio de expressão e reflexão sobre a atividade humana.

Conhecer as percepções do público sobre os museus é um importante passo para compreender quais são seus imaginários sociais e, a partir destes, atuar como um agente transformador. Cabe aos profissionais da área adotar meios de aproximação e espaços estimulantes

intelectualmente e afetivamente para diferentes grupos, pois pela pesquisa observa-se que existem públicos que não só esperam, mas acreditam que o museu tem o potencial de contribuir para uma transformação interna que oriente comportamentos em prol da sociedade e do meio.

E-mail: newton_fabiano@yahoo.com.br

Águas de março. Memórias , aprendizados e perspectivas museológicas

Maurício Rafael, Ricardo Alberton Fernandes (graduandos Unibave)

Palavras-chave: exposição, aprendizado, identidade.

O intuito desta comunicação, é apresentar os aprendizados desenvolvidos através do planejamento e da montagem de uma exposição museológica. A exposição “Águas de março – Um olhar museológico sobre a enchente de 1974 em Orleans” foi uma iniciativa dos acadêmicos do curso de Museologia do Centro Universitário Barriça Verde (Unibave, Orleans/SC) que, na época (maio/2007), estavam na 3ª fase do curso. Foi uma oportunidade especial para diálogo dos alunos com a sociedade, numa atividade de extensão integradora de conhecimentos e experiências entre todos os envolvidos no projeto,

possibilitando a participação ampla de diferentes públicos. Com o título “Águas de março”, a exposição faz referência à composição de Antônio Carlos Jobim, expoente da música brasileira, e à trágica enchente ocorrida em março de 1974, contrapondo o lirismo ao desolador acontecimento. A água foi abordada no tema como força avassaladora que, muitas vezes acarreta sérias tragédias e em como algumas sociedades reagem a estes acontecimentos, a partir de um recorte fotográfico da cheia do Rio Tubarão na cidade de Orleans. Na forma em que foi planejada a exposição, o visitante pôde conhecer (ou lembrar) etapas da enchente, registrada em fotografias recolhidas de arquivos pessoais e expostas nas diferentes unidades do Centro Universitário Barriga Verde. Ou seja, desde o auge da cheia do rio, passando pelo período de inundação e os dias posteriores à calamidade. Assim, através da exposição, proporcionamos ao público um olhar mais apurado e abrangente sobre este elemento tão essencial para a vida, e que pode transformar repentinamente o cotidiano de uma população. Além disso, ao pôr em prática o que foi aprendido em sala de aula, democratizamos nosso aprendizado, trazendo a um público de diferentes faixas etárias, socioeconômicas e culturais, uma exposição fotográfica inovadora, como uma forma de contribuir com a sociedade na reflexão sobre sua identidade.

E-mail: ricardoalbertonsc@terra.com.br

Museu do Nada

Ana Luiza Castro do Amaral, Leonardo Perdigão Leite, Luciana Lacombe Magoulas, Luiza de Andrade Figueira Rache, Paula Nunes Costa (graduandos UniRio)

Orientador: Mário Chagas (UniRio)

Palavras-chave: museu, sociedade, experiência

O museu é um espelho da sociedade e, como todo espelho, reflete o que queremos enxergar a partir de nossas percepções. Sendo assim, dentre inúmeras funções, é tido como uma instituição que promove a integração social e seu desenvolvimento. Pensando em um museu que seja acessível para todos surge ‘do nada’ o nosso projeto, idealizado inicialmente pelo Professor Doutor Mário Chagas, tendo como um dos objetivos a desmistificação do museu como instituição tradicional apenas para um seleto grupo, apresentando novidades, formando opiniões e educando.

No dia 18 de dezembro de 2007, em homenagem ao Dia do Museólogo, realizamos nossa primeira experiência no Largo da Carioca, localizado no centro comercial da cidade do Rio de Janeiro. Utilizando apenas caixotes de feira, cartazes e uma fita para interditar o local, montamos o nosso museu. Seu público foi diverso, tanto no âmbito social quanto em seu interesse.

Alguns perguntavam por curiosidade, outros nos indagavam o objetivo. Artistas queriam expor seus trabalhos. Houve até quem abraçasse a causa e nos ajudasse a chamar os transeuntes.

O acervo foi composto de objetos pessoais, de forma que a familiaridade entre o público e as peças provocou uma maior aproximação com o museu. Eram objetos que representavam, ou não, as memórias das pessoas, apresentando certos significados, considerando existir um museu interior dentro de cada indivíduo. Essa aproximação fez com que parte do público expusesse seus pertences, retirando-os no momento em que desejassem. Houve quem se interessasse em doar o que expôs, colaborando com o projeto, o que gerou a ideia de se formar um acervo permanente, mantendo presente a lembrança das realizações anteriores e de seus doadores.

A abordagem foi feita de maneira direta com as pessoas que passavam pelo local, tudo de forma simples e descontraída. Algumas curiosas para saber o que acontecia, outras envergonhadas ou com um certo medo ao descobrir que se tratava de um museu. Havia o público interessado, com vontade de entrar, e havia quem não entendesse por que participar, já que visitas a museus não fazem parte de sua realidade. Estes se perguntavam o porquê de andar pelo meio das peças, tocando-as e efetivamente participando da construção da exposição.

Aos poucos, fomos chamando a atenção no Largo da Carioca e alcançando nossos objetivos. Foi conquistando a confiança das pessoas que pudemos mostrar o quanto aquela loucura toda era importante e faria diferença na vida de cada uma delas, possibilitando uma reflexão sobre o que é o fenômeno museu e sua abrangência. Conseguimos cumprir nossa principal meta, mudando a imagem generalizada de museu tradicional, de coisas velhas, tornando tal instituição usual e comum a todos, atribuindo valor ao ser humano para que em seguida o indivíduo reconhecido e recuperado seja capaz de se tornar cidadão responsável e atribuir a verdadeira importância do seu patrimônio. Mais que um projeto universitário, que uma pesquisa de conhecimentos e relação da população com o museu, o Museu do Nada busca promover um desenvolvimento social nos locais por onde passa, com abrangência e visibilidade.

E-mail: museudonada@gmail.com

Museu Digital dos Ex-Votos

Bruno Carneiro de Campos Dantas,
Jancileide Souza dos Santos
(graduandos UFBA)

Orientador: José Cláudio de Oliveira (UFBA)

Palavras-Chave: folkcomunicação, museu digital, patrimônio cultural.

O Projeto de Pesquisa Museu Digital dos Ex-votos surge em decorrência de estudos e análises realizados sobre ex-votos do Brasil, dentro do universo das salas de milagres e locais de desobriga nos santuários católicos, o que proporcionou a organização de um banco de dados iconográficos (BDI) que culmina na criação do Museu Digital dos Ex-votos. A organização deste banco de dados permite uma rica análise da tipologia dos ex-votos, suas variações decorrentes das diferenças regionais e culturais, bem como o estudo da iconografia e da iconologia dos mesmos através dos conteúdos sociais, artísticos e religiosos que esses documentos trazem.

Os ex-votos são testemunhos de devoção popular colocados em salas de milagres de santuários católicos, com o intuito de pedir ou pagar por uma graça alcançada por intermédio de um santo de devoção. Trata-se de uma manifestação sociorreligiosa que se liga à arte popular,

despertando interesses de antropólogos, historiadores de arte e cultura e arqueólogos.

A metodologia da pesquisa de campo empregada foi baseada na observação *in loco* dos santuários, o que possibilitou a captação de imagens em formato digital (JPEG) para DVD e fotografias, com análise bibliográfica, tendo como bases teóricas da pesquisa a iconografia e a folkcomunicação. A primeira consiste em analisar as estruturas físicas do objeto, ou seja, uma observação sistemática das variadas formas de ex-votos encontrados, independentemente de seu valor artístico. Ancorado ao estudo iconográfico, a iconologia se faz presente através de estudos que transcendem o objeto, que vão além dos seus aspectos físicos, táteis e perceptíveis, representando significados intrínsecos, conteúdos e concepções trazidas pelos ex-votos. A folkcomunicação surge a partir dos estudos feitos pelo jornalista Luiz Beltrão, pioneiro na introdução do estudo científico da comunicação no Brasil a fazer uma análise da comunicação popular, que a partir daí começou a se delinear, chamando a atenção para a dimensão social do folclore difundindo-se no mundo inteiro. Diante disso, as tradições populares passaram a ser importantes fontes de pesquisa de Antropologia, Etnografia e História, diferentemente do que ocorria nas décadas de 60 e 70, quando as teorias da comunicação estavam voltadas para o estudo da semiologia.

Assim, o Museu Digital dos Ex-votos funcionará como um espaço virtual na web, no portal www.ufba.br, para estudos, pesquisas, preservação e divulgação dos acervos das salas de milagres dos principais santuários do Brasil, facilitando o acesso a todo esse material e fortalecendo o patrimônio cultural de cada região pesquisada. O Museu Digital dos Ex-votos possibilitará, também, avaliar o funcionamento de uma nova forma de comunicação e preservação que prescinde do espaço físico dos tradicionais museus, enriquecendo assim as pesquisas nas áreas de novas tecnologias documentais de acervo.

Além disso, esse novo modelo de museu permite uma junção das novas tecnologias de comunicação com a sociedade, ampliando o caráter educativo dos museus por possibilitar que todo o conteúdo informacional seja compartilhado entre pessoas do mundo inteiro, de uma maneira mais ampla e democrática. O Museu Digital dos Ex-votos será uma ferramenta de preservação de uma importante tradição popular, entendendo a cultura como uma dimensão do processo social. A viabilização desta nova concepção de museu não depende de um grande investimento financeiro, o que possibilita o surgimento de museus com temáticas pouco exploradas, porém de importância para a compreensão das sociedades contemporâneas.

Resumo referente à bolsa do Sistema Permanecer/FAPEX

E-mail: jancysouza@oi.com.br

No país da novíssima Museologia

Maria Paula Gonçalves Cruvinel
(graduanda UniRio)

Orientador: Bruno Brulon (UniRio)

Palavras-chave: Museologia, patrimônio, sociabilidade

Analisando a questão dos desdobramentos teóricos da Museologia na contemporaneidade, embarcamos no mundo mágico dos museus, onde museólogos buscam seu espaço e seu público, ao mesmo tempo em que dialogam com as instituições e o patrimônio. Nos permitindo então uma comparação com outro mundo mágico e buscando em nosso museu interior um período marcante da vida, voltamos à infância e nos recordamos da história de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll, um clássico do século XIX.

Em sua jornada, Alice encontra diversos personagens que, ao atravessar seu caminho, trazem questões que motivarão a caminhada da

menina. Entre eles está a Rainha de Copas, símbolo máximo do reino, que se apresenta de maneira imponente. A forma com que se relaciona com os demais membros de seu reino mostra uma imposição a seus súditos, não compreendendo assim as reais necessidades dos indivíduos. Cabe a Alice ser a grande interlocutora desses polos complementares para o funcionamento adequado do País das Maravilhas. A menina encontra, também, o Mestre Gato, que levanta questões capazes de fazer com que ela reflita sempre sobre sua participação nesse mundo mágico, assim como novas propostas para sua enorme vontade de viver aprendendo. Como guia de sua jornada, tem participação fundamental em momentos críticos sempre pontuando seu destino.

É nos permitindo ver por essa nova ótica que compreendemos o papel de “Alice no País da Museologia”. Nesse maravilhoso mundo de encantos e descobertas com personagens, cenários, diálogos e formas, entendemos o papel dos museus como instituições capazes de despertar os melhores sentidos e revelações que todo e qualquer indivíduo busca por razões diversas. É nesse espaço que a busca de conhecimento se dá sempre que haja a necessidade, na grande fábrica de (re) significações (Lima, 1997, p. 208).

Para Alice, como a Museologia e os

museólogos, fazer a ligação do mundo das maravilhas com o mundo real, sempre tendo por base sua formação, é uma forma de expor seu instinto desbravador e curioso. Por este motivo, a menina está em busca do que mais a instigou: a pressa do Coelho Branco em cumprir seu compromisso. Mas quem é o Coelho Branco e qual é o seu compromisso?

A partir deste paralelo, compreendemos aqui o Coelho Branco como o público segundo seus traços marcantes de personalidade: sua pressa, que o leva a voltar-se por si mesmo e ignorar o que acontece à sua volta; sua relação de medo e admiração com a Rainha de Copas. Através desta imposição da verdade, outra personagem se destaca: a Rainha de Copas. E é ela que centraliza e determina a participação de todos no próprio reino.

Embora a rainha seja a figura central, para Alice o personagem mais importante é o Coelho Branco, guia de sua jornada pelo País das Maravilhas. As determinações da rainha deveriam condicionar a conduta dos moradores do País das Maravilhas, mas isso não se dá na prática, denotando a mudança de eixo da Museologia Teórica na atualidade para a Nova Museologia, que valoriza o público e não apenas o objeto.

Na busca de respostas e do Coelho Branco, Alice encontrar o Gato Cheshire nos momentos

de maior dificuldade. O Gato, então, a orienta de acordo com suas necessidades, o que entendemos por toda e qualquer fonte teórica utilizada para formação profissional. A ideia de existir apenas quando necessário faz com que o gato seja também um personagem abrangente,

podendo pertencer a mundos e ocasiões diferentes, como a multidisciplinaridade e multiculturalidade que o estudo da Museologia deve buscar e se transformar sempre que necessário.

E-mai: mariapaulagc@yahoo.com.br

AG3/BRAM



Balanço do 3º Fórum Nacional de Museus



Balanço do 3º Fórum Nacional de Museus

Boletim Iphan DEMU/ Boletim eletrônico nº 211 - ano 5 - 17/07/2008

Os museus democratizaram o acesso aos bens culturais nos cinco anos da Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura. O 3º Fórum Nacional de Museus, que reuniu em Florianópolis, de 7 a 11 de julho, 1.500 pessoas interessadas no setor, fez um balanço bastante positivo da Política Nacional de Museus (PNM), lançada pelo ministro Gilberto Gil em 2003. A partir da PNM, surgiram o Departamento de Museus (DEMU), os fóruns nacionais, o cadastramento dos museus e um aprimoramento das relações que permitiu a instituição de uma rede de comunicação entre mais de três mil instituições no país e sua relação com países do mundo ibero-americano. Em cinco anos de PNM, foram realizados três fóruns, o primeiro em Salvador, o segundo em Ouro Preto (MG), e o terceiro em Florianópolis. A política do Ministério da Cultura para os museus gerou o Estatuto de Museus, uma legislação específica para regulamentar o funcionamento de museus, em votação no Senado, depois de aprovada pela Câmara dos Deputados. Outro resultado da PNM é o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus, projeto de lei aprovado pelo Senado, que será examinado pela Câmara. O fórum indicou ainda a

necessidade de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que substituirá o DEMU, desvinculando-se do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Com uma intensa programação que abrangeu mesas-redondas, minicursos e grupos de trabalho divididos pelas especificidades das instituições (museus de arte, História, culturas militares, ciência e tecnologia, etnográficos e arqueológicos, comunitários e ecomuseus, e ainda museus da imagem e do som e de novas tecnologias), o Fórum reuniu profissionais de várias áreas, como museólogos, historiadores, antropólogos, artistas, arqueólogos, sociólogos, educadores, professores e agentes culturais, além de estudantes e interessados no tema.

Embora uma grande parcela da sociedade brasileira ainda não tenha percebido a importância dos museus como ferramenta de ensino e complementação à educação formal, a democratização do acesso aos bens culturais tem sido a tônica da política de todos os museus atualmente. Diretores e trabalhadores de museus reunidos em Florianópolis concordaram que houve um incremento significativo de reconhecimento e valorização dos museus

pequenos, novos e específicos nesses cinco anos de PNM.

Os presentes no 3º Fórum Nacional de Museus perceberam, também, o aumento do número de publicações e periódicos sobre a área, o favorecimento da interação entre museu e comunidade, com a promoção, por exemplo, de eventos como a Semana Nacional dos Museus e a Primavera dos Museus.

Nas conclusões finais do 3º Fórum, os participantes dos grupos de trabalho que discutiram os avanços da Política Nacional de Museus e fizeram sugestões para o seu aprimoramento viram um ponto comum de sucesso: a democratização do acesso a informações específicas da área técnica museológica. Houve maior produção de conhecimento e circulação de informações nesses cinco anos de Departamento de Museus. Os museólogos estão convencidos de que agora há reconhecimento e divulgação do patrimônio cultural.

FINANCIAMENTO E FOMENTO

Os trabalhadores de museus presentes no 3º Fórum de Florianópolis observaram em suas discussões diárias, durante cinco dias, que há um sensível aumento do número de editais e alternativas de financiamentos específicos para a área de atividade dos museus, em instituições como o MinC, a Caixa Econômica Federal, a

Petrobras e o BNDES. Há mais linhas de financiamento disponíveis pelo reconhecimento da importância do setor para a democratização da cultura e do conhecimento. No entanto todo o dinheiro disponibilizado ainda não é suficiente, dadas as carências acumuladas por décadas.

Os departamentos técnicos dos museus têm também dificuldade de elaboração de projetos para obtenção de financiamentos através de editais. Para melhorar essa situação será necessária a formação de especialistas que possam elaborar projetos que permitam a aplicação das leis de renúncia fiscal aos museus. De qualquer forma, a Lei Rouanet também precisará de mudanças, pois nem sempre contempla categorias específicas de museus e alguns elementos de despesas.

Tudo isso se faz hoje necessário e há urgência entre os especialistas em museus de todo o país, porque a PNM permitiu o crescimento e a união dos museus nacionais nos últimos cinco anos. Se a máxima aceita por todos é de que os museus devem democratizar o acesso aos bens culturais, também é de reconhecimento universal a necessidade e o estímulo à modernização dos museus. Afinal, ainda permanece a dificuldade de acesso a tecnologias específicas para preservação e exibição dos acervos. É uma dramática fragilidade na segurança do patrimônio cultural.

Equipe Organizadora do 3º Fórum Nacional de Museus

Tema do 3º Fórum Nacional de Museus:

Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento

Coordenadora Executiva

Eneida Braga Rocha de Lemos

Mário Chagas

Claudia M. P. Storino

Alejandra Saladino

Adriana Bandeira Cordeiro

Rafael Azevedo Fontenelle Gomes

Flávia Mello de Castro

Marcelo Helder Maciel Ferreira

Tânia Maria Barbosa Lima

Alessandro Carvalho Barros

Joana Regattieri da Silva

Ana Maria Mesquita

Adriana Rozinholi Cordeiro Rocha

Bárbara Froener de Almeida

Ena Elvira Colnago

Átila Bezerra Tolentino

Vinicius Adalberto de Sousa Barcelos

Equipe de produção do Relatório

Organização

Mário Chagas

Álvaro Marins

Maximiliano de Souza

Coordenação Editorial

Álvaro Marins

Assistência Editorial e Pesquisa Iconográfica

Maximiliano de Souza

Alejandra Saladino

Ana Carolina Silva Paulo

Revisão

Jefferson Lessa

Projeto gráfico e diagramação

Marcia Mattos

Em memória de

Vinicius Adalberto de Sousa Barcelos

Impresso em Brasília, em julho de 2010,

ano do 4º Fórum Nacional de Museus

De 7 a 11 de julho de 2008, foi realizado, na cidade de Florianópolis (SC), o 3º Fórum Nacional de Museus, com o tema "Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento". Cerca de 1.500 profissionais, estudantes e interessados participaram das palestras, painéis, mesas-redondas, minicursos, grupos de trabalho e outros eventos que fizeram parte de sua programação, como o 2º Encontro Ibero-americano de Museus que reuniu representantes de vinte países da região.



Apoio

Patrocínio

Realização